



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**A MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPOS TRANS EM “E SE EU FOSSE
PURA”, DE AMARA MOIRA**

JADE MARIAM VACCARI CARVALHO SILVA

João Pessoa, PB
2023

JADE MARIAM VACCARI CARVALHO SILVA

**A MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPOS TRANS EM “SE EU FOSSE PURA”,
DE AMARA MOIRA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestra em Letras (área de concentração Teoria, Literatura e Crítica). Trabalho realizado sob a orientação do Prof. Dr. Sávio Roberto Fonsêca de Freitas.

Orientador: Prof. Dr. Sávio Roberto Fonsêca de Freitas

João Pessoa,

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586m Silva, Jade Mariam Vaccari Carvalho.

A mercantilização dos corpos trans em "E se eu fosse pura" de Amara Moira / Jade Mariam Vaccari Carvalho Silva. - João Pessoa, 2023.

119 f. : il.

Orientação: Sávio Roberto Fonsêca de Freitas.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Crítica literária. 2. Pessoas transgênero - Travestis. 3. Prostituição. 4. Transfeminismo. I. Freitas, Sávio Roberto Fonsêca de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 82.09(043)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) ALUNO(A)
JADE MARIAM VACCARI CARVALHO SILVA

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, realizou-se, por videoconferência, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada: “A MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPOS TRANS EM SE EU FOSSE PURA, DE AMORA MOIRA”, apresentada pelo(a) aluno(a) Jade Mariam Vaccari Carvalho Silva, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRA EM LETRAS, área de Concentração em Literatura, Teoria e Crítica, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Marco Valério Classe Colonnelli, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. O professor Doutor Sávio Roberto Fonseca de Freitas (PPGL/UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Doutores Amanda Ramalho de Freitas Brito (PPGL/UFPB) e José Veranildo Lopes da Costa Junior (UFPB). Dando início aos trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(à) mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua dissertação, após o que foi arguida pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final, ao qual foi atribuído o seguinte conceito: **APROVADA**. Proclamados os resultados pelo(a) Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Sávio Roberto Fonseca de Freitas (Secretário *ad hoc*), lavrei a presente ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

João Pessoa, 21 de julho de 2023.

Parecer: A dissertação atende ao que exige o regulamento de PPGL. Há necessidade de revisão linguística. As sugestões feitas na qualificação foram devidamente atendidas, faltando poucos aspectos a serem observados. Colocar os objetivos na introdução da dissertação. Atendidos os devidos ajustes, a banca recomenda a publicação da dissertação em forma de artigos, capítulos de livro e depois livro.

Prof. Dr. Sávio Roberto Fonseca de Freitas
(Presidente da Banca)

Prof^a. Dr^a. Amanda Ramalho de Freitas Brito
(Examinadora)

Prof. Dr. Jose Veranildo Lopes da Costa Junior
(Examinador)

Jade Mariam Vaccari Carvalho Silva
(Mestranda)

AGRADECIMENTOS

A concretização de um projeto com desta natureza não se deve apenas à sua autora, mas, antes, a todos e todas que de forma direta ou indireta se envolveram. Foi enorme e constante a partilha. Por se tratar de um tema tão delicado como a Mercantilização dos Corpos Trans, surgiram muitas incertezas do que dizer e como dizer, de modo a não romantizar aquilo que não é romântico e também não vitimizar vivências de indivíduos que são comumente vítimas de violências simbólicas e não-simbólicas em um cis-tema que julga os corpos de gênero dissidente. Falar do universo controvertido e genial de Amara Moira é um desafio por si só, porém um prazer imenso pensar que, de alguma forma, que este trabalho possa a servir de referência para algum pesquisador, da área, no futuro.

Dessa forma, chegar às linhas finais desta etapa é o resultado de conquistas e muita aprendizagem. Por isso, agradeço, em primeiro lugar, ao Prof. Dr. Sávio Roberto Fonsêca de Freitas que acreditou neste projeto. Sou grata por sua orientação que contribuiu no caminho que percorri da idealização da ideia até à concretização da escrita. A oportunidade de atuar como estagiária docente na disciplina de Literatura Espanhola II, sob supervisão do professor Juan Ignacio Centurión López, foi de grande aprendizagem porque pude aprofundar meus conhecimentos em Literatura do Século do Ouro Espanhol; além de praticar a língua espanhola nas aulas que foram enriquecedoras para a minha carreira de docente de língua e literatura estrangeiras.

Foram vários desafios nesta pesquisa. E preciso agradecer aos professores José Veranildo Lopes da Costa Júnior e Amanda Ramalho de Freitas Brito, que, ao entrarem em contato como os primeiros capítulos da pesquisa, contribuíram com sábios apontamentos e sugestões em prol de melhoramento da elaboração do texto e aprofundamento das problematizações; bem como as críticas que, sem dúvida, enquanto pesquisadora foram fundamentais para que “crescesse” na pesquisa com liberdade e consciência, repensando minha escrita acadêmica.

Passo a agradecer a todos os professores do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB, pelos conhecimentos que me transmitiram e que foram importantes no desenrolar deste trabalho. Quero também agradecer aos colegas do mestrado com os quais a discussão e partilha de saberes e experiências fizeram este percurso ganhar um especial encanto. Quero também agradecer, com especial carinho, ao colega e amigo doutorando Ivanildo da Silva Santos –

que sempre teve disponibilidade para discutir sobre temas pertinentes à Teoria Literária, apoiando-me desde a construção do projeto. Por fim, agradeço aos meus pais e irmãos pelos estímulos que sempre me transmitiram para continuar a estudar e despertar o gosto de aprender.

RESUMO

Se eu fosse pura (2018) é o título da segunda edição da obra *E Se eu fosse puta*, de Amara Moira. A obra em estudo consta de 44 subdivisões em prosa, e alguns poemas, que narra a história da autora, travesti ativista e professora doutora em Literatura pela Unicamp. Sendo assim, este trabalho tem o intuito de investigar a obra da autora em relação ao tema da Mercantilização dos Corpos Trans. Para isto, partiremos de uma análise que visa relacionar a obra aos Estudos de Gênero, na área de Literatura. Dessa maneira, tem-se a necessidade de Citar a própria autora, que também é crítica literária, para analisar a sua obra. Em nossa fundamentação teórica, temos em conta o quase ineditismo da pesquisa (tendo em vista que só há uma dissertação na área de Teoria Literária sobre a obra analisada), imediatamente isso nos aponta uma preocupação: pretendemos criar um texto de referência ao falar da literatura de Autoria Trans, um tema pouco discutido na área de Literatura. Tendo em vista que a Crítica Feminista, entre outros estudos, não pensaram a Autoria Trans em seu recorte tão específico, utilizamos teorias dos Estudos Culturais e de Gênero, a exemplo da teoria *Queer* – evidenciada pela filósofa Judith Butler e por pesquisadoras transfeministas como KAAS (2015), Vergueiro (2014), etc. A pesquisa traz como referências pesquisadores da Teoria Literária que têm desenvolvido pesquisas sobre autoria feminina, como também sobre personagens travestis na literatura e a representatividade da Autoria Trans no Brasil, como ALÓS (2021), BAGAGLI (2022), MARTINS (2020), MOIRA (2018), NASCIMENTO (2021) entre outros.

Palavras-chave: Trans, Travesti, Transfeminismo, Prostituição, Escritransvivência.

ABSTRACT

E Se eu fosse pura (2018) is the title of the second edition of the work *E Se eu fosse puta* by Amara Moira. This research consists of 44 subdivisions in prose and some poems that narrate the story of the author, who became a transvestite activist and doctoral professor in Literature at Unicamp. Thus, this work aimed to investigate the author's work in relation to the theme of the commodification of trans bodies, based on the theoretical assumptions of Foucault (1987), Preciado (2021), among others. For this, we start from an analysis that relates the work to Gender Studies in the area of Literature, citing the author herself who is also a literary critic to analyze her work. In our theoretical foundation, we take into account the almost indebtedness of the research (having in mind that there is only one dissertation in the area of Literary Theory about the analyzed work) we intend to create a reference text when talking about Trans Authorship literature, a theme little discussed in the area of Literature, having in view that Feminist Criticism among other studies have not thought the Trans Authorship in its so specific cut, we use theories of Cultural and Gender Studies as the Queer theory, evidenced by philosopher Judith Butler and transfeminist researchers such as KAAS (2015), Vergueiro (2014), Bagagli (2018), Jesus (2019) among others. The research brings as references researchers of Literary Theory who have developed researches about female authorship, as well as about transvestite characters in literature and the representativeness of Trans Authorship in Brazil: as ALÓS (2021), SILVESTRE (2021), MARTINS (2020), DALCASTAGNÈ (2018), among others.

Keywords: Trans, Travesti, Transfeminism, Prostitution, Escritransvivência.

SUMÁRIO DE IMAGEM

Imagem 1. Autora com o livro para divulgação nas redes sociais	61
Imagem 2. Capas das edições 2016 e 2018.....	63
Imagem 3. Capa da edição traduzida para o castelhano argentino (2022).....	63
Imagem 4. Lançamento do primeiro livro	66
Imagem 5. Vidas trans	71
Imagem 6. A resistência dos vagalumes	71
Imagem 7. Neca	71
Imagem 8. Questão ENEM	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I. A LITERATURA DE AUTORIA TRANS NO BRASIL	21
1.1. Personagens trans na literatura brasileira.....	21
1.2. Amara Moira e a recepção de sua obra, <i>E se eu fosse puta</i> , no Brasil	31
1.3.A mercantilização dos corpos trans a partir dos trechos de <i>E se eu fosse pura</i> , Amara Moira	35
1.4. Literatura: definição e compreensão para além da erudição	41
1.5. <i>E se eu fosse pura</i> : a importância da obra de Moira como (R)existência	44
II. E SE EU FOSSE PUTA E SE EU FOSSE PURA: A NARRATIVA DE AMARA MOIRA NO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO.....	59
2.1. Textos de autoria trans no Brasil.....	59
2.2. <i>E se eu fosse puta</i> : a primeira edição	60
2.3. <i>E se eu fosse puta</i> (2016) e <i>E Se eu fosse pura</i> (2018): pequenas mudanças	65
2.4. A importância das autobiografias trans na atualidade”	73
III. MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPOS TRANS EM <i>E SE EU FOSSE PUTA</i>	81
3.1. A transição de Moira	81
3.2. Mercantilização: a vivência trans nas ruas do Brasil.....	93
3.3. Pajubá – o dialeto da travesti = a linguagem como forma de pertencimnto ...	102
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
V. REFERENCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

Em meio a uma sociedade cis heteronormativa, pode-se definir cisgênero a pessoa que se identifica com o sexo que lhe foi atribuído no momento do nascimento. Logo, o cissexismo é uma lei que de tão natural não é facilmente delimitada, pois o ser dito “normal” é a pessoa cis. O termo ‘cis’ deriva da preposição latina de acusativo *cis aquém*, da parte de cá de’ (por oposição a trans) (RODOVALHO, 2017). Ou seja, em oposição ao cis aparece o trans e vice-versa. Desse contrário, pode-se pensar, a priori, que o indivíduo que está “fora” da parte de cá, do grupo cis, logo estaria transgredindo a essa ordem socialmente há muito estabelecida.

Dessa forma, o conceito de cisgeneridade pode ser afirmado a partir da compreensão de um padrão socialmente construído e desde então utilizado como parâmetro do adequado, o ser heterossexual. A heterossexualidade tornou-se o modelo pela qual a sociedade buscou moldar seus indivíduos e qualquer outro ser que viesse a transgredir a esse padrão estaria rompendo valores consolidados. Portanto, a sociedade baseia-se em valores cis-heteronormativos. Logo, uma pessoa transgênera representa alguém que “foge” dessa normatividade a partir do momento que não se identifica com o gênero que lhe fora atribuído no momento do nascimento.

Pode-se enquadrar como pessoas transgêneras as mulheres transexuais, as travestis, os homens trans, como também as pessoas não-binárias. A pessoa trans está, numa compreensão abrangente, além dos limites do gênero que lhes são dados pela sociedade que a cerca. Assim sendo, se o indivíduo transiciona, logo transgridirá as normas já estabelecidas (RIOS, 1973). Ou seja, ao transicionar, as transformações podem ser tão grandes que romperá com quaisquer traços do gênero atribuído pela sociedade, dando-se, então, uma transformação, aos olhos da sociedade, de um novo ser. Isto é, ainda conforme Rios (1973), com tal transformação, o indivíduo fizera-se mulher. Era mulher, apesar de a sociedade ter-lhe atribuído um gênero diferente.

As mulheres transexuais e travestis vivenciam uma luta diária para ter seu reconhecimento enquanto mulheres, reconhecimento esse em diversas esferas, como por exemplo, política e social. Um dos desafios enfrentados por elas começa pelo reconhecimento de seu nome. Moira, em *E Se eu fosse pura* explana em sua obra sobre o porquê da escolha do nome Amara Moira: “destino amargo”. A autora que discorre sobre as experiências trans, onde ela usa do pajubá e de uma linguagem irônica para falar dos desafios da vida trans, um destino de autoconhecimento e ao menos tempo a resistência

de enfrentar a realidade hostil aos corpos trans.

Para o senso comum, vigente em nossa sociedade, tal vivência representaria uma impropriedade, tendo em vista que a sociedade rechaça o fato de uma pessoa do “sexo masculino” declarar-se mulher. O corpo de uma mulher trans é constantemente visto como exótico ou abjeto, pois por mais que uma travesti ou transexual possa se aproximar da normatividade cisgênera, por mais que seu corpo possa se assemelhar a um padrão cisgênero, é sempre visto de modo inferiorizado, como uma “imitação”, um falso corpo, um corpo bizarro. Um corpo em que convivam seios e pênis, por exemplo, é sempre deslegitimado diante da comparação com o corpo de uma mulher cisgênera.

Segundo Moira (2017), o processo de mudança corporal e reconhecimento social que uma pessoa transexual pode vir a passar, mesmo que tal processo ocorra em diferentes contextos, está submetido à normatividade cisgênera, que tende sempre a subjugar seus corpos e seu modo de vida.

A pessoa trans pode ter sua vida sexual e afetiva tolhida por não se enquadrar em um padrão de corpo cisgênero. O que pode causar um sentimento de inferioridade, baixa autoestima, rejeição a partes do corpo, tudo isso gerado pelo fato de não possuir tal corpo padrão que a sociedade julga como sendo o “corpo normal”. Em outras palavras, conforme Bento (2006) ocorre o que ela designa como disforia de gênero.

Segundo informações do site da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, a ativista Bruna Benevides, no ano de 2019, destaca que há uma estimativa de que 110 pessoas trans foram mortas no Brasil, sendo 85% delas negras. Vale salientar que, ainda segundo dados da ANTRA, 90% da população de travestis e mulheres transexuais neste país estão envolvidas em prostituição devido à falta de oportunidades de trabalho nos mais diversos espaços. Como também há um descaso estatal com relação à saúde e bem-estar da pessoa trans, logo tal população vivencia um embate social pelo respeito à sua identidade de gênero.

A sociedade que considera o corpo da mulher transexual como abjeto é, também, responsável por sua exclusão do mercado de trabalho, jogando-a para aquilo que seria seu “destino”, ou seja, a prostituição. Pois um corpo abjeto não poderia exercer todas as funções que as demais pessoas exercem, conforme o senso comum vigente na sociedade.

Segundo Bento (2006), a denominação travesti tem sido usada desde a década de 1980 como uma identidade de gênero. Para muitas pessoas, por exemplo, o termo travesti está associado à prostituição e marginalidade. Na década de 1980, após a primeira cirurgia de redesignação sexual feita no Brasil, o termo transexual passou a ser usado enquanto

identidade de gênero e identidade política.

A obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* (1990), de Judith Butler, tem sido um exemplo primordial ao explicar sobre aquilo que é considerado abjeto quando se trata de gênero, visto que, ao tentar desconstruir a ideia de gênero como algo que seria fixo, imutável, a filósofa tenta quebrar os paradigmas sociais que são impostos como forma de repressão, quando a sociedade impõe a indivíduos um padrão de gênero a ser seguido. As noções que em geral são usadas para se referir ao gênero remetem apenas aos gêneros inteligíveis a partir de um viés baseado no sistema de heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003). Já segundo o senso comum, a definição de homem e mulher consistiria em uma substância permanente, logo o gênero seria resultado do sexo, e as práticas afetivo-sexuais seriam resultado do sexo e do gênero.

Para Butler (2003), o conceito de gênero deve englobar as identidades de gênero, inteligíveis ou não, aceitáveis ou não, pois a cada dia surgem novas identidades, quebrando o binarismo homem/mulher. Portanto, o entendimento de que se deve limitar as identidades de gênero a apenas duas possibilidades estaria relacionado às relações de poder e a uma possível manutenção da heteronormatividade. Butler (2003) evidencia tais reflexões no intuito de propor uma mudança na sociedade. Logo, pessoas que sejam transexuais, travestis, não-binárias não deveriam ser taxadas como se padecessem de uma patologia.

O corpo também faz parte da construção performática do gênero, pois a construção inclui gestos e movimentos, no caso de pessoas trans geralmente há uma modificação corporal para expressar a identidade de gênero com a qual se identificam. Segundo a Teoria *Queer* discutida na obra de Butler, homens e mulheres heterossexuais também seriam construídos performativamente, logo não haveria “a essência homem ou mulher”, o padrão de “normalidade” a ser seguido, pois todas as definições são formadas por atos. O conceito vigente, no conhecimento vulgar, do que seja um homem e uma mulher é formado pela religião, pelo campo jurídico, pelas ciências médicas e biológicas tendo como fundamento a heteronormatividade.

Também se faz necessário discorrer sobre a negação do direito à afetividade que a mulher trans vivencia em um contexto heteronormativo. Dissertando sobre pontos primordiais como o erotismo e exotismo associado aos corpos das mulheres trans. Questionando como o Estado teria domínio sobre o corpo das pessoas e até que ponto há liberdade para vivenciar suas identidades, como as instâncias do Direito, da Saúde, entre

outras fazem os corpos subalternos às suas leis e normas.

Conforme Rodovalho (2017), a sociedade cis heteronormativa impõe um padrão do que seria ser mulher, padrão este que vai além da própria autoidentificação. Podemos entender que não é a genitália que define o gênero, porém no entendimento da sociedade o indivíduo é tratado conforme o gênero que se espera que ele tenha devido à genitália que o indivíduo possui. Tal fato gera possíveis constrangimentos para uma pessoa trans como o empecilho de ir ao banheiro designado para o gênero com o qual se identifique. Logo se pode dizer que a leitura da sociedade “genitaliza” o indivíduo.

Há ainda, em meio à sociedade, uma falta de compreensão do que seja identidade de gênero e orientação sexual, relegando às mulheres trans um limbo afetivo, o que significa dizer, que em um contexto heteronormativo, a sexualidade de um homem que venha a se relacionar com uma mulher trans pode ser questionada, pelo fato da mulher trans não ser reconhecida socialmente enquanto mulher.

Segundo Rodovalho (2017), independente do gênero de quem possa se relacionar com a mulher trans, a pessoa também passa a ser alvo do olhar discriminatório da sociedade, afinal a mulher trans é vista enquanto um ser abjeto por quebrar o padrão estabelecido pelo cissexismo. Porém, a mulher trans vivencia signos femininos, ou seja, uma pessoa que se sinta atraída por mulheres pode vir a atrair-se por uma mulher trans, o que significa dizer que a orientação sexual se dá pelo reconhecimento do gênero do outro e não pela identificação do órgão sexual.

Assim sendo, a presente pesquisa de cunho decolonial e transfeminista, defende a importância da valorização da escrivência trans no que concerne aos estudos da Literatura Brasileira. Na publicação Transfeminismo da coleção *Feminismos Plurais*, Nascimento (2021) explana sobre a necessidade de um movimento político que defenda o lugar da mulher trans/travesti enquanto mulher, em meio a uma sociedade que não a considera mulher. Partindo, assim, do exemplo do discurso da ativista abolicionista Sojourner Truth (1797 – 26 de novembro de 1883) que proferiu um discurso na *Women's Rights Convention*, em Ohio. A discussão realizada por pastores sobre os direitos da mulher põe a mulher no papel de “pecadoras, frágeis por natureza” e desprovidas de capacidade intelectual para o sacerdócio, entre outras funções. A oradora se levantou com seu discurso intitulado “E eu não sou uma mulher?”, em que questionou aos presentes “E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles serem vendidos para a Escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me

ouviu! E não sou uma mulher¹?”

Assim, vemos o questionamento de uma mulher negra em prol de seus direitos, em uma sociedade em que mulheres brancas defiam seus direitos ao trabalho, voto, entre outros, enquanto as mulheres negras defendiam o próprio direito de ser vistas enquanto mulher, enquanto cidadãs dignas de direito. Tais movimentações, em prol do direito feminino, foram resultado de acontecimentos históricos como a Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789-99), logo as sociedades estadunidense e europeia passaram a pôr em pauta determinadas discussões que influenciaram no que concerne ao lugar da mulher nessas sociedades. Porém, foi no século XIX em que houve maiores movimentações visando uma mudança radical em que as mulheres passaram a se organizar pelo sufrágio e por igualdade de direitos em relação aos homens, o que ecoou em romances, contos e ensaios sobre a questão do descontentamento feminino em relação à sua posição inferiorizada na sociedade da época (OLIVEIRA, 2020).

Assim, Nascimento (2021) faz referência a Truth, que defendeu que as mulheres negras eram mulheres que não somente trabalhavam, mas foram escravizadas, enquanto havia mulheres brancas que eram suas donas, e traz a perspectiva de que as travestis e transexuais buscam seu direito de existir enquanto mulheres, em meio a um cis-tema que as consideram “corpos que não importam”. Logo, a categoria de gênero é delimitada mediante as diferentes experiências que determinadas mulheres possam ter.

O Feminismo, “geral”, não acolheu as mulheres negras, como também o Feminismo historicamente lutou por pautas como direitos reprodutivos, sexuais relacionados aos órgãos reprodutores femininos, não pautando corpos que não nasceram com tais órgãos reprodutores, não se sentindo representadas pelo Feminismo, mulheres com determinados marcadores sociais como raça, sexualidade e identidade de gênero criaram outras vertentes de um Feminismo que as incluísse.

Nascimento (2021), ressignifica o discurso de Truth ao ousar questionar: e não sou uma mulher? (NASCIMENTO, 2021). Refletindo sobre seu corpo “generificado” lido socialmente enquanto do sexo masculino, que, no entanto, desde a infância demonstrou traços de uma identidade feminina reprimida. Logo, vemos uma denúncia de que na sociedade, e dentro do Feminismo, indivíduos cis se sentem no direito de definir o que é

¹ Discurso na íntegra disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>
Acesso em 05 de maio de 2023, às 16:57 horas. (rodapé).

e o que não é uma mulher. Nascimento ainda afirma que se inspirou em mulheres como Grada Kilomba, Jaqueline Gomes de Jesus, entre outras, para desenvolver seus conceitos sobre o Transfeminismo, mostrando que há pluralidades em ser mulher, defendendo seu lugar enquanto travesti, negra e de terreiro².

Posto que o Feminismo não abarcasse tais realidades, faz-se necessário mudar o local das narrativas, em que o cis não pode falar pela trans. Podemos compreender o transfeminismo como um movimento definido por uma linha de pensamento de pessoas trans que compreendem a libertação feminina universal, que não tem como finalidade assumir o controle, mas pelo contrário, é uma pauta elementar desse movimento construir pontes com outros movimentos, atuando contra o machismo, convidando não somente o gênero feminino para a construção de uma sociedade livre de toda transfobia, ou ao menos criando mecanismos de enfrentamento a tal violência de gênero (Koyama, 2001).

Esta pesquisa, portanto, toma como ponto norteador a mercantilização dos corpos trans na obra de Moira (2018). Posto que, após a quarta onda feminista, vemos o emergir de novas formas de expressão impulsionadas por mecanismos como as redes sociais. Dessa maneira podemos, aqui, afirmar que as redes sociais têm sido um local de produção de literatura e artes em geral produzidas por pessoas trans, e conforme Schwarcz (2018), “esta não é uma batalha ganha, é uma batalha que apenas se inicia” (FARIAS e MORAES, 2018). Significa dizer que do mesmo modo que o âmbito da literatura e crítica literária sempre teve homens cis brancos em sua maioria como detentores de conhecimento, o âmbito acadêmico historicamente tem sido um ambiente elitizado em que discussões pertinentes como questões de gênero, raça e classe social têm sido mais fomentadas a partir do momento em que determinadas políticas públicas permitiram o acesso e permanência de negros/as, população LGBTQIA+ periférica, etc., que representam uma parcela da comunidade acadêmica que tem questionado o cis-tema que não os acolhe.

Cabe neste estudo questionar por que a literatura de autoria trans importa? Conforme Jesus, os relatos corajosos, de Amara Moira, João W. Nery, Márcia Rocha e Tarso Brant, “não são, de modo algum, entretenimento para os que, enganosamente, buscam tratar como figuras exóticas trans e travestis” (JESUS, 2022, p. 11). Ela discute sobre a obra *Vidas Trans* (2022), pontuando a importância da publicação de tais escritos, que representam mais que entretenimento: tais livros representam um símbolo da diversidade humana, em defesa de distintas identidades de gênero. Logo, leitores trans

² (NASCIMENTO, 2021)

podem empoderar-se de seu lugar no mundo ao ler tais narrativas, como também os leitores cis podem refletir sobre seu lugar no mundo, no que concerne aos privilégios como os de classe e raça.

Partindo de uma perspectiva pós-moderna, a presente pesquisa evidencia que a sociedade possui um contrato social, em tal contrato os padrões de gênero estariam inscritos nos corpos dos indivíduos, predeterminados desde o nascimento. Sendo assim, tomamos como referência a proposta do contrato contrassexual que consiste na abolição do contrato social que historicamente denominamos Natureza por “um contrato contrassexual” (PRECIADO, 2019). Nesse contrato, cada indivíduo representa um *corpo falante*, assim que já não há “homens e mulheres” e sim, corpos falantes assumindo identidades sexuais e políticas. Dessa maneira, nas palavras de Moira (2021), analisamos como funciona o contrato social que impôs a ela uma identidade masculina com a qual jamais se identificara, visto que lhe atribuíram o gênero masculino antes mesmo de ela autoconhecer-se. Assim, a autora explana sobre o nome que lhe fora atribuído no momento do nascimento e toda a carga subjetiva que tal nome carregava, a família e a sociedade esperava um padrão de masculinidade que ela jamais corresponderia, ainda que se relacionasse com mulheres, e tenha vivido por 29 anos uma identidade de homem cis, procurando “performar” socialmente o estereótipo que esperavam que ela tivesse.

A autora evidencia que transicionar de gênero é viver um contrato contrassexual, posto que assumir tal identidade é colocar para fora, todos os sentimentos, sensações, gestos e atitudes reprimidas desde muito tempo em detrimento de uma masculinidade tóxica que lhe fora imposta socialmente. O que corrobora com Jesus (2021), quando se manifesta que adora ser mulher trans, e do quão maravilhoso é poder autoconhecer-se. Podemos ver, nesta perspectiva, que a narrativa, não da vítima, não do doente, mas da mulher trans empoderada do seu lugar que fala e escreve por si, transformando suas vivências em oralitura.

Conceição Evaristo (2020) também colabora com esse pensar, visto que, para a autora, o ato de escrever é um processo, também, de vivência, o qual – conforme a mesma – é um momento de dizer “escrevo para mim”, uma escrevivência. Desse modo, a literatura de autoria trans provoca o cis-tema e evidencia vozes que lutam por um espaço social, por essa escrita+vivência de que Conceição fala. Assim, as autoras e autores T têm conquistado seu espaço através de suas narrativas.

Há diversos personagens transgêneros ou que, com a perspectiva que temos hoje, podem ser entendidos como transgêneros. Em um levantamento, que remonta à década

de 1950, por exemplo, foi possível encontrar personagens como: *Georgette* (1956) e *Uma mulher diferente* (1965), ambos de Cassandra Rios; *O Milagre* (1978), de Roberto Freire; *O Travesti* (1980), de Adelaide Carraro, entre outros (FERNANDES, 2016). Porém, cabe no presente estudo, questionar de que formas esses personagens foram mostrados, pois a forma com que determinada realidade social é mostrada, em uma obra literária, pode fazer diferença aos olhos dos leitores.

Conforme Carvalho (2019) é preciso estar atento às narrativas que, de certa forma, constroem uma visão deturpada das pessoas trans, pintando-a num viés risível, caricatural, de modo que as identidades fiquem subjugadas. Assim, a *transpóloga* ousa afirmar que é preciso repensar o lugar dos personagens e narrativas trans nas artes, inclusive na literatura, além de outras artes como a teledramaturgia. Logo, o olhar de escritores, roteiristas, atores e atrizes trans se faz necessário para superar o lugar de marginalização que fora relegado a determinadas minorias, é preciso naturalizar o “diferente”, o *queer*, propondo novas narrativas onde todos os corpos importam. E que as diferentes formas de vivenciar as identidades sexual e/ou de gênero sejam mais que aceitas, naturalizadas.

Dessa maneira, podemos pensar que a reinvenção das categorias de gênero, fomentada pelas narrativas trans, vai contra o pensamento hegemônico, *ciscentrado*. Cabe a nós pensarmos: O que é a Literatura? Por que estudá-la? E qual sua função na sociedade? Para refletirmos, a priori, sobre essas inquietações, podemos recorrer ao pensamento de Candido que, conforme o teórico, a literatura tem um papel de transformação na sociedade, isto é, contribuir na formação social dos sujeitos; portanto uma tarefa humanizadora (CANDIDO, 2018). Em outras palavras, o acesso à literatura seria um direito básico do ser humano, e ela tem o papel de nos tornar sujeitos com maior empatia pela humanidade, cientes de nossas ações enquanto cidadãos, uma vez que ela, a literatura, torna-nos mais compreensíveis e, conseqüentemente, mais humanos conosco, e com o nosso semelhante ou o “diferente”, como nos faz lembrar Candido.

Por fim, refletiremos sobre o papel da literatura trans brasileira, nas palavras de um leitor, dirigidas ao autor João W. Nery: “Meu pai agora me chama de filho graças a ti...obrigado por me fazer sair do armário, você é luz...sua viagem agora é solidária” (NERY, 2022, p. 99). Isso nos leva a acreditar no poder transformador da literatura, no papel que a arte, em geral, direta e indiretamente, exerce na vida das pessoas. Em outras palavras, a literatura instrui e transforma a sociedade e a sociedade, por sua vez, tem o poder de mudar o mundo.

I. A LITERATURA DE AUTORIA TRANS NO BRASIL

1.1. Personagens trans na literatura brasileira

O presente trabalho discorre sobre a escrita autobiográfica trans na obra *E se eu fosse pura*, de Amara Moira, com ênfase na temática da mercantilização dos corpos trans. A escrita de autoria trans representa a resistência de uma classe socialmente excluída dos espaços de poder, visto que suas narrativas podem ser uma arma de defesa diante das desigualdades, valendo-se, assim, de sua própria retórica como estratégia de resistência Chaves (2021). Ou seja, muitas dessas autorias trans têm apenas a palavra como ferramenta de combate frente às desigualdades e preconceitos.

É com a palavra, e através da palavra, que a autoria trans tem buscado chegar a lugares que, a priori, a sociedade automaticamente lhe nega. Os espaços de projeção são negados, retastando a palavra como força de expressão. Amara Moira (2020), em suas pesquisas para minicursos, investigou sobre um tema que ela denominou “lista de publicações trans”, nas quais constatou uma série de obras de autoria trans. Segundo a autora e pesquisadora, suas investigações a levaram a classificar a obra *Memórias de Madame Satã* (1972) como a primeira a tráfegar pelo tema. Além disso, adiconou-se *Eu Ruddy* (1980) e *A queda para o alto* (1982), de Anderson Herzer. Assim sendo, essas três obras compõem o cenário de pioneirismo da autoria trans. Porém, a ativista ainda aponta que a maioria, se não quase todas, dessas obras ficaram no anonimato, lançadas no ostracismo por longas décadas.

Ainda de acordo com Moira (2020), suas pesquisas a levaram a catalogar uma lista de noventa e nove obras. Desse montante, somente no ano de 2018, vinte e quatro foram resgatadas do ostracismo, isto é, relançadas. A autora ainda ressalta que, do ano de 2016 a 2018, tem-se uma estimativa de setenta e três obras de autoria trans republicadas e publicadas. Isso aponta para uma inclinação favorável, se comparada com épocas passada nas quais as obras de autoria trans eram subjugadas e lançadas ao limbo do ostracismo.

Assim sendo, Moira (2020) organiza a lista de obras em ordem crescente, partindo dos anos de 1970, com *Memórias de Madame Satã* (1972), passando pelos anos de 1980, com *Eu Ruddy* (1980), *A queda para o alto* (1982), *Erro de pessoa: João ou Joana* (1984), pelos anos de 1990, com *Liberdade ainda que profana* (1998) e *Vera verão – bofes e babados* (1999), pelos anos 2000, com *Jaques* (2002), *Nem tão bela nem tão louca*

(2007), *Muchacha* (2010), *Modelo vivo* (2016), *De trans pra frente* (2017), *Contos transantropológicos* (2018), *Antídotos de uma Maria envenenada* (2020), entre tantas outras.

Tal lista de obras nos situa sobre a gama de autoria sobre a questão em voga, e também pode alertar o leitor para que se questione do “por que” muitas dessas publicações só vieram a ter certa projeção a partir do ano de 2016, como aponta Moira, o que levou autor, obra e personagens ao quase esquecimento, quase, pois desde 2016 há uma tentativa de reacender essas obras.

Tendo em vista que a análise das publicações sobre estes personagens mostra que as existências trans padecem de uma invisibilidade tanto no campo da representação quanto na esfera da autoria, notamos que o universo literário também corroborou, e de certa forma, infelizmente, ainda corrobora, apesar de antes de 2016 tal corroboração ser mais intensificada, por norma com a exclusão desta parcela da população. Por este motivo, o campo literário será, na presente pesquisa, chamado cis-tema literário, posto que, desde meados dos anos 1980, vozes travestis e trans buscam o seu reconhecimento através da autorrepresentação, denunciando realidades sofridas no intuito de quebrar paradigmas que as mantêm em situação de exclusão social (CHAVES, 2021).

Para definir o cis-tema literário se faz necessário refletir sobre o papel da Literatura na vida do leitor, visto que “o leitor busca de alguma maneira, se conectar a outras experiências de vida” (DALCASTAGNÈ, 2011, p. 14). Sendo assim, o leitor, em geral, não busca somente narrativas que condigam com a realidade em que está inserido. Logo, ao ler um romance, lhe apetece embarcar em distintas realidades através da narrativa literária, procurando entender o que é ser o outro, ter um sexo diferente do que possui e como, também, se colocar no lugar do outro no que concerne a distintas visões da realidade.

No artigo intitulado *A personagem do romance brasileiro contemporâneo*, Dalcastagnè (2011) faz um levantamento sobre 258 romances de autores brasileiros publicados por três importantes editoras do país entre os anos de 1990 e 2004. Assim, ela chega à conclusão de que a literatura brasileira historicamente reforçou estereótipos de exclusão social que são um espelho da realidade da sociedade. Por exemplo, a maioria dos autores das obras analisadas são homens brancos, de classe média, heterossexuais, naturais de estados do Sudeste, predominante do Rio de Janeiro, ou de São Paulo. Como também os personagens representados são predominantemente masculinos, já as mulheres brancas e homens e mulheres negros quando representados muitas vezes são

postas em condição de submissão e/ou reforçando estereótipos machistas e misóginos. Ao analisar o lugar de negros e pobres nas narrativas dos romances brasileiros, afirma “Se eles estão pouco representados no romance atual, são ainda mais reduzidas as suas chances de terem voz ali dentro. Os lugares de fala no interior das narrativas também são monopolizados pelos homens brancos” (DALCASTAGNÈ, 2011, p. 15). Após analisar tais dados, a pesquisadora afirma que é necessário “reconhecer-se em uma representação artística, ou reconhecer o outro dentro dela” (DALCASTAGNÈ, 2011, p. 15). Ao dizer isto, Dalcastagnè traz à tona uma reflexão sobre um possível processo de legitimação de identidades, em que a literatura pode contribuir, para que determinados grupos sociais não sejam relegados à invisibilidade, já que a Literatura seria uma expressão artística fundada na pluralidade de perspectivas.

Assim sendo, a compreensão de cis-tema está dentro de um padrão pré-estabelecido na sociedade, no qual, por muitas décadas, era composto por homens brancos, hetéros, elitistas, deixando de fora outros indivíduos que sempre compuseram a sociedade, apesar de excluídos de seus direitos. Ou seja, o cis-tema fortaleceu o apagamento de vozes trans e travesti, bem como as suas produções artísticas. Dessa maneira, as produções trans, que têm ganhando força nos últimos anos, caminham contra a esse cis-tema excludente a cada vez que o leitor reflete e repensa o seu lugar no mundo e no que diz respeito “aos diferentes”.

Nessa perspectiva, a escrita de vozes trans e travestis evidencia não somente os recortes de gênero, no que concerne às identidades de gênero dissidente, mas também outros, como os de classe e os raciais. Assim, emerge o movimento cuêr brasileiro, encabeçado por autoras como Jota Mombaça, artista multimídia, poeta, que se identifica enquanto pessoa não-binária. Mombaça afirma, no *blog Escamandro.com*, que seus escritos são “resíduos” de seus itinerários, de suas vivências. Ou seja, suas obras são frutos de suas “passagens intensivas” por territórios diversos, a saber: políticas da subjetividade, da cidade, da sexualidade³ etc. (MOMBAÇA, 2016). Jota, e outras poetisas reivindicam espaço para existir social e literariamente.

Pode-se entender que, para as chamadas minorias, ao escrever suas próprias narrativas, no que concerne às suas vivências, podem representar uma forma/alternativa de projetar suas vozes que, por diversos motivos, têm sido silenciadas. Em outras palavras, escrever sobre o próprio itinerário pode simbolizar o rompimento com o

³ A declaração da autora encontra-se, na íntegra, no blog <https://escamandro.wordpress.com>

silenciamento que tais minorias têm sofrido devido ao preconceito imposto pela sociedade. Nessa tentativa de romper com as amarras sociais, as vivências dos “excluídos socialmente” alcançam, através de obras literárias (ou afins), pessoas que, de outra maneira, provavelmente, não alcançariam, projetando, portanto, um novo olhar, uma nova compreensão acerca das minorias que antes não eram ouvidas. Todavia, muitas vezes, a crítica literária representa, historicamente, um campo de opressões ao dificultar a produção de autores transgêneros, isto é, a crítica, na maioria das vezes, pode ser erguer como uma barreira, o que impede que as vozes das minorias, dos “socialmente excluídos” cheguem ao público leitor (e afins). Em outras palavras, “escrevivência⁴” (escrever a própria vivência), pode significar, para esse público, uma oportunidade ser ouvido(a).

Tomando emprestado o termo *escrevivências*, cunhado por Conceição Evaristo, trataremos das *escritransvivências*. Para entender o conceito de *escritransvivência* se torna necessário compreender que essa escrita representa um movimento que tem influência do ativismo trans no Brasil, como também das discussões relativas ao Transfeminismo. Vemos que Moira (2018), entre outras autoras, discorrem em suas obras literárias sobre pautas que vivenciam em sua realidade enquanto mulheres trans e travestis. Logo, entende-se que a escrita dessas travestis e mulheres trans representa uma escrita militante. Podemos chegar a tal definição ao refletir sobre como boa parte do material literário e teórico produzido sobre pessoas trans colocou a pessoa trans no lugar de um ser patológico ou de alguma forma que deslegitima sua existência. Comumente se buscou explicar uma origem biológica e/ou social para explicar o porquê de uma pessoa trans ter essa identidade de gênero, o que, segundo Bagagli e Vieira (2018), revela uma noção cissexista da existência das pessoas trans, ou seja, muitas vezes pesquisadores/escritores cisgêneros colocam a pessoa trans como se fosse o

“anormal”, fora dos padrões, esquisito. Tendo em vista a realidade do estranhamento do olhar cis para a pessoa trans em geral, o transfeminismo se levanta contra essa problemática, em prol de mostrar que “nossas vidas fazem sentido simplesmente porque são dignas de ser vividas. É necessário uma luta que as façam viáveis e sujeitos que resistam (BAGAGLI; VIERA, 2018, p. 345).

Significa dizer que o transfeminismo surge não para explicar o porquê da pessoa trans ser diferente, mas tem-se o intuito de naturalizar tais existências e defender pautas

⁴ Termo defendido pela escritora brasileira Conceição Evaristo.

necessárias, indo contra a um cis-tema excludente, o que corrobora com a percepção de Dias: “percebi como tais vidas importam menos e como o olhar cisgênero produz um cotidiano sofrível para elas e para outros sujeitos desviantes, assim como eu” (DIAS, 2020, p. 330). Ao afirmar que somente a poesia e a prosa escritas por pessoas trans pode fazê-lo refletir sobre o lugar dessas pessoas no mundo, sendo assim repensando seu próprio lugar no mundo enquanto cidadão e pesquisador. Dias afirma que “Jaqueline Gomes de Jesus quem, influenciada pelos escritos da escritora negra Conceição Evaristo, nos introduziu a importância da escrita de sobrevivência para pensar as vivências de diversas pessoas trans” (DIAS, 2020, p. 331), sendo assim, a *escrivivência* trans representa a autoria de obras literárias de cunho decolonial, que ecoam as vozes trans, logo o sujeito trans fala de si mesmo para todos e todas. Significa dizer que tais narrativas fazem o leitor pensar nas realidades da vida da pessoa trans, desde a transição de gênero, a conflitos como a solidão, relações afetivo-sexuais, novas perspectivas de tipos de família (exemplo casais de pessoas trans que geram filhos), como também problemas como a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, entre outros fatores que concernem à realidade dessa população.

Ou seja, *escriptransvivência* significar utilizar-se da própria história de vida e transformá-la em literatura (e obras afins), de forma a pontuar um ponto de vista de dentro para fora. Em outras palavras, as vivências escritas podem revelar, para a sociedade, coisas do dia a dia de uma pessoa trans que, a priori, essa mesma sociedade não tinha ideia. Uma vez lidas, essas memórias poderão ecoar, reunir mais vozes e fazer muita gente refletir e, quiçá, modificar uma compreensão distorcida que, por algum motivo, alimentava em relação à pessoa trans; afinal somente a elucidação poderá romper com a ignorância, que, conseqüentemente, tem levado ao precoceito decorrente daquilo que não se compreende.

Justamente ao pensar nessa falta de cohecimento, sendo que a diversidade entre o público LGBTQIA+ é plural, diversificada, compreender as diferenças pode ser um passo inicial para a construção de uma sociedade muito mais justa. De acordo com Hailey Kaas (2015), transfeminismo pode ser compreendido como uma corrente feminista que teve origem nos EUA, voltada para as pautas de pessoas trans, que “com a falta de visibilidade e até mesmo exclusão dentro do próprio movimento feminista, as pessoas trans se organizam para lutar em prol de sua emancipação e autonomia” (KAAS, 2015, p. 1). Sendo assim, diante de um movimento feminista voltado às pautas de mulheres cis, surge esta vertente que pauta os direitos à cidadania da população trans, criando epistemologias

ao lutar por sua visibilidade, em defesa de sua identidade de gênero como bandeira política. Quando se diz respeito ao ser transgênero, é possível entender que o ser Transgênero significa ter uma identidade de gênero diferente do sexo que lhe é atribuído desde a nascença. Dessa forma, ser transgênero seria não se identificar com o sexo biológico, portanto em oposição ao cisgênero. Sendo assim, podemos classificar como transgênero toda pessoa de gênero dissidente, ou seja, cujo gênero difere do esperado socialmente para seu sexo biológico,

[...] a não conformidade com a norma de gênero está na raiz do fenômeno transgênero, sendo ela – e nenhuma outra coisa – que determina a existência do fenômeno transgênero. [...] não se trata de “mais uma” identidade gênero divergente, mas de uma circunstância sociopolítica de inadequação e/ou discordância e/ou desvio e/ou não-conformidade com o dispositivo binário de gênero. [...] A transgeneridade é um fenômeno extremamente amplo, podendo apresentar uma imensa variedade de manifestações. O termo transgênero também vem sendo utilizado para classificar pessoas que, de alguma forma, não se reconhecem e/ou não podem ser socialmente reconhecidas nem como “homem”, nem como “mulher”, pois a sua identidade de gênero não se enquadra em nenhuma das duas categorias disponíveis. Desta forma, transgênero refere-se a todo tipo de pessoa envolvida em comportamentos e/ou atividades que transgridem as normas de conduta impostas pelo dispositivo binário de gênero (LANZ, 2014, p. 70-71).

Ou seja, trata-se de uma questão bastante ampla. A não-conformidade com o sexo biológico é apenas um dos pontos a ser considerado, pois para Peres e Toledo (2011), por exemplo, a definição de transgênero está sempre em construção. Dessa forma, não há uma definição engessada, pronta. Compreender o ser transgênero como aquele que não se identifica com o sexo que lhe atribuído ao nascimento é uma informação que pode ser levada em consideração como ponto de partida, mas a complexidade da questão está muito além da não identificação.

Já quando se fala em identidade de gênero, refere-se ao modo como o indivíduo se vê no mundo; trata-se de uma identidade política, não condizendo necessariamente com aspectos biológicos. Logo, alguém se autodeclara homem, se autodeclara mulher, trata-se de uma construção político-social. Para entender identidade de gênero no presente trabalho, é preciso compreender o conceito de transição de gênero refere-se ao processo pelo qual pessoas trans avançam quando se deslocam para um papel de gênero que difere do associado ao sexo designado no nascimento (BAGAGLI, 2021). Destarte, a transição de gênero pode corresponder ao processo de modificações corporais, como implante de

próteses de silicone e cirurgias de feminização facial, por exemplo, como também corresponde a assumir um nome social conforme a identidade de gênero que se identifica.

Apesar de, historicamente, haver distinção entre sexo, dentro do parâmetro fator biológico, e também gênero, numa perspectiva social ou cultural, que visa contribuir na constituição do homem/mulher e mulher/feminino (BUTLER, 1990), tal progressão mostra-se insatisfatória para muitos teóricos, visto que o conceito de gênero atrelado ao sexo biológico, que é uma construção social, aponta para um processo de censura à liberdade do indivíduo. Lanz (2014), por exemplo, defende a diversidade e a liberdade de escolha, de opção, distinção ou oposição por parte dos sujeitos. Ou seja, tomar unicamente por fator de apoio o sexo biológico para designar pessoas, torna-se uma partida equivocada. Infelizmente

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas (BENTO, 2012, p. 2657).

Neste aspecto, é preciso compreender que a dicotomia homem/mulher está para além da atribuição do sexo de nascimento. Reduzir a compreensão nessa dicotomia seria estar em constante reducionismo, que não abarca a diversidade existente. Assim sendo, “[...] inúmeros autores têm denunciado o reducionismo do binário de gêneros, argumentando que masculino e feminino representam apenas dois pontos extremos de um continuum de gênero” (LANZ, 2014, p. 50). Em outras palavras, insistir nesse binarismo, e somente nele, seria deixar de fora tudo que foge à regra estabelecida. Por isso, parte da crítica especializada, e dos movimentos, têm se preocupado em romper certos limites considerados tradicionais de gênero e sexuais, de forma a questionar a dicotomia “[...] homem/mulher, heterossexual/homossexual; e ainda outros que não se satisfazem em si mesma” (ARAÚJO; THEOPHILO, 2019, p. 78). Assim sendo, o termo *queer*, em sua origem, era entendido por “estranho, bizarro, esquisito, adoentado, combalido, obscuro, ridículo, homossexual, bicha louca, veado” (BENTO, 2012). Ou seja, inicialmente, o termo tinha significado pejorativo, quando foi criado na Inglaterra, porém, nos dias atuais, o termo *queer* foi tomado pelos movimentos sociais, ressignificando o termo. No entanto, ainda conforme a autora, “os estudos *queer* invertem seu uso e passam a utilizá-la como

marca diferenciadora e denunciadora da heteronormatividade englobando gays, lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros” (BENTO, 2012, p. 260). Ou seja, ressignificam a compreensão anterior da teoria *queer*, tornando-a uma ferramenta de, também, resistência.

A ideia de homem/mulher tem sido alimentada por uma construção totalmente fundamentada nos corpos biológicos, nos quais a genitália é um dos parâmetros para diferenciar o macho da fêmea. Porém, como já foi pontuado, o binarismo homem/mulher não consegue abarcar pessoas que fogem a esta predeterminação. Dessa maneira, o binarismo de gênero, segundo a *Cartilha do Conselho Federal de Serviço Social*, corresponde a uma ideologia “constituída pela afirmação de que mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável” (Cartilha do Conselho Federal de Serviço Social, 2016, p. 8). O que significa dizer que, este conceito estabelecido na sociedade, afirma que as distinções biológicas entre o sexo masculino e feminino existem em absoluto, não considerando determinadas características como construções sociais. Dentro dessa perspectiva homens são considerados fortes, másculos, valentes, sempre prontos a proteger as mulheres, que seriam o “sexo frágil”, pois determinadas atitudes e características são entendidas socialmente como inatas ao homem ou à mulher.

Pensar na diversidade coexistente é fundamental para que todos os indivíduos se sintam pertencentes à sociedade, sem lhes ser negado nenhum direito. É preciso romper com os paradigmas com o diferente, afinal são as diferenças que ajudam a construir significados no mundo. A multiplicidade, portanto, deve ser respeitada, seja o sujeito homossexual, heterossexual (...), travesti etc. Ao falarmos em travesti, é preciso que tenhamos certa noção do que esse termo significa, e como são as pessoas que se identificam nessa posição e desejam se autoafirmarem. Como ponto de partida, podemos definir a pessoa travesti como as pessoas que “nascerem, foram registradas no sexo masculino, com base apenas no seu sexo genital, e procuram inserir em seus corpos, símbolos que é socialmente convencionado como feminino” (Conselho Federal de Serviço Social, p. 11). Faz-se necessário entender que a diferença entre travesti e transexual depende apenas de como o indivíduo prefere se autoafirmar, pois se tratam de identidades políticas de pessoas que se reivindicam enquanto pertencentes ao gênero feminino.

Logo, uma pessoa designada do sexo masculino, no ato do nascimento, “transiciona” de gênero, podendo assumir-se travesti ou transexual ao assumir sua

identidade feminina. Assim, ambas, a travesti e a transexual, podem ser chamadas pelo termo transgênero (termo guarda-chuva), em geral passam por cirurgias e/ou outros procedimentos como implante de próteses mamárias, feminização facial entre outros para adequar seu corpo à sua mente; em suma, a diferença entre os conceitos não se dá por procedimentos estéticos e/ou cirúrgicos, dado que são identidades construídas socialmente.

Assim sendo, a transexualidade, portanto, consiste na discordância entre o sexo de um indivíduo e o gênero com o qual deseja ser reconhecido socialmente, ou seja, a identidade de gênero. Conforme Knudsen (2007), Harry Benjamin foi o primeiro médico a estudar a transexualidade. O termo transexual se originou com a publicação de um artigo do sexólogo David Cauldwell, em 1949. Em 1987, o chamado transexualismo foi incluído no DSM III (Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais). Em 1994, o termo transexualismo foi mudado para Desordem de Identidade de Gênero, e, posteriormente, o termo Desordem de Identidade de Gênero foi substituído por Transtorno de Identidade de Gênero (KNUDSEN, 2007). Vale salientar que para que hoje tivéssemos tais definições, houve um evento histórico de suma importância: em 1969, ocorreu a chamada Revolta de Stonewall, quando a polícia invadiu o *bar Stonewall Inn*, em New York (FACCHINI, 2003), no intuito de reprimir os clientes do bar que era o reduto de gays, lésbicas, trans, drag queens; estes enfrentaram a polícia, dando início ao movimento de luta pelos direitos da classe LGBTQIA+.

As pessoas trans tiveram uma participação intensa em tal acontecimento. Após tal marco histórico houve um avanço na luta pelos direitos em prol da comunidade LGBTQIA+, e certos direitos eram reivindicados como o casamento igualitário, adoção de crianças por casais homoafetivos, entre outros. A (auto) afirmação da identidade de gênero, portanto, se tornou bandeira de luta política, não apenas nos EUA, em vários recantos do mundo, reverberando também no contexto dos movimentos sociais, no Brasil.

Assim sendo, a transexualidade diz respeito a não concordância, identificação como o sexo de nascimento: se do sexo masculino, se identifica com o sexo feminino; se do sexo feminino, se identifica com o masculino. Neste último caso, são chamados de “homens trans”. Os homens trans correspondem aos indivíduos designados do sexo feminino, no momento do nascimento, mas que se identificam como homem. Ou seja, o sexo biológico corresponde ao feminino, no entanto, não se sentem pertencentes a esse grupo; identificam-se como homem e não como mulher. Conforme a autodeclaração vai acontecendo, elas vão compondo um grupo organizado politicamente no Brasil. Além

disso, há movimentos sociais no Brasil, atualmente, destinados a zelar pelos direitos dos transexuais, a exemplo das organizações como o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), fundado em julho de 2013, em João Pessoa, conforme Bonan, Gaudenzi, Pereira (2021).

Quanto aos termos Cissexismo e Bajubá ou Pajubá, o primeiro considera-se, neste trabalho, que a sociedade está baseada em um cis-tema que significa dizer que pessoa ‘cis’ corresponde a pessoa cujo gênero designado à nascença está em concordância com a identidade de gênero esperada. Ou seja, são pessoas, que em tese, se identificam com o sexo biológico; o segundo trata-se de um dialeto advindo das línguas africanas. Segundo a ativista, travesti, Jovanna Baby, trata-se do “dialeto baseado nas línguas africanas empregadas pelo candomblé; é a linguagem praticada inicialmente pelas travestis e posteriormente estendida a todo universo LGBTI+” (SILVA, 2021, p. 42).

Neste primeiro tópico, as pontuações de eventos históricos, definições e explicações de termos, podem contribuir para nos situarmos nas questões a serem discutidas de agora em diante, visto a publicação de obras de autoria trans e/ou que narra a vivência trans não se trata de um fenômeno recente ou isolado dos eventos que ocorreram no mundo. Segundo uma reportagem do site *Geledés*⁵, “nos últimos dez anos, a produção explodiu: foram 57 obras publicadas nos anos 2010, contra apenas duas nos 2000 e seis na década de 1990, segundo levantamento da pesquisadora e escritora trans Amara Moira” (TORRES, 2020). Ao compararmos os desafios enfrentados pela comunidade trans nos anos anteriores a 2010, sobretudo pelas autorias trans e autores de obras que fazem referência à transexualidade, constata-se que de 2010 para cá, a representação trans tem tomado certo destaque não somente no campo da cultura, mas também no da política, o que proporciona maior oportunidade de espaços.

Assim sendo, as informações problematizadas, ao longo do tópico, revelam que, atualmente, há o emergir de publicações de autoria trans, visto que, cada vez mais, homens trans, mulheres trans, travestis e pessoas não-binárias usam a literatura como ferramenta política, defendendo pautas que lhes são inerentes. Ou seja, através de uma literatura (e manifestações artísticas afins) não-canônica, de caráter predominantemente autobiográfico, criam epistemologias que aqui chamamos de escritransvivência. Em outras palavras, a escrita das vivências reais da pessoa trans.

⁵ Disponível em <https://www.geledes.org.br/autores-trans-derrubam-estereotipos-e-mostram-outra-realidade-para-alem-do-preconceito/>

1.2. Amara Moira e a recepção de sua obra, *E se eu fosse puta*, no Brasil

Primeiramente, precisamos falar sobre quem é a autora da obra que iremos discutir. Amara Moira é travesti e transfeminista, doutora em teoria e crítica literária pela Unicamp, com tese sobre o *Ulysses*, de James Joyce. É autora do livro *E se eu fosse puta* (Hoo editora, 2016). Entre outras publicações, está o capítulo “Destino amargo no livro Vidas trans – a coragem de existir” (Astral Cultural, 2017), além do monólogo, em pajubá Neca, publicado em *A Resistência dos vaga-lumes* (Nós, 2019). Também tem se dedicado à pesquisa de obras escritas por pessoas trans no Brasil, com foco nas escritransvivências. A autora ainda tem feito publicações de ensaios de crítica literária sobre o cânone nacional, sendo também professora de um cursinho preparatório para o ENEM chamado Descomplica, onde atua como professora de literatura de língua portuguesa.

Aos 29 anos, Amara estava no mestrado pela Universidade de Campinas (Unicamp) e vivia com a sua família; o nome Amara Moira foi escolhido devido a um trecho da epopeia Odisseia, de Homero, conforme consta em sua obra, Amara Moira significa Destino amargo (MOIRA 2018, p. 32), o que representa uma sina, como se as moiras (as divindades que determinam o futuro, segundo a mitologia grega) tivessem traçado o seu destino.

Nota-se porque Amara Moira tem sido bem atuante em sua vida intelectual, visto que apesar de já doutora, ela continua intensificando suas pesquisas. A autora, dentre os seus trabalhos diversos, tem buscado dar foco em um de seus projetos que perpassam suas produções acadêmicas, investigar obras de autoria trans. Em entrevista concedida aos pesquisadores De Luca e Puosso, Amara Moira fala sobre como tem sido essa sua busca por obras de autoria trans que, por diversos motivos, foram esquecidas ao longo do tempo, bem como os critérios usados no levantamento bibliográfico sobre tais obras e autorias, destacando que: “em toda obra que cataloguei nessa lista foi escrita por pessoas que se reivindicavam trans, mas de qualquer forma pode-se argumentar que nenhuma dessas pessoas era indubitavelmente cis” (MOIRA, 2019, p. 246). Ou seja, trata-se de um trabalho bastante minucioso, visto que qualquer afirmativa pouco verificada pode-se cair

no erro. Como disse a própria autora, nem todas as obras, catalogadas, por ela, ao longo de seus estudos, pode-se afirmar, de certeza, que foram escritas por pessoas trans, mas, ainda conforme Moira, pode pelo menos ter certos vestígios de que tais autorias não eram cis, dando a entender que para considerar as obras de autoria trans no Brasil, é preciso considerar que os autores nem sempre se identificaram como transexual ou travesti. De toda forma, tais escritos são importantes por se tratar de literatura escrita por autores de gênero dissidente. Há diversas nuances como, por exemplo, o ano em que a obra foi escrita, o distanciamento que o autor pudesse ter dos movimentos sociais e, sobretudo, dos conceitos que consideramos hoje em dia, entre outros aspectos.

Tendo em vista o contexto histórico, que o autor ou autora está inserido/a, pode-se considerar as obras de autores como *Madame Satã- Autobiografia* e *Vera Verão- Bofes & Babados* (1999) como obras que contribuíram para as discussões de literatura trans no Brasil. A escritransvivência pode representar uma categoria política, visto que “há um desejo de trazer luzes para essa produção. Produção que, como se vê, é enorme apesar de tão pouco desconhecida” (MOIRA, 2019, p. 247). Ou seja, pode-se inferir, a partir da colocação de Moira, que, apesar de termos uma produção relativamente considerável, as obras de autoria trans (ou de temática trans) ainda são pouco conhecidas do grande público leitor. Por isso a autora defende não somente a identificação dessas obras, mas também o resgate e a recolocação delas no mercado editorial. Para isso, entretanto, necessita-se partir do começo: investigando, identificando, catalogando e trazendo a público o resultado de tal pesquisa. Logo, explanar sobre essa categoria pode evidenciar reflexões que contribuem na visibilidade de pautas importantes para a comunidade transgênero, como o respeito ao nome social e à identidade de gênero, entre outras.

A evidência das obras de autoria trans corrobora com os estudos de obras literárias de autores como a escritora Cassandra Rios, também conhecida como Safo de Perdizes, escritora que foi expoente de ficção e erotismo na literatura nacional, e atingindo, em 1970, o número de 1 milhão de livros vendidos. Suas obras tratam de forma recorrente de temáticas como homossexualidade, transição de gênero e lesbianidade, por isso seus livros foram considerados pornográficos, logo censurados e apreendidos pela ditadura militar. Tal ocorrido proporcionou a marginalização da autora. Ao pensar no cânone literário brasileiro, é possível ver que a escrita de mulheres se manteve historicamente vilipendiada, como se não fosse pertinente, de modo que o cânone tem sido composto majoritariamente por homens, em sua maioria, brancos.

Cassandra Rios, portanto, foi uma mulher muito a frente de seu tempo. Ela pontou

temas caros para uma época de preceitos extremos e de muita repressão. Em sua obra *Georgette* (1973), por exemplo, é possível perceber claramente indícios de vivências de personagens que não condizem com os padrões de gênero que se espera socialmente, como se pode observar no trecho destacado a seguir: “a sugestão dominara-o por completo. “Bob era Georgette. Ele era Ela” (RIOS, 1973, p.178). Nessa perspectiva, podemos citar a personagem Georgette como exemplo de personagem transgênero, pois se trata da história de uma personagem em que a narrativa relata a sua construção identitária, a começar pela infância, passando pela adolescência, pelos primeiros sentimentos em relação ao gênero almejado e o interesse afetivo pelo gênero masculino.

Portanto, a história, com sua narrativa realista, evidencia experiências vividas por uma pessoa travesti como, por exemplo, a rejeição que a personagem sofre por parte da família, os conflitos amorosos e os preconceitos da sociedade patriarcal.

Sendo assim, literatura e sociedade⁶ estão intrínsecas, isto é, espelho uma da outra. Em outras palavras, enquanto a literatura reflete a sociedade, a sociedade se reflete ou é refletida pela literatura. O fato é que, muitos estudiosos já se indagaram sobre o papel da literatura. Muitas formulações foram elaboradas, poucas aceitas e muitas descartadas ao longo do tempo. No ano de 2012, o crítico José Castello indagava (em uma matéria para o Jornal On-line *O Globo*) a respeito do poder da literatura em tempos contemporâneos. Para ele, a literatura pode ser compreendida como algo inútil, visto que, a priori, parece não servir para nada. No entanto, “O poder da literatura vai muito além das livrarias de aeroportos, do entretenimento cotidiano ou da vaidade cristalizada com a qual a universidade lhe reveste” (FRANCO; SOARES, 2018, 431). Isto é, muito além do brilhantismo de uma obra literária. A literatura

se infiltra, como um veneno, “nas pequenas frestas de seu espírito. Mas, nele instalada pelo ato da leitura, que escândalos, que estragos, mas também que descobertas e que surpresas ela pode deflagrar (CASTELLO, 2012, s.p).

Se levarmos as palavras de Castello para o contexto das obras de Cassandra Rios, por exemplo, podemos compreender, por fim, o quanto a autora deve ter enfrentando obstáculos. Suas obras causaram escândalos na década de 1960 e 1970, mas também, em algum momento gerou descobertas. De modo semelhante ocorre na contemporaneidade,

⁶ CANDIDO, A. 1965.

pois, apesar de maior abertura para se discutir temas transversais, ainda há muito preconceito com o diferente.

A recepção de *E se eu fosse puta* (2016) no Brasil, de Amara Moira, foi repleta de altos e baixos. A obra, que é composta por 44 textos entre crônicas e poemas, tem a proposta, conforme declarações da autora em suas várias entrevistas, de desconstrução literária, moral, social, e até religiosa, visto que a autora constante, por exemplo, que “há algo de Jesus Cristo em toda prostituta”, constatação polêmica que só veio acalorar discussões divergentes acerca de sua obra, dentre elas a troca do termo ‘puta’ pelo ‘pura’ na edição seguinte, como veremos mais adiante. O fato é que, apesar das críticas, algumas negativas, o livro conquistou leitores, vendendo bastante exemplares, o que proporcionou novas edições e traduções para outras línguas, a exemplo do espanhol. Ressalta-se, porém, que a partir de 2018, a nova edição trouxe modificação no título da obra. O título anterior a 2018 era *E se eu fosse puta*, a partir de 2018, porém, o título passou a ser *E se eu eu fosse pura*, o que denota que, apesar de um determinado sucesso, a obra passou a receber certa censura quanto ao título.

Dessa forma, a recepção de *E se eu fosse puta*, na versão anterior a 2018, apesar das ressalvas, no Brasil pode ser entendida por relativamente boa, especialmente entre a nova geração de acadêmicos visto que há textos publicados sobre a obra, como, por exemplo, o artigo *Amara Moira – E se eu fosse puta*, de Adenize Franco e Luiz Soares, publicado na Revista *Scielo Brasil* em 2018.

Sobre o livro, Franco e Soares assim se manifestam:

É um livro sobre porquês. É um livro sobre decisões, sobre começos e fins. Os capítulos e as histórias vão se alternando entre a profissão de prostituta e o desejo de escrever, tudo, absolutamente tudo, no escurinho dos becos, sem o olhar do mundo. Ao narrar seu relacionamento com os “lixos” (é assim que ela se refere aos homens que a procuram), Amara grita sua condição, escreve sobre a rua ao mesmo tempo em que a vive, denuncia os abusos e as violências que sofre – e que são muitas (FRANCO; SOARES, 2018, p. 432).

Ou seja, trata-se de uma obra que trará à tona os porquês da profissão de prostituta, do desejo pela escrita etc. Desse modo, a ideia de analisar a obra *E se eu fosse puta* vem

do fato da obra se encaixar perfeitamente como um exemplo de escritransvivência, sobre a vivência de uma travesti no contexto da prostituição, a travesti que se fez prostituta, a acadêmica que se fez escritora, a jovem que em meio a sua vivência acadêmica na Unicamp decide iniciar sua transição de gênero e aventurar-se como prostituta utilizando esta vivência como laboratório para a escrita do livro. Vale salientar que a experiência da autora é uma exceção em meio a uma população que vive predominantemente do ofício da prostituição em situação de vulnerabilidade social, o que não representa a sua trajetória.

1.3.A mercantilização dos corpos trans a partir dos trechos de *E se eu fosse pura*, de Amara Moira

Primeiramente, é necessário compreender que, para a sociedade heteronormativa em que vivemos, representa uma impropriedade uma pessoa, do sexo masculino, declarar-se mulher. Logo, o corpo de uma pessoa trans é constantemente visto como exótico ou abjeto, pois, por mais que ela possa se aproximar fisicamente da normatividade cis, por mais que seu corpo possa se assemelhar a um padrão feminino biológico através de procedimentos estéticos, tal corpo é sempre visto de modo inferiorizado, como uma “imitação”, um “falso” corpo, um corpo bizarro; um corpo onde convivam seios e pênis, por exemplo, é sempre deslegitimado socialmente, pois representa, nas palavras de Amara, “um corpo que se faz à revelia das regras” (MOIRA, 2018, p. 5). E este corpo, lido socialmente como abjeto, devido a fatores como a falta de oportunidade de trabalho, comumente encontra na prostituição uma forma de subsistência (MOIRA, 2018).

Em *E se eu fosse pura*⁷ mostra que os discursos de travestis e transexuais que se prostituem não transparecem no lugar de vítima, muitas têm ressignificado este lugar através do ativismo ou, no caso da autora, através da escrita literária focada na vivência, como ela afirma no seguinte trecho: “travesti que se descobre escritora ao tentar ser puta e puta ao bancar a escritora” (MOIRA, 2018, p. 21), tendo em vista que a sua transição

⁷ A partir de então, adotaremos o título alterado de *E se eu fosse puta* para *E se eu fosse pura*, este último título atual do livro de Amara Moira.

de gênero coincidiu com o fato de tornar-se escritora, a prostituição que impulsionou a travesti de classe média a publicar a sua vida íntima em forma de escrita autoficcional, eis o universo controvertido e genial de Amara Moira. Aquela que usava “roupas comportadas”, inclusive fora apelidada de “crente” (MOIRA, 2018, p. 22), aquela que, antes da transição de gênero, adquirira a experiência “gratuita dos *dark rooms* da vida”, quando ainda vivia como homem cis.

A autora diz que, segundo entrevista concedida ao site *sul21.com*, “A primeira vez que se viu Amara diante do espelho foi às vésperas de desfilar com 100 mil pessoas pela Avenida Paulista em 4 de maio de 2014 (MOIRA, 2017), desde então assumiu-se como Moira, rompendo a bolha que ainda a mantinha em seu corpo cis. .A autora afirma ainda que estar trajada, caracterizada pela primeira conforme o gênero que se identifica lhe deu uma sensação imensa de liberdade, de encontrar-se consigo mesma.

Ao analisar a narrativa de Amara Moira, vemos que há uma necessidade de dar atenção às narrativas que estão em evidência na contemporaneidade, enfatizando questões de gênero e raça, por exemplo, posto que “A literatura sempre foi uma instituição que não gosta de mudança, que se quer mantenedora do status quo, principalmente porque dominada ou sob o controle, ou poder de grupos” (SILVA, 2016, p. 158). Sendo assim, o fato da presente pesquisa se tratar da análise da obra escrita por uma pessoa trans, destaca-se uma nova roupagem nos trabalhos acadêmicos e na crítica literária brasileira. Ao ler uma obra desta natureza, o leitor se vê em uma posição de pensar sobre determinadas realidades sociais, e, assim, tal literatura contribui para a intelectualidade das pessoas formadoras de opinião, sejam as classes tidas como minoritárias, seja uma classe como a de mulheres trans e travestis, que atualmente se levantam como escritoras, pesquisadoras e críticas literárias. Dessa maneira, essas mentes pensantes vão, aos poucos, criando epistemologias e fazendo a diferença no que tange ao âmbito literário brasileiro.

Para que hoje tivéssemos mulheres trans que são pesquisadoras, professoras na área de Letras, ou outras, graduadas, mestradas, doutoras, foi preciso uma luta de um movimento social de travestis organizadas para que houvesse a criação de políticas públicas que permitissem o acesso e permanência, desta população, no âmbito acadêmico. Essa população, em geral, vive em situação de grande vulnerabilidade social, uma vez que, infelizmente, ainda é vista de forma marginalizada pela sociedade.

Conforme relato da ativista Jovanna Baby: “ainda na fila do cinema fui detida pela polícia capixaba pelo fato de ser travesti, minha presença naquele espaço era uma afronta aos bons costumes, ser travesti era sinônimo de vadiagem” (SILVA, 2021, p. 18).

Através deste relato, podemos perceber que a travesti, na década de 1980, era vista como um indivíduo marginalizado, e a qualquer momento, pelo simples fato de transitar nas ruas, a travesti poderia ser enquadrada na Lei nº 3688 de 1941, conhecida como Lei da Vadiagem.

Para resistir diante de um cis-tema opressor, as travestis se mobilizaram em um movimento social, criando organizações sem fins lucrativos em prol da defesa dos seus direitos. Assim, em 1979, houve a criação da ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados) visando “a inclusão do nome Liberados ocorreu pelo fato de que à época muitas travestis se identificavam como ‘homens’ durante o dia e a noite se montavam para se prostituir” (SILVA, 2021, p. 22). Desse contexto, surge um movimento em defesa da identidade de gênero feminina, em prol de direitos básicos como acesso à saúde, educação, moradia digna, entre outros princípios básicos essenciais para a sobrevivência.

Segundo Jesus (2018), em texto escrito sobre a população trans na História, publicado no site da *Revista Cult*, após a criação da ASTRAL, surgiram “a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) e o Grupo Filadélfia de Santos, em 1995; o Grupo Igualdade, em Porto Alegre, e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracaju, em 1999”. Sendo assim, no início do presente século, houve a criação de entidades nacionais como a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), a Rede Trans e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). E, devido às exclusões sociais que sofrem, as travestis são verdadeiras criadoras de linguagem, pois criaram “uma Cultura do Corpo única, fundamentada na linguagem falada, constituindo-se como uma oralitura” (JESUS, 2018).

Trata-se de um conhecimento que vai para além do âmbito acadêmico, tendo em vista que as travestis historicamente estiveram de fora desse meio. Porém, por resistir ao cis-tema, galgaram políticas públicas como as cotas para a população trans que há em algumas universidades do Brasil.

Essas são questões que podem revelar que, devido às lutas dos movimentos sociais e organizações como a ANTRA, que atuam em prol do acesso e permanência de pessoas trans em ambientes como o universitário, já há o acesso de pessoas trans às universidades e políticas como as cotas contribuem para que isto ocorra, no entanto não há um número tão expressivo de pessoas trans ocupando o âmbito acadêmico, nem inserido nos espaços de poder, o que evidencia que a luta em prol dos direitos básicos como o acesso à educação continua. Logo, as pautas de gênero devem ser discutidas no âmbito escolar desde a Educação Básica, como também questões de etnias entre outras, assim a Educação

deve ser vista como a mais potente arma de luta contra todas as formas de discriminação e em prol de uma sociedade melhor para todos e todas.

A inclusão de mulheres e homens trans, travestis, pessoas não-binárias nas universidades têm contribuído para que conceitos como transexualidade e transgeneridade se popularizem no contexto brasileiro, devido ao fato de que durante as últimas décadas do século 20, vai-se consolidando um modelo de militância focado em uma agenda de promoção de iniciativas institucionais inclusivas, representadas por políticas como a inclusão do nome social de transgêneros no ENEM. O fato do transfeminismo atualmente ter visibilidade devido ao ativismo e atuação acadêmica de pesquisadoras como Amara Moira, Jaqueline Gomes de Jesus, Beatriz Pagliarini Bagagli, Sara Wagner York, entre outras, tem estimulado a discussão de temas como a autonomia do movimento trans diante de outros movimentos sociais, a luta internacional pela despatologização das identidades trans, o livre direito a expressar a diversidade sexual, questionando conceitos pré-estabelecidos socialmente como os privilégios da cisgeneridade, o reconhecimento da existência da infância e adolescência trans, a inserção de transgêneros no mercado de trabalho formal e a representatividade nas artes como a literatura e música, como também na política partidária, representam um movimento que tem crescido em prol da defesa de um lugar de fala, o lugar de fala da autora trans, da pesquisadora trans.

Assim sendo, a partir de alguns trechos de *E se eu fosse pura*, é possível perceber como esses corpos trans são mercantilizados numa sociedade contemporânea. Na crônica *E se eu fosse puta*, texto, aliás, que deu origem ao título do livro, primeira edição, a personagem vai narrar como se dão os encontros sexuais com seus clientes-ficantes. A personagem cria toda uma atmosfera que vai, de certa maneira, situar o espaço descrito numa atmosfera de prostituição:

Não havia luz, só cheiro ali no mato, o matel, e as muitas, muitas camisinhas usadas pelo chão fazendo clep à medida que caminhávamos atrás dum cantinho vazio, eu de salto pisando a terra, ele empurrando a moto. Não havia luz, mas assim que ele abaixou a cueca houve cheiro, o de suor, de homem, me invadindo as narinas, dando água na boca. É ali que a gente trabalha, todas, todas, no escurinho onde der, atrás do abacateiro, ou dentro do carro do cliente quando há carro, ou no quarto do motel, pensão, se se dispõem a pagar a mais. O mais das vezes não, e meu cliente, o primeiríssimo que tive, veio de moto e dizia só ter mesmo aqueles vinte reais na carteira (até abriu pra eu ver), um oralzinho só, com pressa, mas no capricho (MOIRA, 2016,

p. 15).

No trecho destacado, percebe-se que o ambiente é subalterno. A prostituição relegada às travestis acontece em espaços precários, muitas vezes ao ar livre, como ocorre no texto da Moira, no matagal. Além disso, há a precariedade dos valores cobrados, vinte reais, valor expressivamente baixo, que denota o bareteamento desses corpos muitas vezes vistos como abjetos, a escória que realiza certos desejos a custos baixíssimos. Essa mercantilização, que ganha concorrência nas ruas, é uma forma de avaliar os corpos como se fossem objetos, moedas de troca. Um açougue à ceu aberto onde propostas e contrapostas conduzem até a cena final, a realização dos desejos, a concretização ou não do ato da prostituição. No conto *O começo, ah, o começo*, podemos perceber esse jogo de sedução e dissimulação na prostituição:

Percebi rapidinho que a ideia de alugar meu sexo, o tempo de contato íntimo com meu corpo, parecia mais fácil na teoria do que na prática: quanto valia esse tempo, esse corpo? Falar xis significava ouvir xis menos ípsilon, e esse processo da barganha ia consumindo a minha autoestima (MOIRA, 2016, p. 24).

A oferta no mercado da prostituição barateia os corpos à mostra, a livre escolha do cliente desejoso, que, muitas vezes, quer apenas saciar-se sem considerar o desejo da prostituta também:

A prostituta não tem seu desejo considerado, muitas vezes nem mesmo a sua dignidade é respeitada. Não se trata, portanto, de uma troca bilateral de prazer, não há reciprocidade. O que ocorre é a utilização unilateral do corpo da mulher pelo homem, cuja contrapartida (esperada) é o dinheiro (PATEMAN, 1993, p. 291).

Os corpos mercantilizados têm a necessidade de utilizarem-se de barganhas que possam favorecê-los em detrimentos de outros, mas ao tratar-se de sobrevivência, o jogo de propostas e contrapostas, às vezes, é deixado de lado, pois haverá momentos, não raro, que aquele corpo que se prostitui terá de escolher entre receber pouco ou não receber nada, como a narradora, ainda do conto *O Começo, ah, o começo*, nos expõe: “O valor me horripilava, mas ainda que fosse o dobro, triplo, eu continuaria me sentindo ultrajada. As amigas de profissão me diziam: “antes vinte na sua bolsa que na da outra, pois alguma vai levar o dinheiro” (MOIRA, 2016, p. 24). A personagem, portanto, toma consciência

do barateamento de seu corpo exposto na vitrine, que são as ruas noturnas. E ter tal consciência desse fator a deixava “horripilada”, mas as amigas lhe alertavam para a realidade: “antes os vintes na bolsa” do que nada. Assim, a literatura, de certa forma, representa a vida. Os textos, em primeira pessoa de Amara Moira, constroem uma grande crônica do cotidiano da prostituição de travestis e mulheres cis que, por diversas causas, têm tais atos como meio de sobrevivência.

Segundo Franco e Soares (2018), podemos entender que a literatura “carrega consigo o poder de desassossegar nossa existência, o poder de interrogar a vida” (FRANCO, SOARES, 2018, p. 431). Sendo assim, *E Se eu fosse pura* é uma obra que nos traz diferentes reflexões e faz com que reflitamos sobre a importância de uma literatura voltada a expressar a crônica desses corpos trans, que trazem toda uma experiência de vida contada, na maioria das vezes, por uma voz confidencial, em primeira pessoa, que, por sua vez, encaixa-se no gênero autobiográfico. Tal gênero se trata, conforme postagem na página do *Núcleo de Estudos Autobiográficos da UFBA*, de uma categoria representada por textos que, podem assumir distintos modos de relatar a história de uma vida (OLIVEIRA, 2015). Também, podemos refletir sobre uma possível relação entre crítica literária e autobiografia, posto que: “A pessoa escreve sobre sua vida quando crer escrever sobre suas leituras” (OLIVEIRA, 2015).

Sendo assim, a leitura e análise de uma obra, como *E Se eu fosse pura*, evidencia a importância de repensar os cânones, posto que, como afirma a autora, em geral a escrita literária historicamente representou uma linguagem que deveria ser polida para ser respeitada, erudita para ser levada a sério, com o detalhe de “especialmente se você não é autor homem, branco, rico, respeitado” (MOIRA, 2018, p. 6). Ou seja, o cis-tema literário sempre privilegiou uma classe que desde os primórdios do Brasil representara uma classe privilegiada em detrimento de outrem.

Outras reflexões possíveis são questões mais profundas, como compreender o conceito de local de fala (conceito tal considerado importante para minorias sociais, sobretudo à população de transgêneros no Brasil) e conceituar local de fala, tendo em vista o conceito da filósofa e escritora Djamila Ribeiro, que afirma que: “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p. 37). Sendo assim é preciso reconhecer que o lugar que determinada classe ocupa socialmente faz com que veja o mundo à sua maneira, logo uma mulher trans, travesti é o sujeito que tem o lugar de fala para falar da sua vivência no que

concerne à identidade de gênero, porém historicamente esse grupo esteve fora dos espaços de poder, como a política, as profissões consideradas de elite e do âmbito da publicação literária.

Hoje, uma geração de escritoras, como Amara Moira, que se levanta para assumir o seu local de fala, criando epistemologias e quebrando paradigmas, posto que não aceita o lugar de subalternidade que lhes fora relegado na pirâmide social abaixo das pessoas cis. Vemos o emergir de um grupo social que não aceita mais estar de fora também do âmbito da pesquisa e criação literária. Este posicionamento contribui para que a sociedade reconheça as autoras trans como sujeitos criadores de conhecimento.

1.4. Literatura: definição e compreensão para além da erudição

Definir literatura é uma busca em que não há uma verdade absoluta, porém se faz necessário questionar a importância de tal conhecimento. Conforme Jouve (2012), a literatura já foi entendida como algo próprio de uma elite, que supostamente possuiria uma “aristocracia de espírito” para admirar, produzir determinadas obras. Como também afirma que “o termo literatura pode rivalizar no plano estético com o termo poesia”.

No século XVIII, o conteúdo do termo literatura, com efeito, está longe de ser unívoco. (JOUVE, 2012, p. 30). Posto que, nessa época, os textos científicos, filosóficos, históricos, tudo aquilo que se considerava ter um “valor intelectual” poderia ser chamado de literatura. Com o desenvolvimento de ciências como a Matemática, Física, Sociologia, entre outras, devido ao fato de tais ciências atingirem sua autonomia, passou-se a entender a literatura como textos de caráter estético, com valor ‘poético’, dissociando o conceito das produções criadas pelas ciências positivas. Logo “a partir do século XIX, ‘literatura’ adquire seu sentido moderno de ‘uso estético da linguagem escrita’” (JOUVE, 2012, p. 30). No entanto, vemos que os primeiros conceitos propostos não caíram em desuso totalmente, pouco se lê em um país historicamente visto como subdesenvolvido, o que revela um elitismo, posto que nem todas as classes sociais tenham o mesmo acesso, incentivo à leitura literária, o que revela o quão desigual é o país em que vivemos.

Continuaremos propondo uma definição para o termo literatura que seja coerente à presente análise. Segundo Eagleton, uma das primeiras tentativas de definir literatura

diz que: “Muitas têm sido as tentativas de definir literatura. É possível, por exemplo, defini-la como a escrita ‘imaginativa’, no sentido de ficção - escrita esta que não é literalmente verídica” (EAGLETON, 2006, p. 1). De fato, mesmo as narrativas literárias que tomam por base as vivências podem se utilizar do processo imaginativo e incrementar ficção às realidades vivenciadas. Por isso fica-nos difícil definir, concretamente, uma fronteira entre o que é realidade e o que é puramente ficção em um texto literário de cunho autobiográfico, por exemplo.

Assim, a distinção entre fato e ficção é tênue, conforme Eagleton (2006). Outra definição possível seria a de que: “A literatura transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana” (EAGLETON, 2006, p. 3). Isto é, mesmo uma literatura pautada nas vivências, há um modo “especial” de narrar tais fatos, de modo que o texto afasta-se do mero contar cotidiano. Isso não quer dizer, no entanto, que a literatura está em um pedestal ou algo do tipo. Quer dizer que, a literatura, por essência, tem uma linguagem que a diferencia da oralidade comum, mesmo para as literaturas que muito se aproximam da simplicidade, da contação oral, das vivências cotidianas.

Posto que: “Qualquer linguagem em uso consiste em uma variedade muito complexa de discursos, diferenciados segundo a classe, região, gênero, situação etc.” (EAGLETON, 2006, p. 7), sendo assim, a linguagem usada entre as travestis e transexuais não corresponde a uma linguagem erudita, acadêmica, porém, hoje em dia, por estarem ocupando diversos espaços, inclusive o acadêmico, isto começa a mudar. Passa-se a usar termos como cis e transgêneros que são termos impensáveis para travestis e transexuais de outras gerações, no entanto o pajubá não perde sua força, ao contrário há diversas publicações literárias em que vemos a sua marca. Os formalistas russos defendem que um texto era literário por ter uma forma fixa, uma erudição no escrever, uma literariedade marcada pela estranheza no discurso seria diferente de um discurso que se tem em momentos de lazer, por exemplo, entre amigos em uma mesa de bar (EAGLETON, 2006, p.10). Ou seja, por mais contemporânea que venha a ser uma obra literatura, ela terá uma forma de narrar que vai diferenciá-la de uma conversa despretenciosa, por exemplo. Afinal, o relato por si, vazio de subjetividade, não se torna literatura.

Dessa maneira, dentre outras questões, precisamos pensar por que ensinar literatura e por que a narrativa amariana é importante. Sobre isto, conforme Jouve (2012), a literatura tem um valor específico para a sociedade, porque “o confronto com as obras-isto é o mais evidente- enriquece nossa existência” (JOUVE, 2012, p. 163), posto que,

quando comentamos um texto literário, atualizamos as possíveis interseções entre obra literária e o contexto cultural em que estamos inseridos, logo o texto literário possui um caráter “sincrônico (o texto é portador de saberes que estruturam nossas representações) e diacrônico (o texto se inscreve em um legado, que ele transmite e reavalía)” (JOUVE, 2012, p. 163). O estudo das obras literárias, portanto, é responsável por favorecer o nosso espírito crítico, podemos entender que há também outro fator importante que explica o porquê de estudar literatura, que é o fato de que analisar um texto literário nos leva a melhorar nossa capacidade de leitura e reflexão (JOUVE, 2012, p. 164). Assim sendo, o contato, ou o ensinar sobre uma obra literária, que expressa vivências das quais nós, leitores e educadores, nos identificamos, a obra literária pode assumir um caráter além de seu papel tipicamente literário: pode nos instruir criticamente, nos ajudar a construir uma visão crítica sobre aquela identificação e, enfim, podermos compreender as lacunas que, sem o auxílio da literatura, poderíamos deixar passar despercebida ou demorar muito mais tempo para perceber.

Os textos de *E se eu fosse pura*, de Amara Moira, reflete, por exemplo, uma realidade de um determinado público, as travestis e transsexuais. No entanto, a obra em si não se limita somente a esse público. Em contato com leitor, determinadas vivências de travestis e transsexuais também podem dialogar com vivências de mulheres cis, e por que não de homens cis, que também vivem questões afins. Trata-se, pois, do papel universalizante da literatura.

Outra importância dos estudos literários está no “valor dos textos literários é resultante da natureza e da originalidade dos saberes que eles veiculam” (JOUVE, 2012, p. 164), ou seja, os textos literários representam um infinito saber, em que sempre haverá algo que descobrir. Os textos ainda podem revelar verdades, criam epistemologias pelo simples fato de existir, são responsáveis por criações de religiões como os textos das *Sagradas Escrituras bíblicas*, por exemplo. Assim, podemos dizer que a literatura evidencia que o ser humano é um oceano profundo repleto de segredos a ser explorado, um texto pode nos trazer distintas reflexões dependendo do momento em que o lemos.

1.5. *E se eu fosse pura*: A importância da obra de Amara Moira como fator de (R)existência

A importância de estudar a obra de Amara Moira estaria no fato de fazer a sociedade repensar sobre uma minoria que esteve historicamente desvalorizada no que concerne à publicação literária. Conforme Souza (2017), “Amara Moira abriu passagem para um novo tipo de militância no Brasil: a escrita da travesti e prostituta que é marginalizada em ambos os lados da sociedade, seja dentro ou fora da comunidade LGBT” (SOUZA, 2017, p. 472); logo, a importância de estudar seus escritos está no fato de representar os escritos de vozes que não eram ouvidas, e hoje são não apenas ouvidas, ou melhor, lidas no Brasil, mas traduzidas para outras línguas.

No ano de 2022, foi lançada na Argentina, pela Mandacaru Editorial, a tradução de *E se eu fosse pura* para o espanhol argentino, o que representa uma grande conquista para a literatura de autoria trans brasileira, pois a obra tem alcançado uma visibilidade para além das fronteiras do Brasil, o que revela que o lugar da travesti não é exclusivamente no ofício da prostituição, mas para além dela também no âmbito da pesquisa acadêmica e no mercado editorial.

A obra implica reflexões bem pertinentes, dentre algumas se destacam: a busca por liberdade sexual, quando a autora afirma que antes da transição tivera a experiência “gratuita dos dark rooms da vida”, ou seja, ela se questiona o fato de já ter uma vida sexualmente ativa tendo estas experiências com diversos parceiros, então poderia exercer a atividade como ocupação laboral. Desmistificação da vivência da prostituição, mostrando que a autora não se considera vítima do cis-tema por ter sido prostituta, ou melhor não é vítima por ser prostituta, pois para a autora a prostituição funcionou como laboratório para sua escrita literária, conforme a sua afirmação de que o seu livro fora resultado de sua vivência como prostituta (MOIRA, 2018).

A transição de gênero, vivenciada pela autora, é outro ponto a ser refletido quando ela afirma que os “primeiros passos de puta” foram também os primeiros passos enquanto Amara (MOIRA, 2018, p. 23), o que corrobora com o artigo publicado pela autora na revista *Contraste*, onde ela afirma que a “Prostituição: espaço que se abre quando todos os demais (família, escola, mercado formal de trabalho) se fecham para nós, mulheres trans e travestis” (MOIRA, 2019, p. 115), porém para além de uma atividade laboral, ela afirma que a prostituição é um espaço em que a travesti pode ser respeitada conforme o gênero que se identifique independente da legislação brasileira garantir ou não condições de vida digna a estas profissionais do sexo. Esta afirmação evidencia que a prostituição

representa, sim, uma atividade laboral de muitas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social (ou nem tanto tendo em vista as acompanhantes de luxo), como também representa um espaço onde elas conseguem vivenciar sua identidade sem que as tratem no gênero masculino e respeitem-nas conforme o nome que elas escolheram para si.

Porém, ao mesmo tempo em que Amara fala da prostituição como um ofício que deveria ser regulamentada por lei para que a profissional do sexo pudesse trabalhar em condições não insalubres, ela afirma que nem tudo no exercício da prostituição são aspectos positivos, já que o olhar da sociedade põe a travesti como alguém marginalizado (no caso, desvalorizando-a enquanto cidadã digna), tal “assédio que nunca tive notícia enquanto posava de homem” (MOIRA, 2018, p. 35). Ou seja, após assumir a identidade de gênero feminina, a autora teve que lidar com olhares de pessoas que se sentem no direito de julgá-la pelo simples fato de ser travesti. A autora afirma que há diferentes realidades no que concerne à prostituição, já que “segundo dados da ANTRA, 70% dos 179 assassinatos de pessoas trans que aconteceram em 2017 no Brasil, ano após ano campeão mundial nessa modalidade, teve trabalhadoras sexuais como alvo” (MOIRA, 2019, p. 115-116).

Vale salientar que o termo prostituição, no que concerne ao fato da pessoa que se prostitui ser vítima de assassinato, em geral não inclui a chamada prostituição de luxo, em que a travesti faz anúncio em sites e atende um determinado número de clientes por um valor consideravelmente elevado, de modo que lhe garante uma condição de vida não precária. Tal termo, na maioria das vezes, se refere à prostituição de rua, da chamada “pista”, em que muitas vezes a profissional do sexo está exposta ao frio das ruas, atender diversos clientes, e à possibilidade de sofrer determinadas violências para garantir o mínimo para sobreviver.

Outra reflexão, que a obra amariana evidencia, é a do estigma que há sobre a prostituta na sociedade, quando ela afirma que amigos de longa data lhe davam a entender que se afastariam dela “te aceitei travesti, mas puta não! você vai ser violentada, pegar AIDS” (MOIRA, 2018, p. 35). Este trecho corrobora com o que a autora afirma sobre a forma que a sociedade vê os corpos (vivências) de travestis e transexuais “existindo numa sociedade que, para todos os registros oficiais, só sabe entendê-los como aberrações físicas e mentais, sinal de mau-caratismo e/ou prova de depravação” (MOIRA, 2019, p. 116). Sendo assim, as vivências trans são erradamente vistas como um referencial de marginalidade e promiscuidade (ainda assim desconsiderando-se o direito da pessoa de,

se quiser, ser promíscua); nesse caso, a suposta promiscuidade, a depravação, seria um desvirtuamento de valores éticos que a travesti, transexual teria como característica própria.

Além disso, comumente ainda se associa homens que fazem sexo com homens, em geral, ou travestis e transexuais, à ideia de estar infectados por HIV, ou ser uma pessoa convivendo com AIDS, enfermidade que fora conhecida na década de 1980 como o câncer gay, conforme “os sujeitos tinham medo de sair de casa por falta de informação, vale destacar que, com o surgimento da AIDS, as primeiras crenças de contágio eram a transferência do vírus pelo beijo ou toque, por isso, a sociedade vivia com medo” (BRITO, ROSA, 2018, p. 772). Tal preconceito levava a sociedade a querer não se aproximar de homens gays ou mulheres trans e travestis, vendo-os como, além de promíscuos, possíveis vetores de uma doença mortal que a ciência estava por estudar.

A escrita de Moira revela, ainda, que este estereótipo errôneo não caiu totalmente em esquecimento, atualmente há quem associe travestilidade a esta enfermidade. Nos anos 1980, uma das pautas do movimento que hoje entendemos como LGBTQIA+, além da defesa da livre orientação sexual, devido ao surgimento da AIDS, e ao estereótipo que o desconhecimento sobre a doença causou, o movimento passou a ter como uma das pautas, o combate contra a AIDS e a melhoria da qualidade de vida de pessoas convivendo com AIDS (FACCHINI, 2003).

A obra de Moira pode ser considerada polêmica por afirmar que se pode exercer a prostituição não somente por sobrevivência, mas por livre escolha; a narrativa apresentada evidencia que pode haver uma realização pessoal da profissional do sexo ao exercer seu ofício, quando a autora afirma “era desde sempre puta. Não das que cobram, porque isso eu ainda não me acreditava capaz” (MOIRA, 2018, p. 41), ou seja, afirma que quando tivera, antes de sua transição de gênero, experiências nos chamados *dark rooms* (loais específicos para sexo casual, podendo ser grupal), conforme o trecho “o olhar de quem só olha e puxa conversa se quiser pegação” (MOIRA, 2018, p. 40), já considerava isto como uma forma de prostituição, porém nesse momento de sua vida ainda não vislumbrava exercer a função como atividade laboral.

Outra problemática evidenciada pela obra amariana é a hiper sexualização dos corpos de mulheres trans, travestis, quando ela afirma que os olhares da sociedade para ela são olhares de rejeição, de zombaria; no entanto, na prostituição haveria uma aceitação daquele corpo de gênero dissidente, quando ela diz “homens me assediando abertamente, querendo saber meu preço” (MOIRA, 2018, p. 31), o que corrobora com a afirmação de

Vergueiro (2014), quando ela ressalta que os corpos trans(femininos) “estão nas fronteiras entre o desejo e a abjeção, inclusive sobre condicionantes sociais para a prevalência do mercado sexual como possibilidade de inserção econômica para elas” (VERGUEIRO, 2014, p. 1).

Sendo o mercado do sexo uma possibilidade de trabalho, podemos entender que a oferta e procura de corpos de mulheres trans e travestis são objetos de hiper sexualização e que, no entanto, se trata de um segmento que não quer ser visto enquanto vítima da sociedade. Muitas ressignificam através do ativismo enquanto profissional do sexo em prol de melhores condições de trabalho. Este trabalho nos faz pensar sobre corpos, este um termo que veremos até o fim da pesquisa, posto que corpos remetam tanto ao aspecto sexual da vida, um corpo que deseja e que sente, que ama, como no aspecto da morte, já que quando citamos “um corpo”, muitas vezes estamos falando de um cadáver, na língua portuguesa, e ao falar dessa temática é impossível não falar do contexto de necropolítica em que o Brasil está inserido, onde corpos trans representam corpos que em geral não importam socialmente, visto que “como uma herege, uma bruxa seguidora de Satã...os corpos das travestis e transexuais são vistos como se fossem corpos heréticos, sendo assim seus corpos estariam legitimados a sofrer tais martírios” (GREGORI, NEPOMUCENO, VACCARI, 2022, p. 749). Logo, as travestis e transexuais são como bruxas modernas em meio à uma caça às bruxas que as condena pelo fato de não estarem dentro dos padrões que socialmente estão estabelecidos para o seu sexo biológico, por terem nascido com uma determinada genitália e, ainda sim, assumirem uma identidade que não condiz com o falo que possuem.

Dentre os destaques anteriores, a obra de Moira ainda pode trazer questões que podem gerar muitas outras discussões. Dentre os fatores que também podem ser extraídos da produção de Moira, o mais polêmico, em seu universo controvertido e genial, é, sem dúvida, explanação sobre a prostituição como uma forma não somente de ocupação, mas de ativismo político, o putativismo que a autora fala em sua obra: “Dar prazer foi meu destino amargo, dar, mas também receber. E se sentir prazer naquilo com que se trabalha for critério para escolher profissão, a minha já estava escolhida. E se eu fosse puta? Bom, agora eu era” (MOIRA, 2022, p. 29). Ou seja, vemos que a autora/narradora se fez mulher, se fez prostituta, se fez escritora em meio a uma pesquisa de doutorado na Unicamp, em seguida se fez professora doutora, se fez conhecida nacional e internacionalmente através da sua arte literária e ativismo.

Quando a autora fala da sua preferência por atuar na prostituição, ela diz “prefiro

isso a ouvir desaforo oito horas por dia ao telefone ou fazer unha” (MOIRA, 2018, p. 32), ela faz uma comparação entre a prostituição e o trabalho no telemarketing, ou de manicure, funções que comumente são exercidas por pessoas trans. O telemarketing tem representado uma área de trabalho formal que tem contratado entre tantos trabalhadores, pessoas de gênero dissidente, até porque muitas vezes o trabalho se faz apenas com a voz ou digitação, logo não se trata de uma posição de destaque dentro da empresa. Um outro fator que tem contribuído é o fato de uma empresa ser “LGBT-friendly” tem se tornado uma estratégia de marketing positiva no âmbito empresarial.

O putativismo evidenciado na obra amariana representa uma polêmica, pois há trechos onde a autora evidencia violências sofridas pelas profissionais do sexo, onde a autora narra que um cliente a havia forçado a fazer mais coisas do que o combinado, “ele pouco se lixou para minha vontade” (MOIRA, 2018, p. 55), o que mostra que às vezes quem paga por sexo em certas situações se sente como se tivesse o direito de forçar uma situação para além do combinado entre as partes, como ocorre, por exemplo, no trecho em que ela narra um episódio vivenciado com outro cliente: “a excitação dele era tanta em me ver sentindo dor” (MOIRA, 2018, p. 129), ou seja, ela atendia clientes sádicos, digamos, o suficiente para não se importar com a sua vontade ou sensação de dor.

No entanto, a autora afirma que caso a profissão fosse regulamentada por lei, houvesse melhores condições de trabalho, possibilidade de aposentadoria, entre outras, as chances de ocorrer determinadas violências seriam menores. Ela fala do putativismo como uma possível saída para a situação de precariedade no mercado do sexo, esse ativismo seria importante para que “essas que estão na atividade possam exercê-la em segurança sem o peso do estigma” (MOIRA, 2018, p. 136), o que corrobora com as palavras de Indianare Siqueira, que escreveu no prefácio de *E se eu fosse pura* pontuando que por falta de oportunidades de trabalho devido a sua transição de gênero em determinado momento precisou exercer a função de prostituta (MOIRA, 2018).

Em entrevista concedida à revista *Gênero*, Indianare afirma que “Por pagar INSS como puta (valorizo a linguagem da protagonista de estrelato), considera o governo brasileiro como seu cafetão. Diz que a prostituição é uma troca: o que outras(os) fazem de graça” (JESUS, 2013, p. 58). Sendo assim, sexo em troca de presentes, pagamento de contas, entre outras moedas de troca, na perspectiva de Indianare, seriam outras formas de “prostituição”.

Esta afirmação ressalta que, na visão de Indianare, aquilo que outras pessoas fazem dentro de relacionamentos amorosos não seria tão diferente do que ela fazia

enquanto profissional do sexo. Tal ponto de vista dialoga com a fala de Amara, quando ela afirma que comumente para a sociedade, “a prostituta será sempre a vítima, sempre explorada pelo homem perverso vulgo seu cliente” (MOIRA, 2018, p. 135), ao passo que ela defende que o putativismo seria um lugar de empoderamento, que lutaria pelos direitos sexuais da mulher enquanto profissional do sexo.

Um dos aspectos principais da obra amariana são as falsas promessas e juras de amor à mulher trans, como nós poderemos observar neste trecho: “vai dormir de conchinha pela primeira vez com cliente apaixonado” (MOIRA, 2018, p. 49); esse “romantismo” valeria pelo preço da “oncinha mais transporte, hotel e alimentação, nada demais pra quem diz amar tanto” (MOIRA, 2018, p. 49). Ela fala sobre clientes que, às vezes, diziam que queriam relacionamento sério, que desejavam casar, porém, em geral, após o orgasmo eles esqueciam-se de tais delírios românticos.

Como a própria narradora, em alguns momentos se refere aos clientes como se pudesse apaixonar-se por eles a qualquer momento: “beijou com a saudade de quem faz um mês que não via a amada Amara Moira e eu beije de volta” (MOIRA, 2018, p. 52). Estes trechos revelam que, depois da transição de gênero, a narradora em certos momentos idealiza estar ao lado de um homem em um relacionamento amoroso, como também ela afirma que teve que se adequar, após a transição, a alguns estereótipos de gênero, exemplo “o andar, a postura, a forma de interagir com as pessoas, o tom de voz” (MOIRA, 2018, p. 52). Ou seja, já não era o rapaz branco da classe média que ali simulava uma identidade masculina, mas uma identidade feminina; ela se fez mulher.

As palavras de Moira nos levam a refletir sobre o que é a escrita literária se não for evidenciar sentimentos e transformá-los em palavras escritas, sem medo da pieguice por falar de possíveis paixões platônicas e de simples encostares de lábios que podem marcar uma vida. No entanto, o que muitas vezes ocorre é o fato das pessoas não se permitirem se envolver afetivo sexualmente com a mulher trans, há o que Moira chama de *guetificação* da população trans que “colabora com essa descrição desejada, seja por reduzir brutalmente os valores que podemos cobrar, seja por tornar mínima a chance de sermos vistas no shopping que ele frequenta, ou perto do seu trabalho” (MOIRA, 2019, p. 118), o que significa dizer que, comumente, a maioria das mulheres trans não tem sequer condições de trabalho melhores, como também há um pavor por parte de muitos homens cis que se relacionam sexualmente com tais corpos, que faz com que eles desvalorizem o serviço que consomem.

A narrativa de Moira fala, também, de um tipo de indivíduos que desejam

sexualmente travestis e transexuais, porém não se permitem ir além de uma relação de sexo casual, conforme “travequeiros, gente que só assume nos desejar na calada da noite, longe dos olhares públicos” (MOIRA, 2018, p. 172). Uma realidade pauada, muitas vezes, no que a sociedade vai opinar sobre o outro. Ou seja, por mais que, por exemplo, um homem cis chegue a amar uma travesti, dificilmente conseguirá assumi-la, pois teme, acima de tudo, o julgamento da sociedade que o cerca, pois, “afinal nossas corpos não foram feitas para ser amadas, mas, no máximo, desejadas discretamente, ou no sigilo, como dizem os *t-lovers*, aqueles amantes de travestis que buscam sexo, apenas” (VACCARI, 2021, p. 56).

Outra questão que pode ser frequentemente encontrada na escrita trans é a solidão, posto que a mercantilização de seus corpos, conforme a poesia de Brisa Alkmin, faz com que elas sejam vista como “Da carne mais barata à existência fútil e marginalizada / Super-explorada, e total invisibilizada” (ALKMIN, 2019, p. 31). A poesia de Alkmin traz à tona a realidade da hiper sexualização dos corpos trans, como também o fato de comumente tais corpos estarem expostos à realidade da prostituição vivenciada de modo precário, uma vez que pesa, às mulheres trans, o fato de serem compreendidas como “apenas um corpo destinado ao sexo, ao exotismo e a erotização” (VACCARI, 2019, p. 119). Assim, é possível refletir que as narrativas de autoria trans costumam evidenciar temas como a solidão, a hiper sexualização, expressão de gênero e a transfobia.

Por que dizer que a obra amariana é controvertida? Ainda sobre a temática da solidão, a autora evidencia em determinados trechos de sua narrativa que a prostituição em sua vida funcionara também como forma de afeto, não do afeto, propriamente, que se quer, mas do afeto que se tem: “Me lembro dum dos porquês de eu ter começado a me prostituir: uma vez travesti, esse é o afeto que existirá pra gente como nós, esse é o afeto que você poderá viver” (MOIRA, 2018, p. 173). Vivenciar tal afeto sem colocar a pessoa em risco, ou seja, na prostituição. A autora afirma que, mesmo para as mulheres cis ou trans, não é fácil o fato de namorar uma travesti prostituta. Ela reitera que era difícil suportar os olhares de reprovação ao estar em lugares público quando vivia como homem cis e namorava uma travesti, pois “não há escolhas fáceis nesse meio” (MOIRA, 2018, p. 177), ou seja, ser o namorado de uma travesti não fora fácil, tampouco ser a travesti é fácil.

Diante desta realidade, a autora propõe uma definição de transfobia, para que entendamos suas dimensões: “O mundo não foi pensado para nós, suas burocracias, regras, seu apego às máscaras, gavetas trancafiadas, armários; talvez por isso o medo ante

essas figuras, nós” (MOIRA, p. 13), o que significa dizer que o mundo está baseado em um cis-tema, onde tais vivências dissidentes não se encaixam. Por não se encaixarem em um padrão, enfrentam diariamente uma realidade hostil. Faz-se necessário compreender conceitos como o que é transfobia, e, na presente pesquisa, defendemos uma literatura que se faz pensante, portanto, há um objetivo de mudar uma realidade, logo: “Transfobia não é só bater e matar pessoas trans, não respeitar a identidade da pessoa também é transfobia e mata indiretamente” (SANTOS, 2017, p. 47). Logo, entendemos transfobia como toda e qualquer violência de caráter verbal, moral, físico, simbólico dirigida à pessoa trans.

Por fim, se faz necessário compreender a importância de ter pessoas de gênero dissidente na crítica literária contemporânea. Amara Moira, além de professora, tem publicado textos em sites como o *Buzzfeed*. Como colunista da Mídia Ninja, está sempre atualizada, comentando temas que possam ser polêmicas na atualidade, a exemplo da representatividade da cantora e atriz Linn da Quebrada (Lina Pereira) no *Big Brother Brasil*, na edição de 2022, quando ela discute estereótipos de gênero em sua coluna no site referido.

Moira afirma que socialmente todas as pessoas, independentemente de orientação sexual ou gênero, estão condicionadas a considerar determinadas características físicas como rosto, voz etc., como sendo características masculinas ou femininas. Logo, o indivíduo trata a pessoa trans conforme ela lê determinada característica, isto ocorre com pessoas cis ou mesmo trans, vez em quando, ter dificuldade de tratar a pessoa trans conforme o gênero que ela se identifique, seja por estar no início da transição, seja por outros fatores, como pela pessoa trans ter determinadas características, como pelos faciais. No entanto, a autora afirma que o fato da pessoa “se distrair” e trocar o nome ou pronome ao se referir à pessoa, não significa que está correto, que é aceitável, pois é necessário “desautomatizar” os marcadores e estereótipos de gênero, se deve respeitar a identidade conforme a pessoa a declara.

Segundo Abigail Campos Leal: “Todo livro escrito por uma travesti deveria ser saudado e encarado como um rasgo no tecido histórico” (FERREIRA, 2019, p. 9). Tal importância se dá pelo fato de se tratar de um tipo de obra em que às vezes se confundem entre gêneros literários como poesia, prosa, ensaio, autobiografia, logo incita “pessoas trans e gêneros dissidentes em geral a emaranhar-se nesse já familiar mundo sistemático, mas também força pessoas cis a experimentarem essa estranha realidade abissal” (FERREIRA, 2019, p. 10), o que significa dizer que as publicações servem para que mais

peessoas trans sintam-se incentivadas a publicar como “obriga” a cisgeneridade a rever seus conceitos ao ler tais narrativas e assim desconstruir estereótipos, reconhecendo privilégios e quiçá engajando-se em um projeto de sociedade antirracista, mais equânime.

Pensar na influência da literatura de autoria trans, socialmente, é pensar em como a literatura pode contribuir para uma sociedade melhor, conforme diz o eu-lírico de um poema de Rosana Ferreira: “Deixem as portas abertas/ Se não arrombaremos/ Até nos tornarmos LIBERTAS/ Mestras, putas, pós-doutoras e poetas” (FERREIRA, 2019, p. 72). Vemos um discurso em que empoderamento, criação literária e ativismo se confundem, representando mais que versos poéticos, um manifesto em forma de poesia.

Um recorte importante dentro dos estudos de autoria trans é a representação de mulheres trans negras, como dito anteriormente a população transgênero representa uma minoria como um todo, porém mesmo dentro do meio há intersecções de raça e classe, sendo assim Maria Clara Araújo explana sobre a vivência da mulher trans negra e periférica, que tem o acesso dificultado a recursos como hormônios e cirurgias para que os marcadores do sexo masculino, como pelos no rosto, não sejam tão evidentes. Ela afirma: “O que estou falando é quando, muito comum, mulheres trans ou travestis que passam como mulheres cis por conta de hormônios e cirurgias, decidem omitir sobre suas condições de vida e buscam viver uma vida na penumbra da cisgeneridade.”⁸ (ARAÚJO, 2015).

Podemos entender que o conceito de “cis passabilidade” ou seja, quando uma mulher trans, travesti, que por sua aparência, não é tão perceptível que se trata de uma pessoa do sexo biológico masculino, ela pode ter uma vida mais confortável. Porém, vale salientar que a sociedade “genitaliza” os corpos, de modo que a mulher trans “cis passável” também pode sofrer inúmeras violências simbólicas, físicas, a partir do momento em que as pessoas saibam que se trata de uma pessoa trans.

A análise de *E se eu fosse pura* propõe reflexões sobre temas que causam polêmica como o putafeminismo ou putativismo, que tem a ativista Monique Prada como defensora da causa a nível nacional. Ela que é uma mulher cis, profissional do sexo, ativista pelos direitos das prostitutas e uma das fundadoras da Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) (CARDOSO; SULZ, 2019). Prada publicou o livro *Putafeminista*, pela editora Veneta (2018), obra em que ela propõe uma desconstrução daquilo que entendemos como prostituição, muitas vezes um conceito para o senso

⁸ <http://blogueirasnegras.org/solidao-da-mulher-trans-negra/>. Acesso em 28 de agosto de 2022.

comum associado à marginalidade e violências, como também discute os direitos das profissionais do sexo, sua obra tem o prefácio escrito por Amara Moira. Juntamente a *E se eu fosse pura*, tem levantado um importante debate na literatura a nível nacional.

Vale salientar que a obra *E se eu fosse pura* teve sua primeira edição publicada em 2016, intitulada como *E se eu fosse puta*, devido a uma exigência editorial, a edição de 2018 teve seu nome revisto e atualizado na ficha catalográfica, em sua capa vemos a letra “t” sobressair discretamente abaixo do “R” maiúsculo da palavra “puRa”. Segundo informações cedidas pela autora, esta foi uma exigência editorial para que o livro “não fosse tão agressivo para as pessoas que viam nas prateleiras de grandes livrarias como a Saraiva”. Para Moira, “a palavra puta é o problema, ela e somente ela” (MOIRA, 2018, p. 6), pois, segundo ela, livros sobre prostituição vendem bastante como podemos ver o que ocorreu com os livros da autora Bruna Surfistinha (pseudônimo de Raquel Pacheco, escritora, DJ, escritora, ex-atriz pornô), que publicou o livro *O Doce veneno do escorpião* pela editora Panda Books (2005), onde conta suas aventuras sexuais; o livro teve um número expressivo de vendas, tendo inclusive adaptação para o cinema com a personagem de Bruna sendo interpretada pela atriz global Deborah Secco.

Porém, Moira afirma que autobiografias, que são histórias de prostitutas vendem, no entanto, é preciso muitas vezes uma polidez na linguagem, logo se entende o porquê de trocar o título “puta” por “pura”, conforme: “Se é preciso tirar a palavra puta da capa para que o livro possa frequentar em paz a casa da família brasileira, os consultórios médicos, as livrarias do país inteiro, mesmo as do interiorzão, da minha amada Campinas” (MOIRA, 2018, p. 8), logo assim se fez. O que não significa dizer que o conteúdo do livro tenha sido alterado em grandes proporções mudou-se poucas palavras, e foram acrescentados dois poemas, sem prejuízos ao conteúdo “explícito” que marca a obra amariana. Ela choca a sociedade com suas palavras fortes, defendendo temas que são difíceis para a sociedade discutir, podemos ver este tipo de obra como mais que uma simples autobiografia, um verdadeiro ato político.

Os estudos da obra de Amara Moira resultaram na dissertação intitulada *Autoconstrução Narrativa em E se eu fosse pura de Amara Moira*, defendida por Gabriel Silveira Martins na Universidade Federal do Rio Grande, em 2020, o que lhe garantiu o título de mestre em História da Literatura. Nesse estudo, Martins (2020) aborda os conceitos de escrita auto ficcional, correlações entre identidade e pós-modernidade, autorrepresentação entre outros aspectos. O que evidencia que a literatura de autoria trans tem dados importantes, sendo objeto de pesquisa nas universidades brasileiras. Martins

(2020) afirma que a justificativa de sua pesquisa se dá pela importância de que as literaturas não-canônicas e marginalizadas sejam trabalhadas com o devido respeito aos sujeitos que comumente tem sua voz invisibilizada, como as travestis e transexuais (MARTINS, 2020, p. 12).

O avanço dos estudos sobre essa temática nos faz refletir sobre quando teriam iniciado os primeiros possíveis escritos de e sobre personagens trans. Esta indagação é uma verdadeira problemática filosófica, posto que não se possa olhar para outros períodos históricos com o olhar anacrônico, porém há um fato que inclusive as pesquisas de Amara Moira evidenciam, que há na literatura brasileira, entre outras, diversos personagens que podemos interpretar, se não como pessoas trans, mas como personagens de gênero dissidente.

Em suas palestras, a escritora costuma citar personagens como Diadorim, da obra *Grande Sertão Veredas*, de Guimarães Rosa, que, tendo nascido do sexo feminino, vivencia socialmente uma identidade masculina, ou o personagem Albino, do clássico nacional *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Albino tinha como ofício ser “lavadeira” e a narrativa demonstra que ele não estava dentro dos padrões de gênero impostos para a época, tendo em vista o livro foi publicado em 1890. Tal questionamento nos faz olhar não somente para os clássicos da literatura nacional, como também para obras da literatura mundial que possam ter personagens de gênero dissidente.

No Brasil, uma das primeiras referências à personagem de gênero dissidente é o conto *O Menino do Gouveia*, que “foi lançado em fevereiro de 1914. Trata-se do sexto volume da coleção *Contos Rápidos* da revista erótica *O Rio Nu* (1898-1916), voltada para homens heterossexuais” (COSTA, 2020, p. 420). O conto discorre sobre um adolescente afeminado que vivencia o desejo sexual por homens mais velhos. Ao sabermos que houve esse tipo de publicação no início do século XX, vemos que falar de pessoas de gênero dissidente e sexualidade, digamos, desviantes não é um fenômeno apenas recente.

Vale salientar que atualmente a literatura evidencia personagens históricas que são também personagens literárias, que viveram em épocas longínquas assumindo uma identidade de gênero diferente daquilo que se esperava para seu sexo biológico, personagens como Xica Manicongo, conforme:

“Xica Manicongo, a travesti que descobriu o Brasil, nossas corpos são transgressoras. A Xica que usava roupas femininas e ousou desafiar a sociedade seiscentista do Brasil Colônia. Eu disse Xica, a moradora da Baixa do Sapateiro em São Salvador

da Bahia de Todos os Santos, a negra escravizada que no século XVI, aquela perseguida pela Santa Inquisição, que foi forçada a vestir-se de homem quando era mulher.” (VACCARI, 2020, p. 57).

Segundo Jaqueline Gomes Jesus (2019), a importância de falar de personagens histórico-literários como Xica Manicongo, entre outras, é o fato de mobilizar a construção de uma memória coletiva, no intuito de que haja uma identificação por parte de determinadas minorias como a população trans ressignificando tais histórias e mostrando a sociedade que as dissidências de gênero não são uma “modinha” atual. Vemos que desde o Brasil Colônia há registros históricos de tais vivências, conforme “Xica Manicongo, natural do Congo e escravizada, registrada oficialmente como Francisco, conhecida atualmente como a primeira travesti da História do Brasil” (JESUS, 2019, p. 250). A pesquisadora afirma isto, com base nos arquivos da primeira visita do Tribunal do Santo Ofício no Brasil.

Outro exemplo de personagem histórico-literária é Vitória, a protagonista do romance histórico *Nada digo de ti que em ti não veja* (2020), da escritora Eliana Alves Cruz, conforme: “Vitória, mulher trans vamos denominá-la desse modo, que fora presa em 1556 em Lisboa, sob a acusação de sodomia” (FREITAS, VACCARI, 2022, p. 256).

O romance fala sobre a história de Vitória, personagem escravizada que vivera no Brasil Colônia do século XVIII, tendo sido designada ao nascer como do sexo masculino, assume uma identidade feminina, vive uma relação proibida com Felipe, um fidalgo de origem cristã nova. A trama se desenvolve através de acontecimentos que evidenciam o contexto histórico de um Brasil assolado por mazelas como desigualdades sociais imensas e uma sociedade escravocrata. Brilhantemente evidenciando esse contexto, a autora discorre sobre temas como as perseguições do tribunal do Santo Ofício, pureza de sangue, entre outros aspectos. A personagem Vitória do romance de Cruz foi inspirada na personagem histórica Vitória que viveu na Lisboa do século XVI. Logo, a existência histórica de Xica Manicongo e Vitória mostra que as identidades que hoje entendemos como trans remontam a períodos históricos longínquos, o que evidencia a importância de obras literárias que contribuam para que a população de algum modo conheça tais histórias, pense nessas realidades em prol de uma sociedade mais equânime.

No Brasil contemporâneo, se faz necessário entender que a evidência da literatura de autoria trans não é fruto da suposta “ideologia de gênero” propagada por intelectuais de orientação política de Esquerda. Conforme Barzotto (2021), entende-se ideologia de gênero como um conceito criado por um movimento ultraconservador anti-gênero (anti-

discussões sobre gênero, feminismo etc.), que visa à abolição de estudos de gênero e educação sexual da Educação Básica e de outros espaços, logo temas como feminismo, literatura de autoria feminina, população LGBTQIA+, entre outros, representariam temas subversivos que deveriam ser perseguidos em prol de uma sociedade conservadora, temente à “moral e bons costumes”. Posto que, vimos que há personagens histórico-literários com a característica de ter transitado de gênero, logo vemos que não se trata de uma “moda da atualidade”.

O que não significa dizer que a literatura trans não seja uma cultura de resistência em meio às adversidades da atualidade. Ainda mais em um país que é considerado subdesenvolvido, com um histórico de vários golpes de Estado, e muitos anos de ditadura, o que demonstra uma frágil democracia. Logo, no contexto de Brasil, podemos dizer que a escrita com personagens de gênero dissidente é subversiva e se levanta como parte de uma cultura de resistência ao cis-tema, o que corrobora com as palavras de Jaqueline Gomes de Jesus, quando ela afirma que “escrever. Essa é uma experiência recente, em termos históricos, para o coletivo da população trans que vivencia a transfobia estrutural da sociedade brasileira” (JESUS, 2019, p. 15). Podemos dizer que esse é um fenômeno recente pela dificuldade ao acesso e permanência desta população no ambiente escolar, devido ao *bullying*, rompimentos familiares, entre outros aspectos sociais. Porém, o distanciamento da linguagem culta contribuiu para a criação da linguagem pajubá, linguagem usada devido à influência das comunidades de terreiro, pois as religiões de matriz africana representaram historicamente um espaço de aceitação para a população trans, posto que se trata de religiões que não condenam a vivência de um gênero não condizente com o sexo biológico.

Jesus (2019) também aponta que as travestis se ressignificaram ao longo dos séculos, criaram uma cultura própria, que esteve evidenciada nos shows de transformismo que remontam ao século XIX, como bailes de carnaval entre outros eventos em que a vivência trans deixou sua marca histórica.

Assim, pessoas trans sempre existiram, resistiram, persistiram. Resistiram às ditaduras, golpes de Estado, criaram cultura e epistemologia própria se fazendo conhecidas e reconhecidas em diversos âmbitos, como na teledramaturgia brasileira, entre outros, conforme “divas como Brigitte de Búzios, Camille K., Cláudia Celeste, Divina Aloma, Divina Valéria, Eloína dos Leopardos, Fujika de Halliday, Jane di Castro, Marquesa, Rogéria, e outras, chegando às elaboradíssimas performances multimídia” (JESUS, 2019, p. 17). Jesus cita várias pessoas trans que fizeram história, que inclusive

suas trajetórias foram mostradas no documentário *Divinas Divas*, que aborda a trajetórias de travestis e *dragqueens* em meio à ditadura militar na década de 1960. Como também a cantora, e youtuber, Pepita aparece como uma das referências por ter um canal onde dá conselhos a seguidores, como também o grupo liderado por mulheres trans chamado *As Bahias e a Cozinha Mineira*, que lançou em 2016, o disco chamado *Mulher onde questionam estereótipos de gênero*, conforme: “o que é ser mulher? Ali se tem a mulher não sexualizada, cheia de sentimentos, desejos e objetivos. A mulher construída, que enxerga seu papel na sociedade e não simplesmente o aceita⁹.”

E o que esses nomes têm em comum? O fato de através de diversos tipos de arte, como a literatura, o desempenho musical, a dança, o canto, tem estado em evidência na mídia, tendo em vista que a mídia é uma influenciadora de opinião, conforme “transformou-se no mais poderoso instrumento de dominação e de manipulação da opinião pública” (MAMBERTI, 1991, p. 229), ou seja, através da visibilidade midiática se pode influenciar a população, ressaltando as diferenças. O que corrobora com Jesus (2019), quando ela afirma que determinadas artistas da atualidade têm ido muito além do transformismo, têm feito a sociedade repensar identidades, refletir sobre o respeito, já que: “Tudo isso é Brasil. As pessoas trans são Brasil” (JESUS, 2019, p. 17).

A arte continua sendo um refúgio de resistência. No que concerne à arte literária, Moira (2019) defende que para que haja uma visibilidade positiva e para que sociedade passe a naturalizar a vivência trans é necessário que a pessoa trans publique obras literárias e/ou teóricas, pois historicamente pessoas cis pesquisaram sobre pessoas trans, interpretaram pessoas trans em personagens na TV, como em novelas da Rede Globo, entre outros papéis: “Querem muito nos perguntar, sempre, mas de pertinho, nossa existência como que inspira medo. Daí nos preferem escritas, descritas, nos querem só no papel, mas também daí darem nossos papéis para gente não-nós que cisma saber o que somos” (MOIRA, 2019, p. 148). A autora se revolta com o fato de comumente pessoas trans não terem oportunidade de atuar interpretando personagens trans nas novelas, o que gera o que nas redes sociais recebeu a alcunha de “trans fake”, quando um ator ou atriz cis interpreta o personagem trans na ficção, oportunidade que poderia ser dada a outrem.

Portanto, analisar estas publicações nos faz refletir sobre a importância de ressignificar a forma de fazer arte e literatura. Logo, é importante que as vozes que estiveram historicamente silenciadas gritem do alto dos telhados, transgredindo,

⁹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-bahias-e-cozinha-mineira-e-discussao-de-genero-nos-espacos-publicos/> Acesso em 29 de agosto de 2022 às 21:07

transcendendo, transformando a forma de fazer literatura e arte e, dessa forma, alimentado a (res)existência de toda uma comunidade que, acima de tudo, quer somente seus direitos respeitados, como o de ir e vir sem precisar esconder seu verdadeiro eu. Assim sendo, toda forma de criação trans, torna-se, conseqüentemente, uma ferramenta de resistência ao sistema opressor e excludente que, ainda, infelizmente rege a nossa sociedade.

II. “SE EU FOSSE PUTA E SE EU FOSSE PURA”: A NARRATIVA DE AMARA MOIRA NO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO

2.1. Textos de autoria trans no Brasil

Entre os textos, destaca-se o texto do João W. Nery, considerado o primeiro homem trans do Brasil a fazer intervenções cirúrgicas em prol de sua transição de gênero, autor de *Viagem Solitária* (2019), em que narra sua trajetória da infância à fase adulta. O autor afirma que se sentiu solitário e incompreendido desde a mais tenra idade, como é possível entender a partir do trecho a seguir: “não me sentia mulher, nem homossexual” e “um estrangeiro neste mundo tão cheio de categorias” (NERY, 2019, p. 48). Assim, Nery mostra como não se via enquanto mulher ainda que, em sua época de infância, digamos, meados dos anos 50 e 60, sequer se discutia a identidade de gênero transmasculina. Ainda assim, o autor narra o seu não-lugar diante de um mundo cis normativo e excludente, em que ele, em sua infância, pedira aos Céus que se tornasse “um menino como os outros” (NERY, 2019, p. 37). O texto de Nery, por ser considerado o pioneiro a trafegar sobre a temática em questão, evidencia, neste primeiro momento, a realidade da construção de uma identidade de um homem nascido do sexo feminino que se faz homens à revelia das regras, enfrentando todos os paradigmas. Ou seja, trata-se de uma obra ponto de referência para os estudos de autoria trans ou de livros com temática trans no Brasil. Depois do Nery vieram outros, como já citamos no capítulo anterior. Dessa forma, Nery torna-se um ponto de partida por ser pioneiro. No entanto, o enfoque de nossa pesquisa é a obra de Moira, suas reflexões a partir do corpo mercantilizado da travesti.

Assim sendo, a partir então a pesquisa se voltará à análise das peculiaridades do livro *E seu fosse pura*, isto é, explicar sobre as edições e suas modificações que ocorreram entre 2016 e 2018, ou seja, entre a primeira edição *E se eu fosse puta* e a edição de 2018 *E se eu fosse pura*. Veremos que, apesar do sucesso significativo do livro, Moira enfrentou alguns desafios devido ao título de seu livro. Na verdade, não foi exatamente todo o título o motivo de algumas polêmicas, mas sim uma única palavra que compõe o famigerado título: ‘puta’. A palavra ‘puta’ carrega uma conotatividade depreciativa em nossa sociedade, logo estampá-la na capa de um livro sem dúvida deixaria muitas pessoas incomodadas. Foi o que ocorreu.

2.2. *E se eu fosse puta: a primeira edição*

Em 2016, com 216 páginas, lançado pela editora Hoo, nasce a primeira edição da obra prima de Amara Moira: *Se eu fosse puta*. A autora, que se prostituiu como laboratório para escrita do livro, choca ao trazer um questionamento presente no título da obra, bem como em todo o desenrolar da narrativa. Esse questionamento é “E se eu fosse puta? Por que quero, por escolha, por que gosto”, o que parece promover certa noção de rebeldia contra um sistema opressor, ou melhor, vai de contracorrente aos “bons costumes” sociais, visto que, de imediato, a narradora já se coloca no lugar de escolhas, isto é, a priori, entende-se que ela tornou-se ‘puta’ porque assim quis e não porque simplesmente foi imposta tal condição por necessidade de sobrevivência, por exemplo. Sendo assim, a narrativa da autora evidencia a chamada mais antiga profissão do mundo como forma não somente de sobrevivência, mas como ofício que não deve ser julgado; reivindicando que a prostituição não seja vista como um “não-lugar”, mas sim lida, socialmente, como um ofício como qualquer outro.

Porém, ao mesmo tempo em que explana sobre a temática da prostituição como trabalho, a autora rasga o verbo ao expor situações como o não-lugar da travesti na sociedade, a transfobia evidenciada na negação de afetos a que as mulheres trans e travestis estão submetidas, as violências que a pista proporciona às profissionais do sexo, além disso discorre sobre a sua própria vivência antes e depois da transição de gênero.

A obra de Moira é singular. Trata-se de uma autobiografia repleta de “bandeiras levantadas”, como a defesa dos direitos da população de travestis e transexuais e melhores condições de vida para as profissionais do sexo. No que concerne ao âmbito literário, a obra evidencia que o contemporâneo, o novo jeito de fazer literário, se faz presente nessa obra de autoria trans que se faz necessária em meio a uma sociedade heteronormativa, visto que, tal sociedade, costuma rechaçar tudo aquilo que é diferente das normas, a exemplo da escrita de autores de gênero dissidentes.

Observa-se, portanto, uma literatura pensante, atual, militante, que ousa desde o título até o número de livros vendidos, tendo em vista suas vendas em livrarias de renome no Brasil como a livraria *Saraiva*, entre outras.

A obra de Amara pode se considerada, a priori, bastante representativa na luta contra o silenciamento dos socialmente vistos como diferentes, visto que o livro *E se eu fosse puta (pura)* rompeu diversas barreiras do mundo intelectual e editorial. De certa maneira,

a obra acaba tornando-se um marco, seja pelo choque que causa, seja pela ousadia de suas palavras, pela defesa de temas que são um tabu em nossa sociedade, como o simples assumir uma identidade de gênero dissidente. Também, pelo fato de falar da prostituição sem colocá-la num local de “imoralidade” ou reprovável, mas sim como uma alternativa de ofício.

Assim, Moira nos faz refletir em sua ousada narrativa, uma vez que, conforme a autora, quem é quem de verdade, a prostituta é quem vê. A nudez final, nudez, essa está reservada só pra profissional de fato, só pra quem saiba despir. Os homens de carne e osso não estão nos livros (fora esse aqui, claro) (MOIRA, 2023). Ou seja, a sociedade se utiliza de máscaras para não se revelar como se é. Na prostituição, no entanto, essas máscaras se desfazem e a prostituta é quem vê quem se é de verdade após despir-se das amarras morais que regem a sociedade.

Imagem 1: Autora com o livro para divulgação nas redes sociais



(Fonte: Facebook de Amara Moira)

A imagem acima revela a autora com o seu livro ainda na primeira edição, isto é, com a palavra ‘puta’ estampada. Pensar acerca da mercantilização dos corpos, é importante para se problematizar o ofício de profissional do sexo, como é vista socialmente, bem como analisar sobre o lugar da mulher trans/travesti nesse espaço e, também, a respeito das violências decorrentes das negações de direitos que as travestis e transexuais, devido às discriminações de uma sociedade erigida em bases patriarcais, têm enfrentando ao longo de décadas, séculos.

O livro lançado em 2016, pela editora Hoo, que teve a edição de 4 mil exemplares esgotados, aborda as experiências de uma jovem enquanto prostituta. Em 216 páginas, a autora discorre sobre sua relação com os clientes e os dilemas existenciais no que concerne à sua própria existência: “A obra também abarca acontecimentos da vivência de Amara Moira, que vão desde antes da transição, até os primeiros namoros, passando

pela primeira transa e pela vida na pornografia” (SOUZA, 2017, 470).

Os relatos de Amara, em relação à primeira edição, apesar de terem sido um sucesso, revelam que boa parte da população sequer está confortável para adquirir um livro com a palavra ‘puta’ escrita na capa. Logo, a edição de 2018 foi intitulada *E eu fosse pura*, conforme consta em sua ficha catalográfica, porém se vê em sua capa discretamente uma letra “t”, embaixo da letra R maiúscula, o que gera um trocadilho. É como se a autora quisesse evidenciar a dicotomia entre os termos ‘puta’ e ‘pura’, posto que a prostituição tem sido historicamente associada à depravação, perversão e criminalidade.

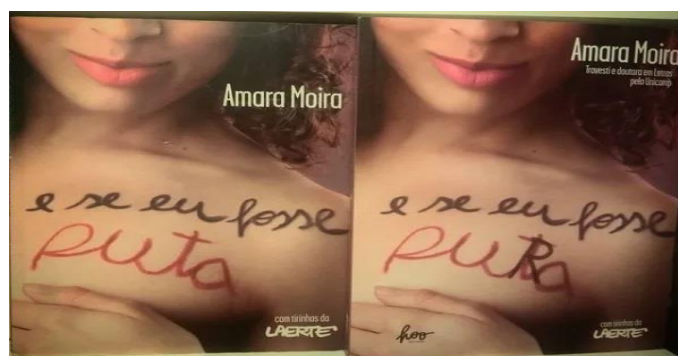
Numa sociedade cristianizada, a prostituição está também associada à impureza, falhas de caráter, em contraponto ao conceito de pureza, que, no que concerne ao gênero feminino, sempre fora sinônimo de virgindade. Logo, uma moça “pura” seria àquela que, casta, espera pelo casamento, mantendo-se em sua “virtude”. Em contrapartida, a prostituta seria a mulher que vai contra a moral e os bons costumes de uma sociedade cristianizada, tornando-se uma párea socialmente. Assim, o termo “puta” historicamente é tido como uma espécie de xingamentos, associado à ideia de impureza, de execração.

Quanto à justificativa para a alteração do nome da obra, a autora assim se manifesta:

O período em que trabalhei como prostituta, já pós-transição, relatado no meu livro *E Se Eu Fosse Puta* (Hoo editora, 2016). A partir da segunda edição ele vem como *E se eu fosse puRa*, pois as livrarias estavam se recusando a vender um livro com a palavra "puta" na capa) (MOIRA, 2022).

Tendo em vista, portanto, as censuras por causa do título, por parte de muitas das livrarias, a autora, em consonância com a sua editora, teve que optar pela mudança da palavra ‘puta’ por ‘pura’, como se pode observar na imagem a seguir:

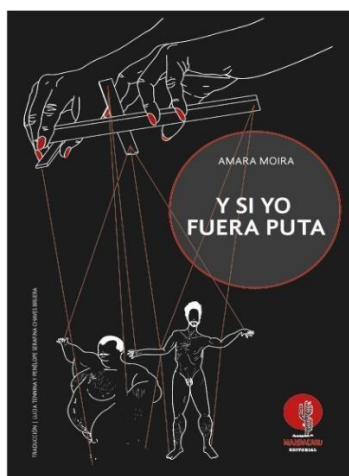
Imagem 2: Capas das edições de 2016 e 2018



(Fonte: Editora Hoo)

No conteúdo da obra, na segunda edição, há uma diferença de dois poemas, que foram acrescentados e algumas palavras mudadas, sem grandes alterações da estrutura e narrativa apresentada. Além da edição de 2018, a autora teve sua obra traduzida em outras línguas, a exemplo da imagem a seguir:

Imagem 3: Capa da edição traduzida para o castelhano argentino, 2022



(Fonte: Google)

A tradução é de Lucía Tennina, Penélope Serafina Chaves Bruera, em parceria com Amara Moira, e lançada pela Mandacaru Editorial.

Para compreender a importância do texto de Moira, é importante reconhecer que o texto da autora corresponde à categoria de autobiografias trans, esse gênero que tem crescido no Brasil. Segundo Chaves (2021), as autobiografias trans possuem o objetivo de ser um “espaço narrativo excepcional para abrigar a complexidade e a diversidade de experiências subjetivas, e, por isso, ferramenta poderosa para a fratura de sistemas

opressores” (CHAVES, 2021, p. 23). Nessa perspectiva, é possível destacar algumas obras, que além da obra de Moira, têm essa finalidade. No entanto, há outras obras que, a priori, trazem uma compreensão, digamos, equivocada da pessoa trans. Um bom exemplo, a nosso ver, é o romance *Nicola*. Trata-se de um romance transgênero, de Danilo Angrimani, publicado pela extinta editora GLS, em 1999. Na história, a personagem Nicola assume uma identidade feminina de forma fetichista, o que definitivamente não condiz com a realidade de um indivíduo travesti ou transexual. Podemos identificar, no seguinte trecho, uma definição um tanto incoerente de transgeneridade: “é quem passeia entre o masculino e o feminino. É quem não se define nem bem como homem, nem bem como mulher, mas como uma pessoa que tem ambos dentro de si” (ANGRIMANI, 1999, p. 7). Mulheres transexuais e travestis, diferentemente do conceito apresentado, vivenciam uma busca pelo reconhecimento social de seu gênero feminino, o que destoa da visão apresentada pelo personagem para na narrativa, que se autodescreve como se fosse alguém que vive entre “a putinha e o homem que sonhava com a pin-up de poster” (ANGRIMANI, 1999, p. 29) Sendo assim, o ato de “travestir-se”, para Nicola, era entendido como uma fantasia sexual, logo a Nicole era um ser que existia à surdina, durante a noite, e, durante o dia, Nicola voltava à sua vida heteronormativa.

O termo travesti, na obra de Danilo Angrimani, aparece como algo pejorativo em referências do tipo “híbrido sexual ou ser maldito”, termos associados a uma não-normalidade de vivências de pessoas de gênero dissidente, como também há uma associação à ideia de hiper sexualização e promiscuidade. Chama à atenção as referências que a personagem lia na obra, citando autoras como Cassandra Rios e Adelaide Carraro, autoras conhecidas por publicar romances sobre personagens travestis, entre outras obras polêmicas sobre relacionamentos afetivo-sexuais lidos socialmente como proibidos (ANGRIMANI, 1999, p. 37). Dessa forma, o romance *Nicola*, por trazer uma compreensão equivocada da transexualidade, não é visto como um romance trans, visto a pessoa trans vive uma busca pelo autoreconhecimento e não uma busca pela realização de certos fetiches.

Assim sendo, em geral, as obras de autoria (ou de temáticas) trans assumem um estilo autobiográfico, de modo que as vivências das personagens sejam reflexo da realidade, das experiências de vida. Dessa maneira, faz-se necessário compreender o conceito de autobiografia: podemos defini-lo como uma narrativa retrospectiva em prosa que um sujeito faz discorrendo sobre fatos de sua vida, em que o foco é sua história, seus relatos, explorando as características de sua personalidade. Vale salientar que, para alguns

teóricos, para definir um texto enquanto autobiográfico é preciso que haja “homonímia entre nome do autor, narrador e personagem” (MARTINS, 2020, p. 35), entretanto, tal compreensão possui algumas ressalvas, visto que nem todo texto de caráter autobiográfico tem essa obrigatoriedade de homonímia entre autor, narrador e personagem. Outro fator é que no texto autobiográfico traz, em sua narrativa, indícios de vivências, de experiências, ou seja, de fatos que ocorreram com um sujeito extraliterário.

2.3. *E se eu fosse puta* (2016) e *E se eu fosse pura* (2018): pequenas mudanças

A primeira versão, de 2016, é composta por 44 narrativas que contam a vivência da autora como profissional do sexo e travesti. Trata-se de narrativas curtas, em geral, algumas contendo um único parágrafo. As narrativas do que acontece na “pista”, “se intercalam com lembranças da memória de fatos ocorridos antes da transição da autora” (MARTINS, 2020, p. 55), o que indica o objetivo de mostrar a vivência de tais corpos em seu ofício de trabalho com o sexo, como evidenciando a narrativa da autora que se fez mulher, ao mesmo tempo em que se fez “puta”. O uso de tal termo evidencia não somente uma bandeira política, mas diferenciá-lo de outras funções que lidam com o sexo em seu ofício, por exemplo, a função de atriz pornô, função que exige a prática de atos sexuais, porém não se trata da prostituição.

Imagem 4: Lançamento do primeiro livro



Fonte: <https://julianagabriel.com.br/entrevista-amara-moira-e-se-eufosse/>.
Acesso em 25/02/2023 às 14:51. .

Mas como uma prostituta chegou a ser lançada em nível nacional, num país ainda muito preconceituoso? A priori, cabe dizer que, se hoje temos o livro, de Amara Moira, publicado, é porque houve um *blog* homônimo. Neste *blog*, a autora postava suas vivências na prostituição entre os anos de 2014 e 2017. As publicações foram conquistando leitores, e, aos poucos, o número de usuário foi crescendo, tornando a autora mais conhecida. Assim, como o advento da internet que instigou novas formas de escrita e tornar alcances possíveis, a autoria conseguiu a publicação em livro. Isso evidencia, de certa maneira, o poder da internet e sua influência na sociedade, visto que possibilita não somente a conexão entre pessoas e comunidades, mas também pode promover reflexões importantes para construção de empatias e de tornar coisas possíveis, como a publicação de um livro de uma mulher trans, que, de certa forma, vivia invisibilizada na sociedade concreta. Foi necessário, porém, ser primeiro vista na comunidade virtual para consagrar-se na real. .

Hoje, podemos ver reflexões da autora no site: <https://www.eseeufosseputa.com.br/>, onde ela problematiza pautas como o direito ao uso do banheiro em concordância com a identidade de gênero, os direitos sexuais, entre outras pautas. Vale salientar que, na adaptação dos *posts* do *blog* para o livro, houve uma mudança que foi “deixar de fora certos marcadores, como as datações dos textos- elemento composicional dos gêneros *blog* e diário íntimo” (MARTINS, 2020, p. 58). As adaptações pensadas pela autora têm uma finalidade como podemos ver que, em certos momentos, o “eu atual” da Amara dialoga com um “eu do passado”, como no trecho: “É hoje que eu conheço o amor” (MARTINS, 2018, p. 49). Como também o texto não está engessado em uma única categoria, vemos desde palavras chulas ao uso do pajubá, na construção da prosa e poética da autora.

Cabe a nós a seguinte reflexão: por que a obra de Amara provoca e encanta ao

mesmo tempo? Primeiramente, podemos pensar que provoca por narrar realidades, expor os pais de família que “escapam” de sua vida heteronormativa para buscar os serviços sexuais de uma travesti. O simples fato de falar sobre sexo, da prostituição, de taras escondidas, representa uma provocação, o que nos faz refletir sobre determinados tabus na sociedade, ideias introjetadas em nossa mente, desde a mais tenra idade, conforme como aponta Foucault: “as crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibirem de falar dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo” (FOUCAULT, 1999, p. 8). Logo, a repressão sexual imposta pela sociedade estaria relacionada à dominação burguesa.

Se falamos sobre sexo estamos desobedecendo uma norma, opondo-se às instâncias que regem o poder. O sexo sempre fora delimitado pelos domínios do Estado, logo passível de julgamento, por exemplo, se cometemos um pecado confessamo-los a um padre que teria o poder de absolvermos daquela culpa. O simples ato de falar sobre sexo, já que o tema é visto como um tabu, causa provocação. O que dizer, então, de uma obra que tem no título a palavra ‘puta’?

O título do livro, e a provocação que causa, nos leva à reflexão, conforme “essa complicada relação fica demarcada no ‘E se eu fosse’ do título. A conjunção ‘se’ abre uma oração subordinada condicional que, na obra de Moira, toma diferentes sentidos” (MARTINS, 2020, p. 56), pois, em um determinado momento da obra, ela afirma “agora eu era”. E, assim, entendemos que a prostituição na vida da personagem-narrador, representou um “refúgio”, pois “somente ali, naquele não-lugar, que seu corpo transicionado seria visto, aceito, cobiçado” (MARTINS, 2020, p. 56). Logo, Moira que ao mesmo tempo fala da prostituição como um ofício que as mulheres trans exercem por exclusão social, por outro lado ela muitas vezes ironiza certas situações, polemiza com algo que pode soar contraditório, mas que em seu universo representa um modo de ver a realidade que está diante de si, não vitimizando nem exaltando, mas falando da vida como ela é.

Nota-se que há em *Se eu fosse puta*, um efeito de diário aberto, que é “reforçado pelo frequente uso do vocativo pela narradora que parece dialogar com seus leitores” (MARTINS, 2020, p. 58). Segundo Martins (2020), a presença de outras vozes autorais no texto de Moira, como o prefácio de Indianare Siqueira, e o posfácio de Monique Prada, além da charge de Laerte, revelam “as violências que pessoas trans e profissionais do sexo sofrem, são elementos que apontam para uma realidade coletiva, aproximando-se da

forma de expressão literária conhecida como literatura de testemunho” (MARTINS, 2020, p. 58). Ou seja, trata-se de uma obra que busca evidenciar, por meio da literatura, uma realidade coletiva, composta por mulheres trans, que luta por seu espaço na sociedade.

Em 2018, a segunda versão da obra de Amara foi lançada, valendo-se de um subterfúgio para amenizar as críticas com relação à primeira versão, afinal um livro com a palavra ‘puta’ na capa escandalizaria a população, tendo em vista que se entende pelo termo “a palavra puta é estigmatizada: significando prostitua em virtude dos imaginários construídos sobre essas sujeitas muitas vezes tomadas como abjetas” (MARTINS, 2020, p. 65). Logo, a prostituição é vista como algo imoral, indecente, que não deve ser mencionado, logo a “puta” não é vista como se fosse um sujeito digno de ser respeitado, e, portanto, consumir tal conteúdo que fale sobre a “puta” põe em xeque a moralidade do leitor.

Podemos refletir conforme o trecho: “E se eu fosse puta, e se eu não fosse: sendo ou não sendo, dá no mesmo, pois a palavra ‘puta’ é o problema, ela e somente ela”. Assim, na justificativa que consta no livro, a autora explica que foi necessário negociar o título dessa segunda edição da obra com a editora, porém a palavra ‘puta’ continua presente em toda a narrativa do livro, como também não foi alterado grandemente o seu conteúdo, e, quiçá, a segunda versão fosse ainda mais “pervertida” que a primeira, pois a palavra ‘pura’ traz consigo uma reflexão sobre o moralismo ou falso moralismo da sociedade, a mesma sociedade que dissera por muito tempo que uma mulher virgem seria pura, que a sua virtude estaria em guardar-se casta para seu futuro marido.

A capa da edição de *Se eu fosse pura* (2018), traz um detalhe que chama a atenção: a definição “Amara Moira travesti, doutora pela Unicamp”, travesti e professora doutora, duas ideias que podem soar dicotômicas, porém não o são, posto que hoje em dia, ocupamos a academia e o meio da publicação literária, sendo a autora uma pesquisadora que ministra minicursos sobre textos de Autoria Trans ou sobre a Literatura LGBTQIA+ brasileira.

Sendo assim, em *Se eu fosse puta/pura*, vemos uma narradora que “define-se por múltiplas identidades (escritora, ativista, professora etc.), não podendo ser reduzida a nenhuma dessas caracterizações” (MARTINS, 2020, p. 73). Assim, vemos uma autora multifacetada, falando do seu lugar enquanto ativista, professora, travesti e por que não puta? Não podemos reduzi-la a um único epíteto, pois ela apresenta muitas facetas.

Porém há detalhes que marcam a sua obra, a exemplo da diferença que ela faz entre

a prostituição para mulheres cis e trans, visto que há nuances que o corpo trans carrega consigo socialmente; uma vez que “Em *E se eu fosse puta*, a narradora afirma que enquanto mulheres cis poderiam ocupar outros espaços como (casas noturnas, hotéis, prostíbulos), restaria para as travestis os terrenos baldios, os becos escuros, os estacionamentos” (MARTINS, 2020, p. 74), o que revela que a prostituição é exercida de um modo diferente quando se trata de prostitutas cis ou trans.

A autora, no artigo intitulado *A prostituição como trincheira trans*, explana sobre o alto índice de assassinato, e, segundo seu estudo, a maior parcela de vítimas é de mulheres trans. Moira ainda especifica que não se trata da “prostituição de luxo”, das acompanhantes que trabalham em sites, e sim daquelas que estão na pista, no matel, à mercê de determinados perigos, ou seja, a prostituição exercida por “valores minguados somente o suficiente para a sobrevivência” (MOIRA, 2019, p. 116). Logo, a autora fala da prostituição enquanto um ofício precarizado para a maioria das mulheres trans e travestis que exercem o ofício, como também de todo um comércio que vive disso, por exemplo, as pensões usadas para os programas, comerciantes que vendem produtos alimentícios durante a noite para essas profissionais do sexo, a travesti mais velha que se torna cozinheira na pensão, ou que assume a função de “madrinha”, para, digamos, manter uma casa onde cada travesti paga uma diária para ali viver/trabalhar, ou seja, toda uma economia que gira em torno da prostituição (MOIRA, 2019, p. 117).

Em seus relatos e artigos, Moira escancara o falocentrismo, que, ao mesmo tempo em que deslegitima os corpos das mulheres trans enquanto mulheres (MOIRA, 2019, p. 118), torna-se o falo objeto do desejo dos clientes da prostituição: “uma vez que provou, vicia” (MOIRA, 2019, p. 118). Assim, tais corpos são vistos como excitantes objetos de desejo, contanto que haja o “sigilo”, de modo que desejo proibido seja mantido em sigilo.

Conforme Moira, na prostituição, para a maioria dos clientes, trans e travestis são vistas “não como uma mulher com seu pênis”, como gostariam; mas sim um “pênis com mulher, um pênis numa moldura de mulher, bunda, peitos, cabelos compridos, maquiagem, e, coroando isso tudo, um pênis” (MOIRA, 2019, p. 118). A autora afirma que o fato de tais corpos serem vistos enquanto exóticos fazem os clientes, em geral homens cis, buscarem os serviços das travestis profissionais do sexo, no entanto revela um quadro de exclusão social que grande parte da população trans está inserida. E que, se hoje há aquelas que podem ser professoras, mestrandas, doutorandas e poetas, é porque as travestis mais velhas “abriram as trincheiras” através da prostituição, para que pudéssemos adentrar outros espaços, a partir do momento que elas lutaram por seus

direitos.

Vale especificar que não se tratou de qualquer prostituição, mas sim, a precária, a mal remunerada, a da pista. Assim sendo, segundo a autora torna-se “nosso dever garantir que o exercício de tal profissão não seja feito na precariedade” (MOIRA, 2019, p. 119), Logo, a autora levanta a bandeira do putativismo em prol de melhores condições de vida para a população trans profissional do sexo.

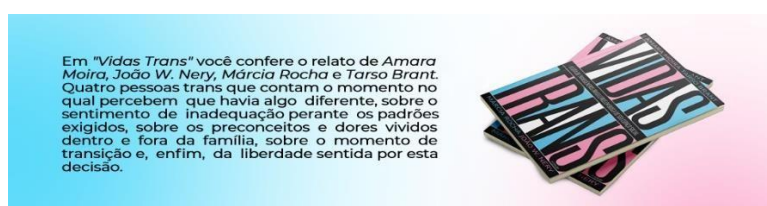
Como podemos classificar o texto de *Se eu fosse puta*? Sabemos desde sua ficha catalográfica que se trata de uma autobiografia, isto é, a autora se utiliza de suas vivências para construir as narrativas, como por exemplo, a história de *Na cabine-motel do caminhão*, onde a narradora relata: “Me aproximo assustada do caminhão, situação nova para mim. Mesmo de salto (que eu não lembro se de fato usava aquele dia, mas imagino que sim, mais divertido pra trama)” (MOIRA, 2018, 153). Ao narrar este programa, a narradora fala como se não tivesse certeza de alguns detalhes, o que não era de se esperar em uma narrativa autobiográfica. Por isso, em *E se eu fosse pura* não se trata somente de um texto que descreve casos experienciados, há adição de elementos literários, a exemplo da faculdade de inventar situações novas ou reinventar as vividas. Isto é, por tratar-se de uma obra literária não podemos esperar um relato verídico, mas sim narrativas que se baseiam numa realidade vivida para construir outra subjetiva. Dessa forma, há um quê de ficcional nas histórias que estão sendo contadas. Porém, esses detalhes que ocorrem nos textos, podem nos fazer perceber que a obra de Amara extravasa os conceitos, e, ao misturar ativismo, biografia e denúncia de tristes realidades que ocorrem no que concerne às vivências trans, a autora se supera. Assim, os conceitos literários precisam se adaptarem à obra, não o contrário. *Se eu fosse puta* é um pode ser compreendido com um “grito” de liberdade em meio a um cis-tema literário que comumente não valoriza a literatura escrita realizada por uma minoria social, visto que, Conforme Martins (2020),

(...), não consideramos que essa obra se encaixe no perfil de autobiografia tradicional, tendo em vista que não se trata de um olhar retrospectivo lançado sobre a própria vida em idade avançada, ou uma tentativa de tornar coesa uma série de vivências que resultassem em uma única identidade (MARTINS, 2020, p. 88).

Para Martins, *E seu eu fosse pura*, estrapola a compreensão de uma obra autobiográfica, visto que, dentre outras questões, a nosso ver, trata-se de um livro que vai pontuar uma vivência coletiva, por mais que o ponto de partida seja as experiências pessoais. Em outras palavras, a autora tem como base suas histórias e, a partir delas, traz

à tona as histórias de muitas outras vozes que, assim com ela, vivem e convivem com as dificuldades de se prostituir nas ruas. São muitas vozes somadas a uma só, e, através da literatura, Moira abre a possibilidade dessas múltiplas vozes se manifestarem, por meio de sua pena, para o mundo. São vidas, acima tudo. Vidas trans que, assim como qualquer outro indivíduo, querem viver, e não apenas sobreviver na corda bamba do acaso ou nas impossibilidades das ruas cada vez mais perigosas.

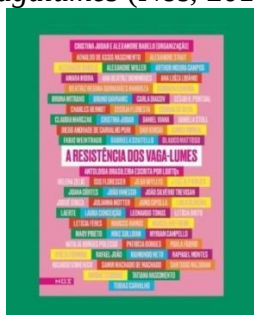
Imagem 5- Vidas Trans



(Fonte: facebook da autora)

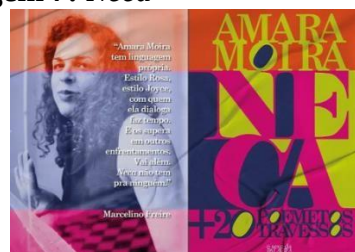
Ou seja, em *Vidas trans*, a autora escancara, por meio do relato, a autodescoberta, isto é, o momento em que percebe que há a mais a ser descoberto dentro de si. Além disso, Moira escreveu o capítulo “Destino amargo”, incluído no livro *A coragem de existir* (2017), que também trata de questões relacionadas ao mundo trans. Outras publicações também merecem destaque pela reverência ao universo trans: a antologia LGBTQIA+ *A Resistência dos vagalumes* (2019) e o monólogo em pajubá “Neca”. Ver imagens a seguir:

Imagem 6: A Resistência dos vagalumes (Nós, 2019)



(Fonte: editora Nós)

Imagem 7: Neca



(Fonte: Facebook da autora)

Amara Moira lançou, em julho de 2021, pela Editora O Sexo da Palavra, o livro *Neca*, o terceiro de sua carreira. No monólogo “Neca”, a travesti que se fez puta, a puta que se fez escritora, narra histórias de prostituição através de um monólogo e de 20 poematos. A obra aborda temas como o amor, ou a negação deste sentimento, devido ao

“privilégio cis de amar”, fantasias sexuais e a própria essência de ser travesti, o que é e por que prefere assumir-se enquanto travesti ao invés de transexual.

Numa entrevista, disponível no site *julianagabriel.com.br*¹⁰, Moira relata o seguinte: “Perguntei a ela o porquê de ela se colocar atualmente como travesti e não como transexual. Ela me explicou que o termo ‘transexual’ é um termo de origem médica, que, de certa forma, é mais bem aceito pela sociedade” (MOIRA, 2021). Já o termo travesti comumente é lido socialmente como se fosse uma referência às fantasias sexuais e/ou perversões, carregando uma carga de marginalidade implícita, que a autora visa desconstruir, mostrando, através de sua obra, que as travestis são tão dignas de direitos quanto as demais pessoas, independentemente de identidade de gênero e orientação sexual, uma vez que “O conceito de identidade de gênero ficou inseparavelmente ligado à transexualidade quando em 1966, o Hospital John Hopkins anunciou a formação de sua clínica de Identidade de Gênero e a sua primeira cirurgia de mudança de sexo” (BENTO, 2006, p. 42)

Na obra *Neca + 20 poemetos*, observa-se poemas que a autora escrevera desde cerca de quinze anos atrás, portanto, antes de sua transição de gênero. *O Sexo da Palavra* se trata de um projeto de editora que se dedica à literatura de autoria LGBTQIA+ e suas nuances. Foi inicialmente idealizado pelo Professor Doutor em Letras Fábio Figueiredo Camargo da Universidade Federal de Uberlândia. O projeto tem como principal objetivo publicar livros com preços acessíveis para autores da temática em xeque.

Por fim, em relação às alterações corridas entre os títulos de *E se eu fosse pura-puta*, versões de 2016 e 2018, como já ditos, a mudança mais expressiva foi a troca da palavra ‘puta’ por ‘pura’. No entanto, mesmo realizada essa mudança, ainda é possível visualizar o ‘t’ de ‘puta’ por baixo do ‘r’ de ‘pura’. Isto é, apesar da censura, a autora não se dobrou totalmente às exigências, apenas mascarou aquilo que o puritanismo prefere deixar à penumbra. De toda forma, o ‘puta’ continua lá, basta querer ver.

2.4. A importância das autobiografias trans na atualidade

Primeiramente, faz-se necessário pensar sobre a importância das

¹⁰ <https://julianagabriel.com.br/entrevista-amara-moira-e-se-eu-fosse/> acesso em 05 de junho de 2023 as 23:12 horas,

escritransvivências, em especial, as primeiras, pioneiras, escritas ainda nos anos 1980. Para refletir sobre vamos analisar a capa e folha de rosto da primeiríssima dessas obras, *A queda para o alto* (1982), por trazerem como indicação de autoria apenas “Herzer” e não o nome completo do autor, que só se dará a conhecer no prefácio feito pelo político Eduardo Matarazzo Suplicy, que descreve o autor como “Anderson Herzer, jovem poeta, escreve desde os doze anos de idade, e brevemente verá o seu ideal realizado, através do seu primeiro livro” (HERZER, 1982, p. 18). Nota-se nesta história o relato de um jovem que fora detento desde os 14 aos 17 anos em unidades da FEBEM em São Paulo.

Ao trazermos a trama da narrativa de Herzer para a atualidade, podemos entender o autor como sendo um homem trans. De todo modo, em nenhum momento de sua obra, e vida, há referência do autor se dizendo “homem trans”, ou trans, porém se dizia HOMEM. Era o seu jeito de ver a própria identidade, sendo um homem de sua época, ele que fora designado do sexo feminino no momento do nascimento se dizia homem. Porém, através de seus textos, é possível observar, de certa forma, uma negação do cis-tema em relação a sua identidade masculina, a exemplo trecho a seguir: “No dia 9 de agosto, como eu sempre a chamara, embora ela preferisse ser Anderson, conversou comigo sobre as suas preocupações” (HERZER, 1982, p. 16). Lê-se, nos espaços onde estão às reticências, como uma forma de não repetir a violência simbólica cometida ao desnecessariamente citar o nome de registro de Herzer. Assim, no prefácio escrito pelo senhor Eduardo Suplicy, que teve contato próximo com o autor, se refere a ele, tratando-o pelo nome e gênero feminino; o que significa dizer que o cis-tema sempre nega a legitimidade de nossas identidades a partir do momento em que sabe que somos trans. Isso pode ocorrer mesmo em situação em que o indivíduo cis quer “ajudar”, ser um “cis-aliado”, neste caso o Suplicy que contribuiu para a publicação da obra.

Poderíamos pensar que esse tempo de negação já passou, e que determinadas situações não acontecem mais hoje em dia, porém, ao longo do trabalho, percebemos que esses silenciamentos, apesar de estarmos vivendo tempos de maior abertura, ainda existem. Portanto, nesta pesquisa, vamos refletir sobre a recepção das obras de autoria trans ontem e hoje, e, conseqüentemente, sobre a vida da pessoa trans também.

Anderson Herzer foi um homem trans que jamais foi aceito por sua família e que teve uma vida marginalizada, diferente da autora, aqui discutida, que se tornou professora doutora vivendo do ensino de literatura e tendo sua obra vendida em grandes livrarias.

Porém, vale ressaltar que hoje em dia os índices de suicídio entre travestis e homens e mulheres transexuais continuam grandes, empregabilidade e valorização da arte

feita por pessoas trans continua sendo pauta de militância, e pautas que nem deveriam precisar ser discutidas como o uso do banheiro para pessoas trans em conformidade com sua identidade de gênero continua em xeque. Será mesmo que a sociedade brasileira e o cis-tema literário mudaram tanto assim?

Podemos refletir a partir da análise de Moira (2018), sobre o não-lugar que Herzer vivenciava no mundo “Esses incômodos dizem de um mundo onde ele não poderia existir, um mundo assustado por saber que a mera existência de Herzer, se permitida, obrigada as regras que antes valiam serem revistas” (MOIRA, 2018, p. 145). A autora traz uma reflexão sobre o fato de somente na prisão, Anderson Herzer conseguira vivenciar sua identidade masculina mesmo mediante a toda a violência do cis-tema carcerário, fora reconhecido como “Bigode”, alcunha que teria sido herdada em homenagem a um antigo namorado que tivera e somente ali no cárcere Anderson, ou Bigode como era conhecido, pudera vivenciar sua masculinidade.

O suicídio do autor, meses antes da publicação de seu livro, revela o quão doloroso era para ele existir em meio a esse não-lugar no mundo, a uma sociedade que o empurrou para a marginalidade e para o suicidou, como se diz comumente no meio trans que “homens trans são suicidados”, seja pela disforia de gênero imposta pelo próprio cis-tema que determina quais corpos são vistos ou não como sendo de “homem ou de mulher”, ou seja pela falta de afeto e melhores condições de vida, empregabilidade etc., que qualquer pessoa cis ou trans precisaria, mas que o indivíduo trans não costuma ter.

Segundo Moira, as autobiografias trans têm um papel principal que é o de levar “pessoas cisgênero a refletirem sobre si mesmas ao fazê-las pensar no que leva alguém a ser homem ou mulher” (MOIRA, 2018, p. 145). Se o leitor reflete sobre si mesmo, como se fez homem ou mulher ou “nasceu” desse modo, conseqüentemente irá pensar sobre como o autor/a se fez mulher ou homem e merece que tal identidade seja reconhecida, respeitada, naturalizada. Assim, podemos entender que a autobiografia trans veio para quebrar paradigmas e que desestabiliza o leitor, em prol de provocar uma mudança social: “Há algo de angustiante em deparar-se com pessoas trans, algo que soa exagerado ou fora de lugar, algo que parece indefinível e que, talvez justamente por isso, desestabiliza” (MOIRA, 2018, p. 145). As reflexões de Moira evidenciam que, para a sociedade, muitas vezes é mais fácil rechaçar tais identidades desviantes dos padrões de gênero ou ignorá-las, do que questionar-se, refletir e buscar compreender a questão.

A autora ainda ousa questionar que há duas opções para a pessoa trans: “o suicídio ou autobiografia”. Alternativa para que o mundo, talvez, passe a enxergar essas pessoas,

sendo a autobiografia uma possível denúncia que ecoa, abrindo espaço para poderem ser ouvidas e transformarem, ou ao menos tentar mudar, um pouco da mentalidade cis em relação a imagem que historicamente foi construída da pessoa trans.

Nos últimos vinte anos, uma grande visibilidade de pessoas trans tem ocorrido na cultura popular e na mídia, seja a nível mundial, seja a nível nacional, como por exemplo, as que participam de reality shows como *Rupal's Drag Race*. A abordagem de personagens trans em telenovelas como *A Força do Querer*, exibida pela Rede Globo em 2017, entre outros programas, tem contribuído no papel social, projetando visibilidade da pessoa trans de modo que alcance maior população. Uma vez que essa população observa que a pessoa trans faz parte dessa mesma sociedade, consequentemente passa refletir sobre os padrões de gênero e ideias preestabelecidas sobre indivíduos de gênero e sexualidade dissidente (ALÓS, 2021, p. 10).

Além de realty e novelas, hoje em dia, *youtubers* e cantores têm assumido o protagonismo de suas próprias narrativas, ganhando visibilidade a nível nacional e internacional, já que a internet não conhece fronteiras. O que dizer da genialidade das canções de Linn da Quebrada, que põem em perigo as fronteiras de gênero ao ousar no palavreado “Ela tem cara de mulher, ela tem corpo de mulher. Ela tem jeito, tem bunda, tem peito e o pau de mulher” (LINN DA QUEBRADA, música Mulher)? A cantora ousa afirmar que exista um falo feminino, que os corpos não estão reduzidos a identidades fixas, determinadas pelo sexo biológico, e, assim, a cantora e atriz tem feito sua carreira. Vale ressaltar que ela tem participado de reality show, séries televisivas, filme, entre outras produções. Parafraseando suas palavras, ela vai, aos poucos, enviadescendo a sociedade; termo presente na canção *Enviadescer*, em que a cantora critica o padrão de masculinidade, inclusive no próprio meio gay, com versos como: “Bora enviadescer até arrastar a bunda no chão!”. Ela exalta a feminilidade em detrimento de uma masculinidade tóxica construída socialmente.

Para Alós, há uma questão central a ser discutida para que a população trans tenha sua existência normalizada e, portanto, “entrarem de vez” para a sociedade, tendo seu trabalho e arte reconhecidos:

A premissa que ser transexual ou transgênero não envolve uma desordem médica ou mental foi um passo fundamental para a construção, tanto no seio dos coletivos e do movimento social quanto dentro da universidade, para a consolidação do pensamento trans e da construção da sua (ainda que incipiente e quase embrionária) legitimidade dentro da academia (ALÓS,

2021, p. 11).

O que significa dizer que é preciso desconstruir a ideia da transgeneridade como algo patológico, ideia que fora por muito tempo legitimada pelas Ciências Médicas. Compreensão essa ultrapassada. É urgente que a transgeneridade seja compreendida como o processo normal da vida plural do ser humano, para que as pessoas trans tenham maiores oportunidades de inserção no âmbito acadêmico e consequentemente em melhores condições de trabalho.

No entanto, o sujeito trans e travesti vivencia sua identidade de diversos modos, e pode sequer sentir a necessidade de fazer procedimento cirúrgico algum. Alós (2021), aponta que a presença de pessoas trans no âmbito acadêmico, construindo suas próprias epistemologias, tem contribuído para a diminuição do estigma da patologia associada a tais vivências.

Segundo Alós, a presença de personagens trans na literatura brasileira remonta ao início do século XX, que vai desde personagens canônicos como Diadorim de *Grande Sertão Veredas* (1956), do Guimarães Rosa, o conto *A grande atração*, de Raimundo Magalhães Jr., publicado em 1936, tendo como protagonista Luigi Bianchi, como também a primeira protagonista travesti do romance brasileiro, *Georgette* (1956), de Cassandra Rios. Tal ponto de vista colabora com o ponto de vista de Moira, pois a autora afirma que Rios foi “a mais censurada pela ditadura militar, a primeira escritora a vender mais de um milhão de exemplares no Brasil, pioneira na literatura de autoria e temática LGBTQIA+ etc., do que de fato lida e levada a sério)” (MOIRA, 2020, p. 11). Logo, a pesquisadora afirma que Rios inovou por lançar dois romances cujo protagonismo é de mulheres trans, ainda assim, esta autora teve sua obra relegada ao ostracismo, não sendo mais editada, além de toda perseguição que sofreu, sua obra se tornou artigo de sebos, que poucos pesquisadores no Brasil se dedicam a pesquisar sobre esses livros que representam um marco histórico.

Segundo Moira, Rios inovou ao escrever uma narrativa em que “Ao que parece, essa é a primeira vez na literatura de língua portuguesa que a voz narrativa respalda (ainda que de forma dúbia, oscilante) a reivindicação de gênero de uma personagem assumidamente trans, algo que poucas obras ficcionais darão conta de fazer mesmo até muito recentemente. (MOIRA, 2020, p. 14). Rios no ano de 1965, lançou a obra *Uma mulher diferente*, história que conta o assassinato da própria protagonista do livro, a travesti Ana Maria.

A obra traz à tona uma reflexão de que o corpo trans que se aproxima de uma passabilidade cisgênera pode sofrer qualquer violência mediante o simples fato de as pessoas saberem que se trata de uma pessoa trans, logo, na história, não estória – já que assassinatos de pessoas trans são uma realidade cruel –, revela algo que poderia ter acontecido na vida real nos pormenores da história, assim aquilo que poderia ter sido a salvação (a passabilidade) de Ana Maria se tornou a sua perdição.

Alós (2021) faz uma provocação, pois, ainda que outras autoras, como Cassandra Rios e Adelaide Carraro que publicaram, em 1970, o romance *O Travesti*, ambas as mulheres cis lésbicas, tenham publicado sobre o tema, a narrativa muda de perspectiva quando “o objeto começa a falar”, ou seja, quando pessoas trans passam a publicar sobre personagens trans.

Ao assumir o protagonismo de tais narrativas, as pessoas trans quebram determinados estereótipos. Alós afirma que “Esses tropos, quando organizados ao longo de uma lógica narrativa que privilegia uma sequência linear de [vida passada no corpo errado] + [descoberta da condição transexual] + [transição para o sexo/gênero oposto] + [novo corpo / estabilidade emocional / “final feliz”]” (ALÓS, 2021, p. 20), o que, conforme o pesquisador, os autores cis apresentam uma sequência linear ao falar dos corpos trans que consiste em mostrar-lhes com sentimento de disforia com relação ao próprio corpo, a sensação de “corpo errado”, como também relatam a transição para o gênero almejado e um suposto final com estabilidade emocional (não podemos dizer isto dos personagens de Rios, que em geral são conhecidos pelos leitores por ter em geral um “final infeliz”). Assim, há uma linearidade no olhar cis para o corpo trans que não condiz com a realidade, afinal quem melhor que o próprio indivíduo trans para narrar sobre si mesmo?

Felizmente, na atualidade, a literatura tem se aberto a novas perspectivas, sofrido influências do ativismo, consequentemente o âmbito acadêmico tem sido tomado por novas perspectivas, não somente o cis determina o que é importante, a população trans (entendemos aqui homens trans, mulheres transexuais, travestis e não-binárias) mostram sua voz, debatendo os cânones e criando narrativas de si e sobre personagens dos cânones.

Conforme Alós, Moira e Tauffer, “Os estudos de literatura comparada não estiveram alheios à crítica feminista, aos estudos gays e lésbicos e aos influxos da teoria queer, e vêm mostrando hospitalidade às discussões de como o campo da cultura tem lidado com as transformações e subversões da gramática simbólica (gramática essa que ainda hoje se mostra acumpliciada a regimes hetero e cisnormativos no que tange aos

campos de produção e de circulação de capital cultural)” (ALÓS, MOIRA e TAUFFER, 2021, p. 5), o que significa dizer que os estudos de Literatura Comparada têm discutido teorias relacionadas ao Transfeminismo e aos estudos *Queer*. Assim, a literatura de autoria trans tem ganhado visibilidade, como também os autores/as trans têm sido protagonistas da própria história, se tornado críticos literários a partir do momento que têm adentrado o meio editorial e acadêmico. Antes objetos, hoje nos tornamos protagonistas.

Podemos refletir sobre o advento dos Estudos *Queer*. A Teoria *Queer* discorre acerca da performatividade do gênero, já que o gênero é fluido, é um conjunto de atos que são feitos. Porém, o Estado, a Igreja, o Direito, a Saúde, ou seja, o mundo social historicamente exige que a pessoa se enquadre em um dos gêneros, masculino ou feminino. Assim podemos dizer que a sociedade é binária, que não se pode fugir totalmente da “generificação”.

No entanto, atualmente, têm surgido teóricos rompendo as barreiras do gênero, fazendo com que o cis-tema repense seus conceitos. Podemos entender como *Queer*: “O *queer* é substantivo, verbo e adjetivo. O *queer* é radicalmente diferente das políticas identitárias que se ocultam por trás das siglas como GLS, LGBT, LGBTTT ou LGBTTTQIA+. Mesmo quando se tenta subsumir o queer em uma sigla, o queer escorre, como areia pelos dedos, das tentativas de fixação e cristalização identitária” (ALÓS, MOIRA, TAUFFER, 2021, p. 6). Sendo assim, entendemos o *queer* não como uma identidade fixa, porém como uma identidade plural, ou que o termo pode representar várias identidades sexuais e políticas.

Moira, a respeito da temática, nos faz refletir, no artigo *Não fosse seus pelos vários*, sobre como nasce a identificação enquanto pessoa trans, ou melhor ousa questionar como/quando é que as pessoas cis se veem enquanto cis: “Perguntam-nos a todo momento, a nós e somente a nós, pessoas trans, quando se deu o start, a percepção de que não éramos aquilo que havíamos sido criadas para ser” (MOIRA, 2016, p. 24). Ela questiona se as denominações vindas dos vocabulários latinos cis e trans foram criadas por pessoas cis, se considerando “normais ou a regra”, enquanto os/as trans seriam aqueles que quebram essa regra, de como um homem ou mulher deve demonstrar socialmente seu gênero. O que, em verdade, é um questionamento sem resposta porque não cabe questionar se a pessoa trans “nasceu” ou não de tal modo, ou se seria uma escolha. Ser trans representa um ato político (não de politicagem ou partidário), mas sim, um corpo trans é um corpo político, dependendo do existir para si mesma e perante a

sociedade (MOIRA, 2016, p. 24).

A autora discorre sobre como os corpos trans são vistos como inferiores, deslegitimados, reduzido às ideias que não os contemplam. Tal fator se torna revoltante, pois, conforme Moira afirma: “A metralhadora de olhares, entre curiosos e hostis, tentando entender o que somos, tentando nos enquadrar dentro de uma ou outra categoria (“é mulher ou homem?”), ao invés de simplesmente legitimar a maneira como vivemos nossas vidas” (MOIRA, 2016, p. 25). Este pensamento da autora aponta para a realidade da existência da travesti não ser normalizado, ser alvo de chacota e zombaria, há um estranhamento diante do “diferente”, que deveria ser normalizado.

Amara Moira ainda questiona o fato de as barreiras, entre o que é lido como “homem ou mulher”, serem tão rígidas, a exemplo da presença de pelos no corpo, automaticamente lido como algo do gênero masculino. A autora relata que, certa vez, questionada sobre o que era ser mulher em um evento, ela simplesmente leu um poema escrito antes da transição, para dizer o que entendia por ser mulher naquela época (entende-se 2009 antes da sua transição de gênero), a seguir podemos refletir no poema:

*Não fossem seus pêlos vários,
pêlos pelas pernas, pelos
seios, rosto, seus cabelos
curtos, não teria páreo,
nem pra lhe conter armário...
não fosse e, de saias curtas,
decote e salto à la puta,
ia atrás de machos, mãos
brutas, a forçar-lhe o vão
virgem, como quem a estupra.
(MOIRA, 2021, p. 37).*

Neste poema, podemos ver uma visão estereotipada sobre o que é ser mulher através de um corpo livre de pelos, usar salto e minissaia (artigos lidos socialmente enquanto femininos, porém nem todas as mulheres necessitam usá-los), como também atrair os homens mais másculos possíveis. Afinal, como a autora afirma em suas falas e

escritos, mesmo as travestis foram socializadas numa sociedade machista e LGBTfóbica, o que significa dizer que crescemos com uma ideia preestabelecida dos padrões de gênero, e é difícil para nós travestis e transexuais desconstruí-las, ainda que nossa própria vivência seja uma desconstrução da ideia que se esperava diante do gênero imposto a nós no momento do nascimento, como também uma construção diária de uma identidade de gênero a ser reconhecida socialmente.

Assim sendo, por essa e outras questões, a importância das autobiografias é incomparável visto que tais produções corroboram na projeção das muitas vozes anteriormente silenciadas, e que agora clamam por espaço, por visibilidade, por trabalhos, por estudos, por dignidade, enfim, em duas palavras: por respeito. Respeito esse muitas vezes lhes negado.

III. MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPOS TRANS EM “E SE EU FOSSE PUTA”

3.1. A Transição de Moira

É fato que a narradora sempre foi puta. Ela própria reflete sobre isso quando resgata um trecho do seu diário de “ocó”, onde já escrevia que, possivelmente devido à instabilidade da sua orientação sexual, teria vocação para ser garoto de programa. E a autora faz questão de manter a masculinidade dos pronomes, inclusive por reconhecer que, com 19 anos, ela mesma não seria capaz de se reconhecer em tal gênero. Sendo assim, analisaremos, neste tópico, um aspecto importante presente em partes da obra de Amara: sua transição. Para tal, será utilizada tanto o livro corpus, *E se eu fosse puta*, desta dissertação quanto capítulos escritos por Moira no livro *Vidas Trans*. É importante que o leitor compreenda que são pontos de vivência exclusiva de Amara e que, portanto, não se trata de uma experiência universal a todas às pessoas trans, mesmo que em certos aspectos algumas histórias possam se conectarem.

O momento da identificação, da decisão, da anunciação torna-se um importante passo no processo de descoberta das pessoas trans. É por meio de tal passo, que se pode conseguir identificar, inclusive, as materialidades da microfísica do poder instaurada no corpo (FOUCAULT, 1987). Foucault, em *Vigiar e punir*, nos mostra como, a partir do século XVIII, a disciplina já não era mais conquistada através da produção de uma violência, sujeição ou das renúncias do corpo, mas a partir da “formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil” (FOUCAULT, 1987, p. 164). Nessa perspectiva criam-se políticas para estudar e definir as minúcias do corpo humano, do comportamento desse corpo; tal como é a produção do gênero na biologia.

De tal forma, o gênero não é algo imanente ou natural, não é algo que está para o sexo como a cultura estaria para o biológico, aliás, não há, de fato, sexo biológico. O que existe é a produção de determinadas sensações e vivências que levam os indivíduos a se identificarem – ou não – a partir de suas próprias trajetórias com determinado gênero, com determinada performance de gênero. Por isso, torna-se relevante escrever a essa altura sobre o processo de transição da Amara, algo que sem dúvidas impactou até surgir uma das questões fundantes da obra analisada: “e se eu fosse puta?”. Antes, porém, foi

necessário que a autora se questionasse “e se eu fosse mulher?”, ou melhor, “e se eu fosse travesti?”.

Nesse sentido, existem três pontos fundamentais que podemos considerar para análise desse momento: a infância, a família e a sexualidade. Assim, se considerarmos a complexidade da obra de Amara, podemos identificar tantos aspectos não somente de uma experiência trans, mas também de uma pessoa como questões que permeiam a sua essência humana; entretanto, para sintetizarmos e destacarmos o objetivo da presente pesquisa, os três pontos fundamentais tornam-se nosso ponto de partida.

A infância:

Por onde se começa uma história, minha história, sendo eu travesti? Vasculho os porões da memória atrás de indícios de que eu já fosse o que sou, de que eu já tivesse essa consciência então encontro flashes de quando eu pegava os terços da casa e punha em volta do pescoço como se fosse colar ("que criança beata!", minha vó dizia; 3 anos, e meu pai já morrendo de medo de aquilo me tornar padre) (MOIRA, 2022, p. 19).

A infância é um período crucial na formação da identidade de uma pessoa. Durante esse estágio, as normas de gênero são internalizadas por meio de interações familiares, sociais e culturais. Para pessoas trans, esse processo pode ser complexo, pois suas identidades de gênero podem não se alinhar com as expectativas e os padrões de gênero impostos pela sociedade.

A análise da transição de gênero de Amara Moira, a partir do aspecto da infância, envolve uma reflexão sobre a descoberta da identidade de gênero e os desafios que ela enfrentou nesse processo. Falamos das brincadeiras de crianças, sobre o brincar de ser feminina e ali transgredir ao mesmo tempo em que descobre o próprio gênero. Durante um diálogo com sua tia, Amara relata a seguinte situação:

“- Se você fosse assim, menina desde criança, seria mais fácil te aceitar agora.- Ah, é? E, se eu fosse desde criança essa menina, você seria do grupo que me violentaria até eu entrar nos eixos ou só que lutaria pelo direito de eu ser uma criança feminina?” (AMARA, 2022, p. 20)

O questionamento pautado por nossa protagonista é importante quando observamos a infância trans. Observamos aqui a forma como Amara Moira lidou com as expectativas de gênero impostas durante a infância, o que pode ter afetado a sua percepção de si mesma. Ou seja, a partir de seus relatos, identificamos uma criança que teve que

fantasias a si mesma e que depois teve que manter essa mesma fantasia.

Nesse ponto, já foi possível identificar a “docilização” do corpo e a produção do gênero desde a infância. Não é que essa imposição do cis-tema aconteceu de forma violenta, por exemplo, mas através de brincadeiras ou expectativas criadas em torno da criança como a de que ela, criada enquanto homem, deveria se casar com uma mulher. A pergunta idealizada por Amara é fundamental, pois, quantas crianças trans tiveram de fato a garantia a uma infância livre de violências e que pudessem desfrutar de maneira simples e efetiva da formação do seu gênero?

Podemos considerar, portanto, a infância como período mais eficaz para esse cerceamento do gênero e a formação de um corpo dócil, como destaca a própria Amara (2022, p. 20) quando diz que esse “se torna um processo efficientíssimo de enlouquecimento, a criação para o medo junto a uma vida inteira ouvindo que a compreensão que você faz de si é equivocada, impossível, já que você tem o genital que tem”. Isto é, antes mesmo que a Amara pudesse se afirmar enquanto algo, outros lhe disseram que ela era homem.

Tal processo não se mostra eficaz ou eficiente 100% das vezes, mas cria marcas no corpo. No caso de Amara, a autora afirma que lhe resultou numa relação complicada com seu próprio corpo, não necessariamente lhe fazendo se entender enquanto homem (ou acreditar nisso de forma simples), mas construindo um sentimento de ódio com seu próprio corpo, começando pela genitália. Daí, como será possível observar mais à frente, a relação de Amara com o sexo (e com sua genitália) sempre foi um tanto complicada; o que resultou em impressões corporais que se estenderam pela vida.

É importante destacar que, em muitos casos, a compreensão da identidade de gênero ocorre ao longo do tempo, e a infância pode ser um período em que as pessoas trans começam a questionar e explorar sua identidade de gênero de forma mais consciente. Essa autodescoberta pode ser influenciada por experiências pessoais, interações sociais e acesso a informações sobre identidades trans.

A análise da infância de Amara Moira, em relação à sua transição de gênero, pode contribuir para uma maior compreensão das experiências vividas por pessoas trans desde uma idade precoce. Isso pode ajudar a ampliar a conscientização sobre a diversidade de caminhos e desafios enfrentados por pessoas trans ao longo de suas vidas e promover uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

Além da infância, a família, para muitas pessoas trans, é um importante fator durante o processo de transição; visto que, a relação familiar, às vezes, pode ser complexa

e desafiadora. A família desempenha um papel fundamental na formação das identidades e na construção das normas de gênero internalizadas. Portanto, quando uma pessoa trans revela sua identidade de gênero, isso pode desafiar as expectativas e as concepções que a família tem sobre ela.

No caso de Amara Moira, sua experiência pessoal nos fornece *insights* sobre a relação da sociedade durante a transição de gênero dos próprios familiares. É comum que a reação da família à revelação da identidade trans varie amplamente. Alguns membros da família podem demonstrar apoio e compreensão, enquanto outros podem ter dificuldades para aceitar ou entender a transição. Para Amara, a relação da sua família, com sua transição, foi recheada de nuances e questionamentos. Desde cedo, seus parentes perceberam essa aproximação a partir da curiosidade que ela já havia despertado para corpos trans. Quando, por volta dos anos 2000, Amara conheceu Roberta Close, pela TV Câmera, numa exibição do filme *Escorpião Escarlata* (1992), a personalidade de Roberta se tornou uma espécie de inspiração. Pior: para desgosto da família, Moira conta que gostava de brincar com as reações das pessoas quando dizia que a Roberta era uma mulher linda.

Na vida da nossa personagem, Roberta Close foi, digamos, um caminho sem volta. Ela havia mostrado para Amara que a genitália não era suficiente para marcar o destino de uma pessoa, mesmo que ainda não compreendesse isso em seu próprio corpo (MOIRA, 2022). Tal fascínio, por outras mulheres trans/travestis, colocou em dúvida a masculinidade árdua que Amara buscava fortemente afirmar até então. Até o momento em que, numa conversa desprentensiosa, sua mãe lhe pergunta “filho, você é travesti?” ao que ela, com toda convicção, respondeu que não.

Não dá para nos enganarmos, Amara sempre foi uma pessoa trans. Não podemos utilizar isso para, por exemplo, cair na armadilha cisgênera e transfóbica de que as pessoas escolhem um caminho ou que haveria reversão ou cura possível para corpos trans se adequarem à norma cisgênera. Também não quer dizer que a travestilidade é algo imanente, natural ou biológico, porque aí estaríamos apenas reforçando os mesmos estigmas sobre gênero que foram criados até aqui.

Vergueiro (2020), afirma que as três características fundantes da cisgeneridade e da cisnormatividade são a binariedade, a fixidez e a naturalidade do gênero. Portanto, querer afirmar que a transgeneridade de Amara é algo “natural” do seu corpo seria reforçar esse atributo fundante da cisnormatividade.

Podemos, então, a partir dessa experiência mencionada, em que Amara nega para

sua mãe ser uma travesti, compreender o gênero enquanto algo experimentado, processado e construído. Àquela altura as dúvidas e questões sobre seu gênero já lhe rodeavam, isso fica explícito nos escritos de Amara, todavia as pressões sociais e familiares, a falta de informação e de diálogo, impediam que essas dúvidas obtivessem respostas; que ela pudesse performar o gênero como lhe fosse mais apropriado.

Nesse ponto, estamos compreendendo como se dá a formação da cisgeneridade nos corpos. Uma pessoa cisgênera não é somente aquela que se identifica enquanto tal, mas uma pessoa que é dotada de passibilidades e privilégios que a enquadram dentro da cisnorma e, portanto, é designada a determinados espaços por isto, por conseguir passar. O importante dessa compreensão está no fato de que todas as pessoas são submetidas a esse mesmo processo de formação do gênero e que, portanto, a violência relatada não é exclusiva das pessoas trans; pois, existem aquelas pessoas que se adequam às normas e há aquelas que as transgredem.

Sendo assim, chegamos à constatação do gênero enquanto experiência performada pelos indivíduos através de atributos que lhes são designados desde o nascer a partir da sua genitália. Tal experiência é preenchida, com o passar do tempo, com as experiências individuais de cada sujeito, negue ou aceite tais “papeis”. Afinal,

Quantas e quantas pessoas não vão se descobrindo trans justo assim, algumas no próprio teatro, o momento em que acreditam estar encarnando uma personagem sendo justo quando se liberta daquele eu que a vida inteira foram ensinadas a ser?(MOIRA, 2022, p. 36)

Dessa forma, não dá para negar a importância da compreensão, do diálogo e da educação para a aceitação da identidade de gênero por parte da família. Amara aborda como o processo de transição impactou sua relação com os membros de sua família, bem como os desafios e conquistas que enfrentou ao buscar compreensão e aceitação. Quando questionada sobre ser travesti, Amara respondeu que “não” com convicção, mas também abordou o fato de ser bissexual e afirmou se relacionar com homens, mulheres e travestis. Nesse momento, sua família lhe mostrou preocupação devido à violência que o mundo poderia lhe causar.

Como posto anteriormente nesse tópico, a experiência de Moira, durante sua transição, com seus familiares foi recheada de nuances. Seus pais, que se mostravam trans-homofóbicos, que incentivavam a masculinidade compulsória no corpo de Amara por ter um pênis, também foram os que se mostraram dispostos a se reinventar para não

perder sua filha:

[...] não é difícil entender que senti alívio em poder dizer ao meu pai que, se a convivência comigo ficasse insustentável a partir daquele dia, eu só pedia que tivessem paciência até eu me estabelecer em Franca, encontrar um emprego e aí nunca mais precisaríamos nos ver. A resposta que ele me deu, no entanto, é indicativa de o quanto subestimei minha família e de o quanto essa família, ainda que cria da mesmíssima sociedade opressora que nos formou a todos, estava disposta a se reinventar para não abrir mão de mim: "Não se preocupe... a gente vai aprender a lidar com essa situação" (MOIRA, 2022, p. 20).

A reação negativa da família pode ser motivada por uma variedade de fatores, incluindo a falta de conhecimento sobre identidades trans, medo do julgamento social, crenças religiosas, entre outros. Essas reações podem variar de rejeição ou negação da identidade de gênero da pessoa trans à hostilidade, violência verbal ou até mesmo expulsão de casa. No caso de Amara, houve a busca pela compreensão de seu corpo ainda enquanto um homem cis bissexual.

Até então, os familiares da narradora – e ela própria – demoraram a conhecê-la propriamente. Nossa protagonista teve que passar por diversos empasses até se reconhecer enquanto travesti, esses empasses serão abordados de forma mais segura adiante. Entretanto, para o que nos cabe nesse momento, foi no dia 5 de maio de 2014 que ela relata ter se assumido trans para seus pais quando, depois de uma semana fervorosa, sozinha, em São Paulo, após uma parada LGBT, entrou no carro de seus pais:

toda periguete, peruca e penduricalhos, maquiagem pesada, estabanada me equilibrando no salto, e a primeira pergunta da minha mãe foi: "Esse é o presente de aniversário que você vai dar para sua avó?" [...] Não deixei barato: "E ela queria algo melhor do que ganhar uma neta?" (MOIRA, 2022, p.51)

No que se passaram os dias, sua mãe teve, em certo ponto, que aprender a alternar entre chorar pela situação da filha e a lhe ensinar a fazer cutícula (Maira, 2022). Seu pai foi o responsável por reunir a família e apresentar a nova filha, o que ela conta ser difícil lembrar sem chorar.

O grande ponto para se observar nessa relação de Amara com sua família é justamente a questão, como todos estamos envolvidos dentro de um cis-tema que busca enquadrar as performances de gêneros a fim de reconhecer uns enquanto legítimos e desumanizar outros, de que sua família não era essencialmente transfóbica, apesar de ter

sido uma família que recebeu uma educação tal qual o restante da sociedade, porém, por escolha, resolveu acolher essa diferença.

A história de Amara podia ter sido parecida com a de tantas outras pessoas trans, mas não é. Trata-se da história de uma travesti que apesar de tantos conflitos teve o apoio de sua família. É bem verdade que não deve ter sido um processo fácil, houve, possivelmente, embates, entre seus familiares, de sua infância até o momento da saída do armário, no entanto, houve uma escolha em não abandonar.

A experiência de Amara Moira pode ajudar a promover uma reflexão sobre a importância do apoio familiar, para as pessoas trans, durante sua jornada de transição. Essa análise pode contribuir para um maior entendimento da diversidade de experiências vividas por pessoas trans em relação à sua família e para a necessidade de criar espaços de diálogo e aceitação em âmbito familiar.

Por último, e não menos importante, há a sexualidade. No contexto das relações com mulheres cis, homens cis e travestis, a experiência de Amara Moira pode revelar nuances e desafios específicos. Aqui pretende ser explorado como sua transição foi afetada por essas relações e como essas relações influenciaram sua jornada de autodescoberta e aceitação.

Não podemos negar que nossa sociedade também é movida pelo sexo. Desde criança existem comportamentos que são esperados de cada sujeito sobre a forma como vão desempenhar suas atividades sexuais, quanto àqueles designados homens, ao nascer, essa expectativa está para que sejam viris, com múltiplas parceiras, numa educação sexual desenvolvida em torno do falo.

Neste sentido, Amara relata que o sexo nesse momento era uma forma de se identificar enquanto homem, não era sobre prazer e nem sobre o corpo dela, seria apenas um jeito de mostrar que “dava conta” daquela mulher sua parceira e portanto ser reconhecido enquanto homem, afinal a mulher (cis) gozou com “ele”.

Todas as tentativas de encaixar Amara no cis-tema resultaram em uma pessoa que não reconhecia seu corpo, afirma que ainda criança desenvolveu uma vergonha extrema da nudez, ao ponto de não deixar ninguém lhe vê pelada, com apenas 5 ou 6 anos. Já no Fundamental, lembra que foi piada da sexta série quando relatou que não sabia o que era “bater punheta”, enquanto todos os seus coleguinhas já haviam sido introduzidos no assunto.

Um fato importante é que ela mesma se descreve como um corpo que nunca foi necessariamente desejado, homem cis branco, mas franzino estilo “nerdzinho” e que no

geral nunca tinha sido alvo de disputa feminina ou de qualquer outro grupo. Seu primeiro beijo, com 14 anos, a menina precisou limpar a boca quando terminou. Em relação às mulheres cis, percebemos o impacto que Amara Moira sentia na sua percepção de si mesma através da sua interação com essas mulheres. Ela enfrentou desafios em encontrar aceitação e compreensão de sua relação com seu próprio corpo, quando aquele sexo cisheteronormativo sempre esteve pautado na penetração e era necessário um pênis ereto, apesar de que, como já exposto anteriormente, sua relação com sua própria genitália não era completamente agradável. Em relação aos homens cis, Amara Moira relata como sua experiência foi fundamentada na base da submissão, enquanto com mulheres cisgênero seu desejo era fornecer prazer, com homens cis sua intenção era ser usada, da sua primeira experiência com um homem conta que:

A primeira vez que sai com um homem eu tinha 17 anos, ele com mais de 30 o conheci em um chat de bate-papo. Veio me buscar se carro perto de onde eu morava, e de lá fomos a um motel [...]. Mal entramos no quarto, ele tirou minha roupa, me deitou de bruços na cama, colocou a camisinha, cuspiu no meu ânus e começou a forcejar a entrada. Doía demais, mas fiquei calada, e em momento algum ele se preocupou em perguntar como estava sendo para mim. Quando gozou, tirou o pênis de dentro de mim, se vestiu e me apressou para sairmos logo. [...] Não conseguia evitar o desejo por homens, então eu pelo menos devia vivê-lo apenas com anônimos, ogros e sempre trazendo junto alguma espécie viva de punição (MOIRA, 2022, p. 30).

Havia, portanto, na sua relação com outros homens cis, nessa época, antes da transição, um desejo norteadado pela culpa daquilo que sentia ou pela formação que tivera e que condenava tais relações. Neste caso, a obra de Michel Foucault, *A história da sexualidade* (1976), pode ser aplicada para analisar tal experiência em relação ao poder disciplinar e à normalização impostos pela sociedade. Embora a obra não trate especificamente da questão de identidade de gênero, ela fornece uma lente teórica útil para compreender como as normas de gênero são moldadas e mantidas pelo poder.

Para Foucault, a partir do momento em que as formas de poder se interiorizam, nasce uma moral sexual. Ao mesmo tempo em que marca um interdito, essa moral produz, a partir do desejo, uma norma. Sendo assim, o sexo deve ser reservado ao casal legítimo, voltado para a reprodução, restrito ao âmbito doméstico.

Este autor destaca a relação entre poder, normas e moralidade, mostrando como a sociedade estabelece regras e expectativas em torno da sexualidade e do sexo. No

contexto das pessoas trans, essa moral sexual imposta pela sociedade pode ser problemática, uma vez que suas identidades de gênero podem desafiar as normas tradicionais de gênero e as ideias de sexo como binário e imutável. É basicamente sobre isso que Amara evidencia em *E se eu fosse puta*, um texto tão intimamente seu, num momento em que ela mesma ainda não se reconhecia. Momento esse em que ela estava envolvida nas questões externas, impostas por expectativas sociais. A sua experiência com o sexo, antes da transição, se mostrou conturbada porque desde pequena ela foi ensinada a enxergar seu desejo e sua imaginação sobre o próprio corpo como compreensões erradas. Entretanto, foi se relacionando com outras travestis, ainda enquanto homem cis, que Amara conseguiu desfrutar um pouco da liberdade sexual que almejava. Da sua primeira experiência com uma travesti, Amara conta:

Foram dois dias de muito amor e prazer, livre de amarras e preocupações, a gente se revezando em quem faz o que na cama, aí depois filminho na TV, conchinha. Mas foi só eu voltar para casa, e me veio o choque de realidade, o medo. Me senti frágil, indefesa, e isso me fez ser covarde, nunca mais voltando a falar com ela, nem para dizer tchau (MOIRA, 2022, p. 33).

Quanto às travestis, Amara Moira compartilhou da experiência que ela mesma buscava: a de ser livre. Foi a primeira vez que Amara em uma relação sexual se sentiu livre sem expectativas, experimentando da liberdade que admirava em outro corpo, mas mesmo ela não foi capaz, na sua primeira tentativa, de lidar com as pressões sociais para assumir essa travesti ou então, pelo menos, se despedir.

Dessa maneira, vimos, até aqui, algumas particularidades da sexualidade de Amara no seu “pré-transição”. O sexo foi vivido por ela enquanto forma de afirmação, punição e busca pela liberdade. Mas foi vivido. Como ela própria colocou no livro base dessa dissertação: sempre fora puta, mesmo com os entraves ocasionados por uma vida tendo sua sexualidade e identidade de gênero reprimidas. Ela viveu o sexo e foi através dele que ela pode também se pensar e se encontrar consigo mesma. Mas, agora que era puta, depois da transição, transformou-se ou não sua relação com o sexo? Tal questão não chega a ser – como base em tudo que já fora lido da (e sobre a) autora – uma surpresa, mas Amara destaca que “vinte nove anos vivendo como homem, mais especificamente o homenzinho padrão, branco, nada afeminado, lido como hétero mesmo sendo bi, classe média, e foi só transicionar e passar a ser lida como travesti pra viver [sua] primeira experiência de violência sexual” (MOIRA, 2022, p. 39), Não foi extamente fácil a sua

transição. Aos leitores mal-acostumados, ou mal introduzidos no assunto, podem se perguntar “mas como uma pessoa trabalhando com sexo foi violentada sexualmente”, afinal “não seria seu trabalho executar de tudo que seus clientes desejassem?”, acontece que mesmo no trabalho sexual existem acordos e limites estabelecidos anteriormente à contratação do serviço e, nessa situação em específico, Amara não foi respeitada. Ela ainda reflete:

Não sei se por estar trabalhando em texto os programas que faço (e com isso forçando uma reflexão), ou se é por a coisa ser violenta mesmo e eu só aos poucos estar me dando conta disso, a questão é que cada vez mais, cada novo cliente que me aparece, a experiência da rua se torna mais parecida com uma experiência de abuso, violência... se a camisinha arrebenta e o cliente tenta continuar mesmo assim (fico pensando até se ele não fez com que ela arrebentasse de propósito), se percebo ele tentando inclusive começar a transa sem camisinha ou querendo pagar pra fazer no pelo, forçando a barra para que eu faça coisas que não estavam no script (MOIRA, 2016, p. 67)

Percebemos então que depois que assume sua transição, (1) Amara já é vista enquanto puta pelos olhares sociais, mesmo que não quisesse e (2) mesmo que agora se compreenda enquanto mulher, os homens que as procuravam lhe colocavam constantemente num espaço de fetiche; poucos dispostos a assumir uma afetividade, e aqueles que a demonstravam eram apenas para garantirem um desconto no programa. Amara lembra que, depois da transição, entre as poucas vezes que se relacionou afetivamente nenhuma delas foi com homens.

Nesse ponto, compreendemos que a travesti quando se refere ao desejo ocupa o espaço do não lugar, do ruído, termo cunhado por Jota Mombaca¹¹, por não ocupar os espaços de binariedade projetados e esperados pela cisnorma para que uma pessoa possa ser considerada desejada. Mesmo a travesti ou a mulher trans mais passável, considerada mais bonita, tem história (a de ter sido designada homem ao nascer) e só essa história é suficiente para que ela não seja considerada digna do afeto. Todavia, a forma como Amara decide lidar com isso é se empoderando, não reafirmando o espaço de vítima, quando decide escrever sobre suas situações e inclusive ganhar dinheiro através disso. Esse é um ponto de virada importante para não repercutirmos nessa história o espaço de vítima que Amara tanto renega.

¹¹ <https://www.ufrgs.br/artevera/jota-mombaca-nao-vao-nos-matar-agora/> Acesso em 06 de junho de 2023, às 19:17 horas.

É importante lembrar que cada pessoa tem uma experiência única e que essas relações são influenciadas por uma variedade de fatores individuais, sociais e culturais. A análise experimental de Amara Moira (em relação ao sexo e suas relações) pode fornecer *insights* sobre a diversidade de vivências dentro da comunidade trans e contribuir para uma compreensão mais ampla da interseccionalidade e das complexidades das identidades de gênero e sexualidade.

Ao relacionar esse processo de transição com os conceitos de Foucault em *Vigiar e Punir* pode-se analisar a forma como a sociedade controla e disciplina corpos e identidades consideradas "desviantes" em relação às normas estabelecidas. Foucault argumenta que o poder disciplinar opera por meio de mecanismos de vigilância e normalização, moldando os corpos e subjetividades para se encaixarem em padrões predefinidos. No contexto da transição de Amara Moira, podemos considerar como o poder disciplinar atua sobre as identidades trans. A sociedade, muitas vezes, impõe normas de gênero binárias e restritivas que tornam a experiência das pessoas trans desafiadoras. A transgressão dessas normas é frequentemente vista como uma forma de desvio, resultando em discriminação, estigmatização e violência. No entanto, a própria existência e narrativa de Amara Moira desafiam essas normas e revelam as falhas do poder disciplinar. Ao compartilhar sua história, ela reivindica sua agência e desafia as estruturas de controle que buscam manter a ordem social. Sua voz se torna uma forma de resistência, desconstruindo as categorias de gênero fixas e expandindo as possibilidades de existência para pessoas trans.

Além disso, Foucault também discute o conceito de biopoder, que se refere ao poder exercido sobre os corpos e a vida da população como um todo. No caso das pessoas trans, o biopoder se manifesta nos processos médicos e burocráticos relacionados à transição, como terapias hormonais, cirurgias e documentação legal. Esses procedimentos são frequentemente exigidos para que as pessoas trans sejam reconhecidas e aceitas socialmente, reforçando, assim, o controle sobre seus corpos e identidades.

Sendo assim, para que esse trabalho não reforce com pesquisas que buscam enquadrar as experiências vividas por pessoas trans enquanto únicas, é preciso reforçar ainda aqui que esses processos descritos e analisados dizem respeito a singularidade do processo de transição da Amara Moira. Amara teve sua transição iniciada depois de já ter concluído uma graduação, de ter iniciado um mestrado e acessos a outros processos. Ainda assim, os acessos que Amara teve não foram suficientes para não lhe minar suas oportunidades. Ela mesma relata que depois de anos vivendo como um homem branco

cis teve seu primeiro baculejo (revista) policial logo depois que transicionou. Isso nos revela que há, apesar das diferenças na oportunidade, um olhar geral que é direcionado a corpos trans/travestis. A entrada de Amara na prostituição também foi uma escolha e, como já foi colocado anteriormente nessa dissertação, isso é importante de se perceber pois tira as prostitutas desse espaço de apenas vítimas da sociedade. Mas Amara teve uma sina diferente de tantas outras meninas travestis, ainda que amarga. Aquelas que não tiveram a chance, e já na adolescência iniciaram sua transição, muitas não puderam sequer concluir o ensino médio por serem expulsas devido as inúmeras violências que ocorrem na escola. A cidadania precária, oferecida a conta-gotas (BENTO, 2006) retira dessas meninas sonhos e oportunidades, lhes restando ainda a prostituição como único recurso.

Aqui nos interessa falar dessas contradições, das singularidades. Ou seja, ao mesmo tempo em que não dá para resumir a prostituição num espaço de vítimas da sociedade, as ferramentas sociais para disciplinar os corpos deixam às pessoas trans e travestis como principal oportunidade a prostituição. É justamente as nuances das experiências particulares de cada corpo que chama atenção e, no caso de Amara, nos revela tanto sobre as violências sofridas por esses corpos quanto aquilo que devemos garantir para que pessoas trans tenham acesso à dignidade. Ou seja, a garantia do acesso à Educação e à família são pressupostos básicos para reconhecimento da cidadania.

Em “Um filho de qualquer Francisco”, poema de Luna Ferreira, somos convidados a encarar o aborto masculino, de quando um filho é abandonado pela figura paterna. Diferente de Amara, Luna não teve apoio da família e lhe restou fazer resistência a partir disso e apesar disso:

Seu Francisco, acho que desde que você foi nossa situação mudou bastante. Eu por exemplo, me assumi. Eu sou uma byxa. Sabia disso? Eu sou uma byxa. Em relação a isso você não pode me escutar mesmo, mas eu posso. E sabe o que eu escuto? Bom, em casa depois da saída do armário eu escutei que se eu apanhasse na rua o problema era meu. Esse é um dos motivos pelos quais agradeço não ter você na minha casa nem no meu coração. Não sei se aguentaria ouvir isso de duas pessoas (FERREIRA, 2019, p.17).

De toda forma, em todas essas situações, diferente do que o cis-tema impõe, a maior parte da produção sobre corpos trans mostra que essas sujeitas se reinventam apesar dos impasses impostos. Há quem diga que é preciso muita coragem para transicionar, mas talvez fosse necessária mais coragem ainda para permanecer no “armário”, refém de

segredos que somente seriam confessados em seus próprios sonhos.

3.2. Mercantilização: a vivência trans nas ruas do Brasi

Quando refletimos sobre mercantilização dos corpos, logo pensamos em prostituição; uma forma em que diversas pessoas encontraram de comercializar seus corpos de forma sexual, pois todo o trabalho é uma forma de se mercantilizar o corpo. Temos que deixar claro, portanto, que, dentro de uma sociedade capitalista em que vivemos, qualquer tipo de trabalho tem uma relação dualista, entre explorado e explorador. Não é possível que exista um emprego em que o corpo do indivíduo não seja usado, deteriorado e manipulado para o bel prazer do capital e do capitalista, sendo, dessa maneira, praticamente impossível, na estrutura em que vivemos, haver um trabalho em que a pessoa não tenha que se rebaixar para poder se tornar funcionário ou ter o mínimo para a sua subsistência.

Quando colocamos, pois, na ponta do lápis, as características da prostituição e de trabalhos altamente de risco, como bombeiro, policial e/ou médico, podemos ter certa noção da igualdade entre estes cargos: o risco de vida em que as pessoas que os exercem são expostas, como nos mostra em seu livro Amara Moira (2016). A autora, com sua vivência e experiência com a prostituição, infere que trabalhadora é diminuída em sua dignidade. Logo, quando consideramos a vida de risco de um policial, de profissional da Saúde ou de Segurança Pública, não o marginalizamos. Quando pensamos na vida da prostituição, no entanto, (e mesmo considerando a relação como de trabalho da mesma forma) por ser um trabalho sexual, é caracterizada como uma profissão marginalizada e não como um trabalho de risco como qualquer outro.

O fato de disponibilizar a força de trabalho mediante uma renda, ou seja, um retorno em dinheiro, que represente a técnica e o tempo gasto para realizá-la, vende-se sem que se perceba o próprio corpo; deixando-o nas mãos do mercado, ao passo em que nos tornamos apenas e meramente valor material. Tal fator talvez nos iguale a um objeto, visto que, “[...], fazemos romance pra ganhar um extra, até dormimos de conchinha pagando bem, mas sempre o gosto amargo no final da noite,” (MOIRA, 2016, p. 125).

Ou seja, a lógica do faço, mas pagando bem, está para a prostituição, assim como está para qualquer outro tipo de trabalho.

Nesse aspecto, não podemos de forma alguma nos sujeitar a pensar que há uma diferença entre as funções já destacadas. Todas deveriam ser compreendidas como formas de trabalho, sem que haja a necessidade de desvalorização de uma e supervalorização de outra. Entretanto, o que ocorre é que, como veremos mais adiante, dentro do mercado de trabalho, não existe apenas a relação empregado e patrão, mas também uma vigilância social. Nessa perspectiva, dentro do mercado da prostituição, há certa imposição aos corpos trans que não existe (ou existe em menor frequência) para com os corpos cis. Ou seja, enquanto a prostituição do corpo trans ocupa, a esses olhares sociais, uma posição de inferioridade, de subalternidade, o corpo cis, em muitos casos, é visto como superior; mesmo ambos (cis e trans) exercendo a mesma função: a prostituição. Dessa forma, há uma realidade distinta e longínqua entre o simples fato da existência de corpos distintos se prostituindo. A esperança, no entanto, é “[...] que a prostituição seja conhecida como uma forma legítima de trabalho.” (PRECIADO, 2014, p. 42), pois, infelizmente, o trabalho sexual está longe de ser reconhecido como uma forma legítima de trabalho, por isso ela é como se fosse uma punição sexual que a sociedade cria para indivíduos marginais que infringem as leis expostas, sejam elas jurídicas ou religiosas. Sem a prostituição, como uma forma de punição, acabará com a estrutura da sociedade, que terá que encontrar novos mecanismos para reagir a esta população marginalizada. Por isso, talvez, o que deva ser feito, de forma mais trabalhosa e difícil, é mudar a punição a quem transiciona o seu corpo, até porque não há “pecado” ou crime nenhum em querer se sentir feliz.

Mas, temos de pensar na vivência em um espaço público da prostituição, para a amostra de seus corpos, para o proveito de uma sociedade que rejeita diretamente esses corpos trans, pois “Ser travesti já nos torna tabu, daí a maioria ainda encontra na prostituição a única forma de subsistência (e sabemos que seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem a esse destino)” (MOIRA, 2016, p. 124). Ao iniciar a transição de gênero, muitas percebem que a sociedade já observa que, em espaços públicos, já está marcada como “prostituta”, como se o fato de se identificar como trans, fosse, ao mesmo tempo, algo obrigatoriamente a se tornar e trabalhar com a prostituição. Porém nem todas as pessoas trans seguem o caminho da prostituição, apesar das poucas que têm a possibilidade de se tornarem algo totalmente diferente e poderem, em uma sociedade tão amarga que as rejeitam, sobressaírem. A identidade sexual trans torna-se,

na sociedade, um tabu. Esse tabu as coloca numa posição de hipersexualidade, como se a prática de comercializar seus corpos representasse um destino inevitável ao assumir-se trans. Infelizmente, a sociedade julga os corpos trans como corpos abjetos, e isso não é uma ideia fácil de desconstruir, uma vez que, “a transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplifica a exclusão a que já estamos sujeitas meramente por existir.” (MOIRA, 2016, p. 124). Parece haver dentro da sociedade brasileira uma regra imposta aos corpos trans em que a prostituição os abraça, mesmo sem terem a intenção de sê-lo ou até mesmo de poderem ter tido a possibilidade de se desvincilhar desta regra imposta pela estrutura vigente da sociedade.

No entanto, um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal (FOUCAULT, 1987, p. 12).

Os corpos em uma sociedade são alvo de uma repressão que ocorre por ser a simplificação daqueles corpos que, anteriormente, historicamente, foram esquartejados, ou melhor, violentados pela “lei” vigente das épocas anteriores, como, por exemplo, na Idade Média, em que os corpos eram alvo de diversas torturas como forma de repressão. Isso foi substituído pela repressão penal, pela repressão por meio de atos jurídicos.

Em se tratando da realidade exposta sobre os corpos trans, esta lógica da repressão penal sobre os corpos pode ser trazida ao entendimento da questão da comercialização corporal, a qual há uma vigilância da sociedade brasileira em caracterizar estes corpos, meramente como tal, como se eles não pudessem estar em outros espaços sociais que lhes convenha:

[...] Criadas numa sociedade que prega a monogamia, a conciliação entre amor e sexo, mas, ao mesmo tempo, compulsoriamente lançadas à prostituição mais precária, a do vintão, vários clientes por dia, programas de dez minutos, tempo suficiente pra ouvir declaração de amor e, em seguida, pós-goço, ainda ver a cara de nojo do até então cliente apaixonado, apaixonante. (MOIRA, 2016, p. 124).

Ao serem privadas da junção amor e sexo, como se elas não fossem dignas de ser amadas, o que a sociedade monogâmica brasileira prega dia a dia, dentro do trabalho compulsório da prostituição, seus clientes exercitam o ato de puni-las. O serviço que estabelecem nesses espaços é visto como adequado à realização de punição, como ocorreu na Idade Média inúmeros tipos de violência física, como nos faz lembrar Foucault. Mas

que, dentro do trabalho da prostituição, tal violência aumenta e toma outras características.

O olhar de nojo após o gozo pode ser caracterizado como uma forma de violência psicológica, pois, por causa daquele corpo não se encaixar no estabelecido biologicamente ou religiosamente como “correto”, e por carecer de dualidade de gênero bivalente, homem ou mulher, o simples olhar se estabelece como uma punição àquele corpo que antes estava sendo desejado. Outra forma é a violência física, que está dentro da realidade do trabalho sexual, pois, estatisticamente, mulheres trans sofrem mais dessa espécie de violência e, portanto, vivem menos do que muitas outras pessoas. O “nojo” acaba sendo muito além do que o expressado pelo olhar social: torna-se uma espécie de necessidade de extermínio daquele corpo que ali está fora dos padrões estabelecidos na estrutura social e religiosa.

Os meios de punição jurídica foram mudando com o passar do tempo, visto que antes a forma de punição era muito ligada ao sangue e ao corpo, utilizando-se de tortura e métodos de mutilação que faziam com que as sentenças fossem meramente corporais; além de um espetáculo para que causasse medo aos que ousassem repetir: “[...] dar aos mecanismos da punição legal um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser.” (FOUCAULT, 1987, p. 22). As novas técnicas, no entanto, não mais se baseiam em uma relação de corpo e sangue, mas pensa em uma punição jurídica que se estabelece ao pensar o indivíduo na sua totalidade: com passado, presente e futuro.

Afastando-nos um pouco das relações jurídicas e nos atendo mais às estruturas estabelecidas da sociedade, podemos ver essa mesma característica na punição às mulheres trans, seja pelo fato de se transicionar, como se, já que os métodos jurídicos e religiosos não agem, as pessoas realmente acreditassem que podem agir como donos da lei nacional, realizando a violência física – a qual, podemos classificar como historicamente primitivas, pois é como se estes indivíduos agissem da mesma forma que a antiga Inquisição agia.

O cis tema opera numa lógica de rechaçar os corpos que não estão dentro do que seria o padrão bivalente dos gêneros de “procriação” criados por um Deus dogmático, mas no momento em que a pessoa, transgride essa lógica, é momento dela ser punida, mas não punida pela justiça, mas por uma parte da sociedade que acredita que tem em mãos a justiça do mundo.

Dentro da realidade trans, essas mulheres, em sua grande maioria, são sujeitas socialmente ao trabalho sexual de forma compulsória, que se estabelece muitas vezes como falta de opção dentro da estrutura capitalista brasileira do que como uma opção privilegiada de todas. Dessa maneira, tal realidade por si só se caracteriza como uma espécie de punição social, por escolher sexualmente de maneira individual um corpo que lhe faz bem e se identifica.

[...] Aí tirou a camisinha e veio pra beirada da cama ser chupado, veio como quem manda, como quem se acha dono do meu corpo, e eu desnorreada não sabendo nem como dizer não. Dei meu melhor sem vontade alguma, mesmo sentindo até ódio, mas fiz, e ele, não parecendo nem se dar conta do meu estado, gozou um desses gozos estúpidos só por gozar, só pra mostrar que pode, o rei da cocada (MOIRA, 2016, p. 39).

Não se preocupar com o corpo que está realizando o trabalho sexual é a essência, digamos, da objetificação dos corpos no trabalho capitalista que os desumaniza, porém, dentro de outros serviços, não é possível perceber essa objetificação de modo explícito como é dentro da prostituição. Isso ocorre porque a prostituição, na visão comum social, é um trabalho “indigno” e quem o faz também é caracterizado como tal, e, por isso, dentro dessa perspectiva, não merece o devido respeito. Nesse aspecto, o ser humano que está ganhando dinheiro através do ato sexual torna-se um irremediável criminoso, desprovido de sentimentos. Mais uma vez podemos refletir sobre o controle dos corpos e mentes na sociedade através do Estado, pois – Conforme Foucault –, existe “todo um conjunto de julgamentos apreciativos, diagnósticos, prognósticos, normativos, concernentes ao indivíduo criminoso encontrou acolhida no sistema do juízo penal” (FOUCAULT, 1987, p.23). Ou seja, a nova forma pela qual age o juízo penal, para que os seus suspeitos sejam julgados, se expande para a forma de atuação da sociedade, que o simples fato de perceber um corpo que teve uma transição torna-se motivo para que essa pessoa que transicionou seja tratada de uma forma que exclua o seu corpo, como mostra Amara Moira (2016) em um atendimento no trabalho de prostituição, em que o cliente pensa apenas no seu gozo e exclui definitivamente o dela. Mas cabe a reflexão, até que ponto é um serviço e se torna um espaço de punição? “Antes da pandemia de covid-19, era essa a realidade das travestis e mulheres transexuais no Brasil: 90% na prostituição, 4% em empregos formais, 72% não possuíam ensino médio, 56% não tinham concluído o ensino fundamental, 0,02% frequentavam alguma universidade.” (SALABERT, 2021). Será que a realidade, a qual

está sendo demonstrada em porcentagem, dessa população trans que trabalha na prostituição pode ser uma punição da sociedade em que vive? Acredita-se que haja uma relação tênue entre o fato de 90%, dessa população, estar trabalhando informalmente dentro da prostituição e, ao mesmo tempo, ter tido vivências de violência sexual e de desumanização no trabalho.

Viver em um estado marginalizado, em uma posição à margem da sociedade quer dizer que não há uma possibilidade em se adentrar e fazer parte dela. Nessa perspectiva, não seria possível que esses indivíduos se vissem ou que eles sejam vistos como pessoas ou muito menos como cidadãs, como se tivessem que pagar, dessa forma, por terem *transicionado*; simplesmente porque não se sentiam bem com o seu corpo e decidiram que deveriam começar a se sentir bem consigo mesmos.

O que chama mais a atenção são as diferenças exorbitantes entre as cifras de estudo e de trabalho: quando se compara a questão do trabalho tem-se que 90%, desse público, vivem na prostituição, 4% em empregos formais, 72% não tendo ensino médio ou concluindo o fundamental e apenas 0,02% cursando uma universidade. Isso mostra que, dentro da sociedade brasileira, pessoas trans são voltadas à desqualificação educacional e, ao mesmo tempo, ao trabalho informal (pensando na prostituição como um trabalho sem carteira assinada), o que as marginalizam e faz com que esta parte da população tenha que “se virar” dentro das possibilidades que a estrutura social lhes apresenta.

A estrutura social apresentada, à parcela da população já destacada, pode ser definida como uma punição social dentro das lógicas apresentadas como “normais” dentro da sociedade brasileira, e, por isso, assim como mostra Amara Moira (2016), com a mudança que teve total de vida após a sua transição, vai de encontro com o que vimos das cifras antes da pandemia. Tudo isso parece se caracterizar como se fosse a uma espécie de vigilância e de punição por meio de uma sociedade que aceita o menino branco cis que “performa” uma identidade hétero, mas não aceita o diferente. Portanto, se é branco, cis e homem, ninguém vai se importar em perguntar se é gay, binário, bi ou outra coisa se o sujeito performa uma identidade masculina, mantendo uma postura heteronormativa, pois já está inserido dentro dos conceitos preestabelecidos socialmente como sujeito e cidadão; por isso já se imagina suas características padrão. Diferentemente do momento pós-transição, quando a pessoa passa a ser marginalizada. A marginalização, estruturada pela realidade apresentada, é a forma punição a qual muitas mulheres trans são submetidas dentro da sociedade brasileira pelo simples busca de se sentirem bem com os seus próprios corpos.

O fato de se marginalizar não só um corpo, mas também o indivíduo que o possui, se realiza por conta da falta de significantes sociais embutidos nele, pois, quando alguém transiciona não está preocupado se a sociedade irá aceitar ou não. Porém, o fato de estar feliz com o próprio corpo, ou melhor, de se sentir confortável com ele, nesse processo, entra-se em uma espécie de paradoxo. Isso nos leva a refletir que a autoaceitação da pessoa trans muitas vezes implica na não aceitação da sociedade da possibilidade de tais corpos dissidentes assumirem determinadas posições de status na sociedade.

Um exemplo que podemos destacar sobre o que estamos problematizando é o um fato ocorrido com Amara Moira (2016): antes de sua transição tinha seu corpo aceito socialmente, visto que seu corpo branco, masculino, dentro das características heteronormativa, fazia parte de um padrão, apesar de em seu caráter individual haver certos complexos. Quando resolve finalmente a transicionar e exibir essa transição, o que antes era aceito e enquadrado na sociedade passa a ser alvo de críticas e repulsas. Ou seja, ao transicionar deixou de fazer parte de um padrão, como uma espécie de resposta punitiva, por parte da sociedade, pelo fato dela decidir algo individualmente que lhe faria bem. Assim sendo, parece nunca haver uma felicidade para os indivíduos na sociedade em que vivemos, pois sempre haverá uma consequência com as escolhas que fazemos e estas consequências serão formas de pressão psicológica, social e violenta; de modo que evidencie uma punição por transgredir as regras que prevalecem, as regras sociais.

Ou seja, o correto, para o cis-tema, na visão da lei social, seria Amara Moira ter mantido seu corpo de aparência caracteristicamente masculina, pois não importam para a sociedade os dilemas existenciais, mas o significante de corpo institucionalizado na sociedade em que ela está inserida. O fato, portanto, de ela se sentir bem com o corpo que escolheu, causou um delito jurídico punível pelo júri popular com mecanismos contemporâneos que, conforme nos apresenta Foucault (1987), são distintos de outra época; isso em se tratando da política, da medicina e da religião, pois, com os linchamentos e violências que sofre, a população trans torna-se alvo da punição social. Dessa maneira, em sua característica, ocorre o mesmo que ocorria na era Medieval, como se a sociedade tivesse parado séculos no tempo ao lidar com determinadas pautas de gênero e sexualidade.

Os corpos não são apenas resultado dos significantes pelos quais a materialidade deles nos apresenta, pensando em uma relação meramente biológica, que não quer dizer que apenas existam estas considerações, mas que são as formas de relacionar corpo e matéria, no entanto, “isso não quer dizer que a materialidade dos corpos seja única e

simplesmente um efeito linguístico redutível a um conjunto de significantes” (BUTLER, 2019, p. 65). Não é possível dizer que os significantes dos corpos sejam os já interiorizados na materialidade, porque assim como os corpos trans, estão fora desse significado; por isso, é importante desmistificar tal premissa, pois, assim, podemos entender que o resultado dos corpos não são apenas matéria mas também são formas que contêm muito mais do que o que pensamos, sendo um conjunto social de significados dados não só pela sociedade em que um indivíduo está inserido, mas dado, também, unicamente por sua ideia exclusivamente individual.

No mundo em que vivemos, existe um controle dos corpos, imposto pela sociedade, para manter a lógica exposta de forma clara e excluir de alguma maneira qualquer novo significante que se crie sobre os corpos, como se fosse uma regra imutável e indiferente; sem considerar a multitude de diversas ideias e pensamentos que os indivíduos têm em sua mente.

A contrassexualidade denuncia o controle atual das práticas transexuais pelas instituições públicas e privadas de caráter heteronormativo, uma vez que estas impõem a mudança de sexo de acordo com modelos anatômicos-políticos fixos de masculinidade e feminilidade (PRECIADO, 2014, p. 39).

Há um controle dos corpos por parte das instituições, que mantêm viva a dualidade de gênero, homem ou mulher, sem perceber que existem novas maneiras de ver os corpos. Essa lógica não tem a ver com uma questão de punição ou de controle atual; mas com uma lógica que se esteve imposta na sociedade desde muitos anos, sendo que o significante desses corpos pode ser infinito. Isso pode nos fazer inferir que a sociedade precisa de algo concreto que seja a visão mais “comum”, a heteronormativa. Assim, não abre a mente, e espaço, para novas lógicas.

Os mecanismos empregados pela sociedade ocidental criam uma forma pela qual o indivíduo não vive e não existe para sua própria forma, individual, por mais que a lógica capitalista impunha a individualidade. Isso ocorre só até um mero limite, o limite da religião e da estrutura de gênero. Caso passe dessa estrutura, os mecanismos de controle e de punição da sociedade tomarão conta dos corpos dos indivíduos, corpos esses que são individuais e não sociais. Nesse ponto de vista, podemos considerar que não é possível a existência de um corpo que seja uno e que considere toda a vivência em sociedade. Os corpos são individuais e estes fazem parte do social e não o contrário; que é como age a punição dentro da sociedade ocidental, como se fosse necessária uma regra, uma lei

dogmática em que o indivíduo tem que seguir de acordo com o controle dos corpos. Porém, esse controle, parece, em meio à história do mundo, ter se contemplado, aproveitando-se do pós-renascimento para se aprimorar; saindo do que antes era somente a religião (não que ela ainda não tenha esse papel, mas ele se expandiu) para a medicina e o controle político. Essas duas últimas formas de controle, portanto, responsáveis por caracterizarem e classificarem apenas dois tipos de corpos, como se o pênis fosse apenas percente ao corpo masculino e a vagina ao do feminino. Assim sendo, quem estiver fora dessa lógica, não é visto nem mesmo como ser biológico.

Para a medicina, e com o aval da política, não há possibilidades para seres humanos que se caracterizama de forma social e cultural, como se não existisse a possibilidade dessa existência. Até mesmo questões biológicas, como podemos ver com os hermafroditas ou intersexuais¹² que, por mais que seja uma raridade, é possível de perceber a existência desse público. A medicina, porém, vê mais como uma unificação dos gêneros do que um exemplo de existência medicinal de um novo gênero na sociedade e no mundo em que vivemos. Entretanto, não é possível considerar o intersexo como uma unificação dos gêneros. Nesse caso, talvez, deveria ser compreendida como uma mutação biológica que unificasse a visão da medicina para com a social. E, nessa perspectiva, tanto a medicina quanto os indicadores sociais pudessem trabalhar juntos para que aqueles que não estão inseridos na lógica bivalente dos corpos na sociedade atual possam ser vistos como sujeitos e cidadãos com nomenclaturas aceitas politicamente, socialmente, religiosa, biológica e individualmente.

¹² <https://www.abc.med.br/p/sinais.-sintomas-e-doencas/1399600/hermafroditismo.htm#:~:text=Quais%20s%C3%A3o%20as%20causas%20do,aos%20horm%C3%B4nios%20masculinos%20no%20%C3%BAtero%20>. Acessado em 29/05/2023.

3.3. *Pajubá* - o “dialeto” da Travesti = A linguagem como forma de pertencimento trans

O *Pajubá* é uma linguagem conhecida como *dialeto* utilizado pelas travestis e transexuais, e, em determinados contextos, também se estende à comunidade LGBTQIAP+. Sendo assim, o *pajubá* (ou *bajubá*) é uma junção de gírias espirituosas, neologismos, que correspondem ao uso de termos como “neka”, “bafo”, “akué”, entre outros. Contemporaneamente, determinados termos têm sido incorporados ao vocabulário devido à visibilidade de artistas trans, como a cantora e atriz Linn da Quebrada, que, em 2018, lançou o álbum *Pajubá*; dando visibilidade ao dialeto através das canções que mostram uma realidade, de personagens trans, histórica, além de denúncias das realidades inerentes às mulheres trans e travestis periféricas. No trecho da canção *Amor, Amor* podemos observar um exemplo disso: “Xica Manicongo que destrave sua língua/ A saia rodava e sua boca remexia/ Que a contradição nos banhe com sua feitiçaria” (QUEBRADA, 2018). As referências à personagem histórica, que hoje podemos entender como uma “travesti” escravizada que viveu no Brasil do século XVI, nos revela que Xica assumiu socialmente uma identidade feminina, inclusive por isto passou por julgamento do Tribunal do Santo Ofício:

Esse sopro de liberdade encontrado por Xica, entre os becos sujos e casas imundas cheirando a opressão, muito importunava um tal de Matias Moreira, cristão-velho que tinha saído de Lisboa, o qual mais de uma vez a interpelou, no meio da rua, para que não usasse mais daquele estilo e passasse a usar ‘vestido de homem’ (JESUS, 2019, p. 252).

O modo como Xica vivia, portanto, causava incomdo. Numa sociedade regrada ao cristianismo e à hipocrisia não se poderia esperar aceitação. Xica, no entanto, apesar da perseguição buscava ser ela mesma.

A obra *E Se eu fosse puta/pura*, de Moira 2016/18, é repleta de *dialeto* pajubá. O uso de tal linguagem é importante na atual conjuntura sócio-política, pois pode ser compreendido como uma ferramenta para evidenciar a voz de uma população, nesse caso, a população trans. A população trans tem buscado ecoar sua voz seja através da música e/ou da literatura, seja através das mais diversas expressões artísticas. Assim, nota-se que uma literatura que apresenta aspectos de engajamento sócio-político-cultural, como é o caso da obra de Moira (2016), se faz em meio à influência de outras vozes (trans) que se expressam por meio de diferentes formas de se fazer arte. O *pajubá* é, em sua origem, uma linguagem decolonial, visto que se originou a partir da mescla de termos da língua

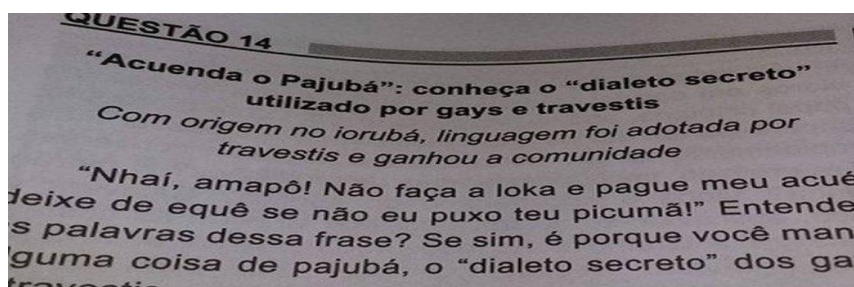
portuguesa com termos de línguas como o iorubá e o nagô, uma vez que essa apropriação pode ser explicada, também, pela prática do candomblé, religião de matriz africana, por parte da comunidade LGBT que fala o *pajubá*, já que tanto esta crença religiosa quanto os idiomas *nagô* e *iorubá* chegaram ao Brasil por meio dos escravos africanos¹³ (BUGLIA, 2018). Logo, é possível observar que o *pajubá* é uma linguagem de resistência que teve influência de línguas e culturas africanas, que deixaram um legado nas comunidades de terreiro no Brasil.

Podemos dizer que os terreiros de candomblé e umbanda historicamente representam espaços de acolhimento para as minorias, incluindo a comunidade LGBTQIAP+. O *pajubá* é um dialeto que exprime a representatividade dessa população, e, através dessa linguagem, travestis e transexuais assumem um lugar de emancipação em meio a um cis-tema opressor. Logo, trata-se de mais que uma simples linguagem, o dialeto representa:

uma variação linguística de gênero, sexualidade e classe, é como uma tecnologia de subversão na elaboração linguística de uma identidade de grupo, subjetividades individuais, resistências sociais e no confronto com as normas binárias de existência socialmente impostas pela heteronormatividade compulsória (GOMES, 2021, p. 300).

O tema da linguagem do *pajubá* alcançou tamanha visibilidade que, na edição de 2018, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foi abordado em uma questão de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Os candidatos analisaram um texto em que o *pajubá* foi usado para pensar em variações linguísticas e dialetos, como é possível verificar na imagem a seguir:

Imagem 8: Questão do ENEM



(FONTE: Mec, 2018)

¹³ Disponível em: <https://infoenem.com.br/enem-2018-como-nao-falar-do-pajuba/> Acesso em 04 de maio de 2023

O Pajubá é uma linguagem de resistência que aparece em diversos textos de autoria trans, Moira (2019), por exemplo, no texto intitulado *Neca*, publicado na obra *A Resistência dos Vaga-lumes*, afirma que “é *pajubá*, a língua das bichas, aqui é tudo travesti” (MOIRA, 2019, p. 43). O *pajubá* representa um dialeto

Unificado das travestis com influência das línguas de origem africana devido às comunidades de terreiro, como também de outras línguas, de países que representam locais de diásporas onde as travestis vivem, conforme o trecho “Eu arranho um françoá vez ou outra, sivuplê é obrigada, não, não, obrigada é merci, e merci bocu grazie mille tá meu bem! (MOIRA, 2019, p. 43).

Vemos na sentença uma mistura de francês coloquial, italiano e português, formando um enunciado bem típico do *pajubá*, um dialeto de misturas, como se, em cada lugar do mundo que uma travesti/transsexual brasileira estiver, sempre haverá tal possibilidade de comunicação; posto que há algo que as une: muitas vezes, o próprio contexto da prostituição.

Conforme Moira (2019), as diásporas são uma constante na vida das travestis/trans brasileiras: “As bichas são rodadas vão pencas para a Europa. Portugal nem conta. Espanha, Itália, França é quase nossa segunda casa” (MOIRA, 2019, p. 44). Presentes nos anúncios e como atrizes de sites de conteúdo pornográfico como os da produtora Evil Angel e outros, as trans brasileiras são um verdadeiro “produto de exportação”. Assim, o Brasil não é reconhecido na Europa somente como o país do futebol (MOIRA, 2019). No monólogo *Neca*, Moira discorre sobre os desafios da prostituição, no que concerne à proteção contra as ISTs, como também que no contexto de Europa haveria um tratamento diferente por parte de clientes e namorados das travestis e transexuais, por exemplo, no que concerne a estar com a namorada trans em locais públicos:

Aí o oco diz que tem uma *fidanzata brasiliana* e, na hora, na lata: *ma è transessuale?*, perguntam. E, se for, eles não têm vergonha não. Pegam na mão, xuxuzão na cara e mesmo assim é *lei* pra cá, *lei* pra lá, ali ela é *lei* (MOIRA, 2019, p. 44)

A diferença, portanto, dá-se no fato de homens cis estarem em locais públicos com uma mulher trans, independente de características lidas como masculinas que ela possa ter como o xuxu (pelos faciais), tratando-a no gênero feminino, agindo naturalmente sem medo de que a masculinidade seja questionada por estarem ao lado de uma pessoa trans. Porém, vemos que nem tudo que é relativo à vida das travestis e transexuais, vivendo em

qualquer país do mundo, são “flores”. Há também os “espinhos” que permeiam as suas trajetórias, a exemplo: o pedido por parte dos parceiros do não-uso de preservativo em relações sexuais, conforme o trecho “Se não fosse um bando de vicioso e tudo querendo necão e sem *quanto* (na Itália o babadinho reina e em euro a conversa é outra, ó o perigo), era o paraíso.” (MOIRA, 2019, p. 44). Nessa sentença, o uso do vocábulo “quanto” vem do italiano e significava ‘luva’, que é ressignificado representando ‘preservativo’ no *pajubá*; já “neca” vem do iorubá significando o ‘órgão genital masculino’ (ou feminino?). Neste caso, refere-se às travestis/trans. Podemos ver o quão multifacetada é a linguagem do *pajubá*, que de forma irreverente mistura termos do português, italiano, ioruba etc e gera uma nova linguagem de rico conteúdo sócio-cultural.

Moira (2019) discorre sobre o estigma que se tem, muitas vezes, entre os clientes da prostituição. Ao abordarem trans profissionais, esses clientes costumam perguntar “se cê tá limpa. Fez o teste quando, ‘mas cê jura’?” (MOIRA, 2019, p. 45). Porém, estudiosos da área da Saúde afirmam que os índices reais de prevalência de HIV entre mulheres trans não condiz com este pensamento de que seriam um “grupo de risco”, mesmo porque hoje em dia existem tratamentos como a PREP e PEP, a profilaxia pré e pós exposição ao vírus HIV, evitando que a profissional do sexo (que pelo SUS tem direito ao acesso facilitado a essa medicação) seja infectada, o que significa dizer que o estigma de relacioná-las à propagação do vírus da AIDS deve cair por terra, conforme Magno, Silva, Veras, Santos, Dourado (2019).

A literatura escrita por Moira tem como objetivo despertar uma reflexão no leitor sobre os temas inerentes à vida trans, conforme a autora afirma na entrevista *DESVELANDO AS FISSURAS DA SUA MILITÂNCIA*, cedida a revista Grau Zero. Ela explica que

é muito nítido que a ideia que a sociedade tinha dez anos atrás sobre pessoas trans agora é completamente outra, transformação que se deu muito por conta das nossas narrativas irem transformando aquelas que circulavam a nosso respeito e fazendo as pessoas nos verem por outra perspectiva, mais humana (MOIRA, 2018, p. 166).

Moira, assim, defende que as narrativas sobre as vivências trans, evidenciadas por ativistas como Daniela Andrade e Sofia Favero (autora da página Travesti Reflexiva), foram de suma importância para a construção dos seus escritos, como também representam referenciais que, segundo ela, por meio das redes sociais estabeleceram um diálogo com uma opinião pública; o que resultou em maiores espaços de inserção desta população, através de políticas públicas que têm sido efetivadas nos últimos anos.

Moira problematiza em seus escritos a forma precária em que se dá a prostituição

das travestis na pista, como se observa no trecho a seguir: “pagando ou não pagando, *quanto* e não tem conversa. Ódio desses que já chegam oferecendo a mais, porque não é duzentos, trezentos reais, é dez que o lixo oferece, e dói, viado” (MOIRA, 2019, p. 46). Isso significa dizer que, nesta perspectiva, a profissional do sexo muitas vezes vê diante de si propostas de se expor a riscos de contrair ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) por valores irrisórios que os “lixos” (entende-se clientes) lhes oferecem. Vergueiro (2013) afirma que “as expõem a vulnerabilidades como a exposição a doenças sexualmente transmissíveis e ao abuso de clientes” (VERGUEIRO, 2013, p. 2). Ou seja, para além da questão econômica, as autobiografias trans apresentam denúncias de realidades como a recorrência ao mercado sexual como um ambiente em que podem vivenciar suas identidades de gênero, no entanto, a precarização da função de profissional do sexo as leva a situações de extrema vulnerabilidade e riscos: “algumas pessoas se envolvem com o trabalho sexual para sustentar sua dependência de drogas, e outras relatam usar drogas para suportar o trabalho sexual” (VERGUEIRO, 2023, p. 2). O que nos leva a refletir se são as travestis e transexuais que buscam a prostituição na pista como possibilidade de trabalho ou se são impelidas a isto. Como também se são elas que buscam as drogas, e, consequente, adicção que possam sofrer ou são impelidas a isto? São reflexões que os escritos trans evidenciam.

Dessa maneira, podemos refletir sobre a marginalização socialmente atrelada aos corpos trans, como se destaca no trecho a seguir: “vontade de dar elza horrores só pra compensar, celular, carteira, o que for criar caso ainda leva um coió e aumenta a multa. Mas sou cagona demais, sirvo pra azuelar não” (MOIRA, 2019, p. 46). Ao refletir sobre esse trecho em que a autora afirma que, diante de violências simbólicas cometidas por parte dos clientes, a insistência do sexo sem preservativo, ou forçar a profissional do sexo a fazer determinados atos durante o ato sexual sem que ela queira, é possível observar a posição vulnerável em que muitas se encontram. Nessas ocasiões, muitas delas sentem vontade de reagir de modo violento, porém não o faz, e se fizesse estaria fortalecendo o estereótipo negativo que a sociedade tem das mulheres trans, ainda que tal estereótipo não dependa das atitudes de uma ou outra travesti prostituta.

No entanto, mais uma vez podemos refletir: Aquelas que “derem a elza” estão de fato fazendo isto por desvio de caráter ou estão reagindo diante de um cis-tema que as joga neste local de marginalização? O que é mais fácil: dar o benefício da dúvida a um pai de família que diz a um policial ter sido roubado ou acreditar na palavra de uma travesti que combinou determinado valor em um programa e na hora do pagamento o cliente não cumpre com sua parte?

São questões que precisam ser sempre refletida em nossa sociedade, afinal trata de uma série de implicamentos sociais, a exemplo do preconceito. A importância, pois,

do *pajubá* é tanto para suavizar algo que é dito, dando um tom de eufemismo, quanto para simplesmente caracterizar o texto, de modo a lembrar ao leitor sobre a voz travesti que narra o enunciado. O termo “dar a elza”, conforme o *Dicionário Transgênero*, significa ‘roubo’, ‘golpe’, ‘trambique’. Dar a elsa – dar o golpe, roubar.” (LANZ, 2016, p. 6). Já o termo “azuelar”, pode ser entendido “como Praticar furto ou roubo, compartilhando significado com a expressão ‘dar a Elza’” Conforme o *Dicionário LGBTQIAP+*¹⁴.

No monólogo *Neca*, é possível observar reflexões sobre diversos temas, a exemplo da *destransição*, quando, após assumir a transgeneridade, a pessoa volta a viver conforme o gênero que lhe fora designado no momento de nascimento:

teve uma famosa aqui, depois até *desvirou* trans. Elzava pencas o povo, mentia a rodo, quase morreu, aêi decidiu voltar a ser gay só pode. E deu sorte de bofe, porque trava era quase a invocação do mal, mona (MOIRA, 2019, p. 46).

Podemos ver, através desse relato, como o conceito de gênero se trata de uma construção social. Vemos o relato sobre um indivíduo que após vivenciar a identidade feminina “retrocede” e volta a assumir uma identidade masculina, vivenciando uma vida heteronormativa. O tema da *destransição* já ganhou inclusive ativistas da causa, como Laura Reynolds. A estadunidense, que viveu por anos como homem trans, depois de ter feito cirurgia de mamoplastia masculinizadora e ter usado testosterona para masculinizar o seu corpo, decidiu voltar atrás e hoje afirma que “só existem dois gêneros, o masculino e o feminino” e tais gêneros seriam definidos pela genitália que se nasce, ela afirma também que é preocupante considerar que há crianças trans; logo as identidades de gênero seriam algo a se “decidir quando houvesse maturidade para tal”, ela afirma que permitir que uma criança trans assumisse determinada identidade de gênero representaria abuso infantil, pois, em sua teoria, uma criança não poderia ter o entendimento sobre assumir socialmente uma identidade de gênero; costuma afirmar a ativista em seus vídeo em seu canal do Youtube, em que ela explica, no vídeo intitulado *Why I detransitioned, and why I'm talking about it now*¹⁵, porque *destransicionou* e porque está falando disso agora.

Sendo assim, vemos que a discussão sobre as identidades de gênero tem alcançado um status midiático, que, do mesmo modo que há ativismo em prol das vivências das identidades de gênero, pautando realidades como a existência de crianças e adolescentes trans, há uma “contrarreforma” que vai contra a discussão de pautas de identidade de gênero, ao menos na infância. Tais fatores colocam, conforme a discussão, a identidade de gênero como algo a “decidir” na fase adulta, sem a necessidade de politizar o tema.

¹⁴ Disponível em: <https://www.thepride.com.br/> Acesso em 17 de maio de 2023, às 19:19 horas

¹⁵ https://www.youtube.com/watch?v=_II9WSY4QJ8 Acesso em 18 de maio de 2023, às 20:37 horas.

No monólogo *Neca + poemetos travessos*, de Moira (2021), temos o seguinte texto:

pai de (tamanho) família
 pau pequeno, apalpa a neca
 da travesti que secreta-
 mente inveja a alegria
 com que ele se presta à cilha:
 qual cona, o cu se abre assaz:
 tesa, a trava se compraz
 e enfia ainda mais, mas come-a
 sem fome e a chama de fêmea
 e goza- o vírus verás.

(MOIRA, 2021)

O poema dá a entender que a travesti possa se “vingar” dos clientes com a possibilidade de transmitir ISTs, o que a autora, em nota de rodapé do poema, afirma que tal poesia pode ser entendida como transfóbica (por reforçar o estereótipo da trans como perversa e marginalizada), como também “sorofóbica” (pelo fato de associar travestis e transexuais à ideia de contágio de ISTs). Porém, a autora também afirma que “não há algozes nem vítimas”, neste contexto ambas as pessoas envolvidas seriam responsáveis por assumir um risco de fazer sexo sem preservativo. Podemos dizer, portanto, que no universo controvertido de Moira sempre há distintas reflexões que podem chocar o leitor, se em um texto ela afirma o quão a revolta o fato de associarem travestis e transexuais à perversão, marginalidade, roubo, etc.; em outro momento ela dá a entender que, como qualquer ser humano, ainda mais no contexto da pista, há sim as travestis e transexuais que roubam, cometem violências morais e físicas e violam outras travestis e transexuais; bem como os clientes (homens cis).

Podemos entender que, acima de tudo, Moira traz a reflexão de que a existência das pessoas trans deve ser normalizada, e nessa “novela da vida real”, que ela narra em seus escritos, não há vilões nem mocinhas indefesas; o que há são seres humanos com sentimentos que vivem, desejam, assumem uma identidade e há aqueles que buscam esses corpos.

Analisemos, pois, o poema intitulado *Neca*, publicado pela primeira vez em *E se eu fosse puta* (2016) e, em seguida, em *E se eu fosse pura* (2018) e, pela terceira vez, foi publicado no livreto *Neca + 20 poemetos* (2021):

moira amarga amara sina,
 checka quando faz a chuca,
 neca quando a quer a cona,
 qual a graça quando ela, fina,
 quando ela pena, menina:

quėti não se faz igual,
 queijo, ofófi não faz mal,
 neça inquieta a goela língua,
 garra o picu, força o bilau,
 grita a cláudia, a neça míngua.
 (MOIRA, 2021).

Primeiramente, o eu-lírico fala da sua “amarga sina”, a trajetória de dor e delícias que pode representar ser travesti e das dificuldades da vida da travesti prostituta. Vemos, então, a presença do *pajubá* no texto suavizando determinados termos: checa (eliminação de fezes), quėti (sexo oral), ofofi (mau cheiro), neça (pênis), cláudia (sêmen). Vemos que a suavidade do *pajubá* provoca um eufemismo mesmo quando se fala em determinadas situações que não são agradáveis e que vemos se repetir nas narrativas em poesia ou prosa de Moira, por exemplo: o “ofófi que não faz mal”, que condiz com “Escovar os dentes não deve fazer parte do conjunto de tarefas diárias dos meus clientes, porque o mau hálito é de praxe. Beije mesmo assim, do jeito que ele quis me beijar” (MOIRA, 2018, p. 148). A autora aborda que muitas vezes os clientes que a buscavam sequer se preocupavam com a própria higiene pessoal.

Do mau hálito habitual dos clientes até violências como mordidas, entre outras violências como no trecho “parecia querer um beijo, mas o que foi que ele fez? Me deu uma mordida na bochecha, doída deixando até marca! ‘Gosta de mordida? Quero te morder toda!’” (MOIRA, 2018, p. 98). E há relatos ainda piores, conforme o trecho: “Quando contei para uma amiga o que houve, ela me disse que é normal, que uma vez um deles mordeu a bunda dela tão forte e o silicone que ela tem lá doeu tanto que ela não conseguiu mais voltar a trabalhar nesse dia.” (MOIRA, 2018, p. 99), e segue adiante o nível de violências “por fim o caso mais estapafúrdio: uma amiga, que nossa, afff, teve a neça mordida” (MOIRA, 2018, p. 99). Assim, percebe-se que o *pajubá* muitas vezes suaviza a narrativa, porém as violências que as travestis e transexuais na *pista* possam passar são mostradas em detalhes em diferentes momentos da narrativa de Moira.

Sobre o uso do *pajubá* entende-se, portanto, que é uma linguagem de tradição oral, e, assim sendo, se constrói nas ruas, nas esquinas, nos territórios onde as travestis e transexuais se prostituem e, sobretudo, essa linguagem está em constante mudança, se resignificando, adicionando palavras e expressões de línguas estrangeiras e resignificando termos (ARAÚJO, 2018, p. 18). O que significa dizer que a poesia e a prosa de autoria trans resignificam palavras e discutem sobre uma visão de mundo. A partir do uso do *pajubá*, posto que por meio de tais textos que recorrem ao uso do *dialeto*, pessoas trans têm buscado narrar suas existências, desde falar de sua transição de gênero às exclusões sociais e de realidades como a mercantilização dos corpos, entre outros temas.

Essa perspectiva corrobora com Coelho, quando, no posfácio da obra *Neca + 20 poemetos travessos*, afirma que “algumas coisas só podem ser ditas em *pajubá*” (COELHO, 2021, p. 32). Pode-se entender que o *pajubá* é uma linguagem polissêmica que aparece delimitando seu território, desde algumas autobiografias trans ou outras publicações que remontam a década de 1980. De acordo com Coelho, ao refletir sobre a discussão gerada após o ENEM 2018 (em que o *pajubá* foi tema de uma das questões de Linguagens), é preciso que se defenda que o *pajubá* não é somente o “socioleto das travestis”, mas uma linguagem de resistência, a exemplo do livro o *Diálogo de Bonecas*, glossário lançado pela Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), em 1992. Na publicação, o *pajubá* é mostrado como uma forma das travestis e transexuais se protegerem da ameaça dos *alibãs* (policiais), em uma época em que o simples fato de ser travesti era motivo de ser ré da “Lei da Vadiagem”, entre outros perigos da realidade das ruas.

No que concerne à literatura de autoria trans, tomemos como exemplo o livro *A Queda Para O Alto* (1982), de Anderson Herzer. A obra divide-se em duas partes: “Depoimento” e “Poemas”. Vejamos um trecho do poema *Mataram João Ninguém*:

Na televisão, o aguardo da cotação
um instante ocupado, para dizer morto João Ninguém
mas a aflição ataca, a cotação subiu ou caiu?
e João morreu... ninguém ouviu.
Eu vou distribuir panfletos,
dizendo que João morreu
talvez alguém se recorde
do João que falo eu.

(HARZER, 1982).

Neste poema, o eu-lírico fala da brevidade da vida de um corpo “que não importa” socialmente. Pode-se entender que o “João” da poesia pode ser que seja o próprio autor; que, em sua reflexão poética, tem a consciência de que o que diz através dessa narrativa é uma denúncia de que uns corpos importam à sociedade e outros não. Nesse caso, o seu corpo trans (ou melhor, “homem que nasceu com genitália feminina”, já que o autor não usava o termo trans) estava entre os que não importam, não há comoção social pelos corpos de gênero dissidente em um cis-tema que os excluam. Isso nos leva a refletir sobre a importância de tais escritos, pois é preciso “gritar minha condição, escrever sobre a rua ao mesmo tempo em que a vivo, essa agora tão minha, essa que só meus olhos e cu e boca, essa onde eu era livre” (MOIRA, 2018, p. 34). Logo, o ato da escrita literária pode representar, para esses autores, uma válvula de escape, isto é, uma alternativa para extrapolar seus sentimentos e pensamentos diante de uma sociedade erigida em preconceitos de classe, raça, entre outros. Tais fatores, leva-nos a pensar que, esse não-

lugar que representa toda uma classe marginalizada, deixam em evidência que entre o azul e o rosa há diversas nuances e, sobretudo, que os padrões de masculinidade e feminilidade precisam ser (re)pensados urgentemente em nossa sociedade.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a escritransvivência em *E Se eu fosse pura*, de Amara Moira. Para realizar tal análise, fez-se necessário se aprofundar nos Estudos de Gênero, que funcionam como aportes teóricos em um trabalho desta natureza na Teoria Literária. Sendo assim, utilizamos os estudos de Foucault (1987), Butler (2003), Nascimento (2021) e Bento (2006). Tendo em vista que *E se eu fosse pura* é a segunda versão de *E se eu fosse puta*, a versão “errada”, segundo as palavras da própria autora, já que houve a exigência editorial para a alteração do nome na capa e ficha bibliográfica da obra em questão. No entanto, não há diferenças consideráveis entre uma e outra versão no que concerne ao conteúdo das 44 subdivisões em prosa e alguns poemas que narram a história da autora travesti, ativista, e professora doutora em Literatura pela Unicamp.

Este trabalho teve o intuito de investigar a obra da autora em relação ao tema da Mercantilização dos Corpos Trans. Para isso, relacionamos os textos aos Estudos de Gênero na área de Literatura, citando a própria autora que, também, é crítica literária. Tendo em vista que o livro de Amara trata-se de uma produção contemporânea, e até o presente momento há apenas uma dissertação – na área de História da Literatura – que se preocupou em analisar *E Se eu fosse pura*, esperamos que nossa pesquisa possa contribuir (ao menos como ponto de partida) com o surgimento de outras pesquisas seja sobre essa obra em específico, seja sobre as temáticas aqui abordadas direta e indiretamente. Em outras palavras, que o presente estudo sirva de referência para outros estudos sobre Literatura de Autoria Trans no Brasil.

Para embasar nossos apontamentos, reflexões e problematizações, trouxemos, como referências, pesquisadores da Teoria Literária que têm desenvolvido pesquisas sobre autoria feminina, sobre personagens travestis e transexuais na literatura e sobre a representatividade da Autoria Trans no Brasil, como Alós (2021), Silvestre (2021), Martins (2020), Dalcastagnè (2018), entre outros.

Para fins elucidativos, iniciamos a pesquisa pontuando conceitos como cis e trans. Em um desses apontamentos, inferimos que o indivíduo trans é aquele que está “fora”, do grupo cis, logo estaria transgredindo uma ordem socialmente há muito estabelecida; em que a genitália definiria os padrões de gênero. Dessa forma, o conceito de cisgeneridade pode ser entendido a partir da compreensão de que há um padrão socialmente construído, em que os indivíduos devem agir conforme os padrões de gênero estabelecidos conforme

a genitália que possuem (ou que nasceram possuindo), e, dentro dessa perspectiva, cis heteronormativa, o indivíduo também deveria ser heterossexual. Portanto, cabe à sociedade a imposição de padrões sobre os corpos denominados, aqui, de cis-tema. Também foi explanado sobre certos conceitos, como o de identidade de gênero, de binarismo de gênero, de transfeminismo, entre outros.

Por meio dos estudos evidenciados por teóricas como Nascimento (2021), Bagagli (2018), Vergueiro (2014), entre outras, vimos que houve a necessidade de se criar um movimento político que defendesse o lugar da mulher trans/travesti enquanto sujeito do gênero feminino, como também tal perspectiva teórica visa à defesa de um movimento político que discute o livre exercício da identidade de gênero e orientação sexual; tendo em vista que o Feminismo não acolheria as pautas das pessoas trans, a criação de tal movimento se fez necessária.

Destarte, o discurso de Sojourner Truth, analisado por Nascimento (2021), mostra que o Feminismo não incluía as pautas das mulheres negras, logo surgiu o Feminismo Negro evidenciando que há a necessidade de se discutir pautas. Da mesma forma que o Feminismo não incluía as mulheres Lésbicas e Bissexuais, se criou o Feminismo Lésbico. Como nenhuma destas perspectivas pensou, portanto, nos corpos trans, se criou o Transfeminismo; pensando nos indivíduos de gênero dissidente que podem representar indivíduos trans negros, mulheres trans e travestis lésbicas e bissexuais, entre outras vivências que têm estado em discussão na contemporaneidade.

O Transfeminismo surge para empoderar não somente o gênero feminino, as *sujeitas* travestis e transexuais, mas se trata de uma perspectiva filosófica que levanta discussões que empoderam também homens trans, não-binários, entre *outres* indivíduos de gênero dissidente. Nesse contexto, a importância da Literatura de Autoria Trans é fazer refletir, através das autobiografias, poemas e prosa, essas vivências múltiplas.

Na presente pesquisa, por conseguinte, explanamos sobre o pensamento da escritora, pesquisadora, crítica literária, que fez um extenso levantamento das obras de Autoria Trans no Brasil: Amara Moira. Ao longo desse estudo foi levantada a reflexão sobre a importância de obras que representam uma *oralitura*, conforme Jesus (2019), que se preocupa em abordar as vivências trans pode através arte, de forma a ressignificar o lugar desses indivíduos no mundo. Assim, através de sua intelectualidade, autores contemporâneos trans (ou aqueles que escrevem sobre o tema, mas são trans) têm contribuído significativamente para podermos compreender um pouco mais desse mundo; universo esse que precisa muito chegar ao conhecimento das pessoas. Em outras palavras,

são produções que têm buscado nos fazer repensar sobre o cis-tema, que engloba questões como a masculinidade, padrões de gênero, a solidão, relações familiares, entre outros.

O levantamento feito por Amara, mostra que, desde a década de 1970 até a contemporaneidade, foram lançados mais de 99 livros de autores trans, o que revela que de fato autores trans produzem literaturas de si, porém muitas dessas obras permanecem no ostracismo; não sendo reeditadas e acabam tornando-se artigos de sebos, consequentemente sendo pouco estudadas no âmbito da pesquisa acadêmica. O que não fez autoras como Moira, entre outras, esmorecer diante das dificuldades de publicar uma obra literária no Brasil, e, sendo assim, vimos o emergir de obras como *E Se eu fosse pura*, entre outras obras que desde a década de 2010 têm sido publicadas em detrimento daquilo que cunhamos como cis-tema literário na presente pesquisa.

O cis-tema literário representa a dificuldade de publicação e desvalorização das obras literárias escritas por autores que não sejam “homens brancos, naturais dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, oriundos de classe média e heterossexuais”. Conforme apontam estudos de Dalcastagnè (2018) e Alós (2021), historicamente, a classe “padrão” representa o esmagador número de autores com livros literários publicados no país. Assim, a literatura de autoria trans causa uma “quebra” no cis-tema e tem um viés subversivo. Existe não em prol de acabar com os cânones, mas sim trazer novas perspectivas, inclusive sobre os cânones. Esse “novo olhar” do leitor ao consumir as literaturas de autoria trans pode nos fazer repensar sobre personagens que estão imortalizados na literatura brasileira como o Diadorim, de *Grande Sertão Veredas*. Podemos refletir se ele se tratava ou não de uma pessoa trans. E tais reflexões estão presentes nos artigos publicados por Moira (2018), como também em minicursos que a autora tem ministrado.

Visando defender a valorização da escrita trans, criamos aqui o conceito de escritransvivência. Para isso, partindo do conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo (2020), e definimos que a escritransvivência é escrever sobre a vivência desses corpos dissidentes, debater temas como a transição, a solidão, a rejeição social e familiar, entre outros. Logo, *escreviver* causa uma ruptura no cis-tema literário, a partir do momento que essas vozes são destacadas.

A partir de Preciado (2014), refletimos que o sexo, gênero e sexualidade representam dispositivos de um sistema sociopolítico abstruso: logo, o ser “homem ou mulher” cis ou trans, gay ou hétero, e assim por diante, são instrumentos, usos e costumes que incidem sobre o corpo de um indivíduo. No entanto, os corpos têm a possibilidade de se

ressignificar, não necessariamente têm a necessidade de reproduzir estereótipos vigentes na sociedade.

No que concerne à mercantilização dos corpos, refletimos a partir de Foucault (1987), que discute sobre o controle dos corpos exercido pelo Estado. Sendo assim, na Idade Média era comum a prática da tortura para punir um crime cometido por um cidadão ou um crime jamais cometido, tendo em vista que não se podia questionar o poder do Estado. Sob tortura, um sujeito confessaria qualquer crime que jamais cometera. Contemporaneamente, o Estado pune cerceando a liberdade dos indivíduos, encarcerando-os. O que nos leva a refletir sobre a mercantilização dos corpos a partir do momento que o Estado nega às mulheres trans e travestis oportunidades de inserção no mercado de trabalho, “empurrando-as” para um campo de trabalho precário, colocando-as numa situação muitas vezes de marginalização.

Logo, o mesmo Estado que nega oportunidades de trabalho, é o Estado que julga moralmente seus corpos por estar na prostituição, e muitas vezes as mata, tendo em vista que, no Brasil, os índices de crimes de cunho transfóbico são imensos. A partir do momento que não há oportunidades de emprego e geração de renda, a *pessoa* trans está sujeita a situações de vulnerabilidade social, porque, como vimos em *E se eu fosse pura* e em artigos publicados pela autora, quem de fato é assassinada é a travesti que se prostitui no *motel*, cobrando trocados pela sua sobrevivência. A partir da obra de Butler (2003), vemos que tais *corpos não importam* socialmente, visto que muitas vezes sequer devidamente se investigam a morte de travestis e transexuais.

Ao analisarmos *E Se eu fosse pura* percebemos que se trata de um texto irreverente, autoficcional, cheio de contradições, que nos leva a se colocar no lugar da narradora e a refletir sobre as suas experiências, bem com a pensar nas realidades inerentes à vida das pessoas trans.

O *pajubá*, usado no texto, é, portanto, o responsável pela irreverência que suaviza o “destino amargo” que Moira expõe na narrativa. O destino amargo da travesti que sofre violências físicas e simbólicas exercendo a prostituição. Em contrapartida, vimos o putativismo defendido por Siqueira – desde o prefácio da obra até uma das subdivisões finais –, em que a narradora nos apresenta sua viagem enquanto ativista ao Reino dos Países Baixos, em evento internacional sobre a prostituição. Durante toda a leitura é impossível não se questionar “Por que a autora decidiu se prostituir?”, tendo em vista que ela, quando se prostituiu, era mestrande e estava em uma classe social privilegiada. Somente ao lê-la mais a fundo é que passamos a compreender os primeiros porquês,

surgidos no início de uma primeira leitura. De todo, o que ressalta-se, a essa altura, é a escritora se fez puta, a puta se fez escritora, a professora se fez puta? E que sentido teria toda essa trajetória, que foge da lógica da “prostituição por necessidade”, ainda que a autora elucide nos seus textos que a experiência dela não se trata de uma experiência comum entre as mulheres trans e travestis? São, de fato, inquietações que continuarão ecoando em pesquisas futuras.

Por fim, podemos dizer que esta pesquisa ressalta a importância da Literatura de Autoria Trans no Brasil. Ela foi construída, não no intuito de trazer uma verdade sobre a temática, mas para problematizar, inquietar e provocar a reflexão no leitor; afinal o papel da Teoria Literária é refletir sobre o texto literário e, a partir da reflexão, abrir brechas para inquietudes que se fazem necessárias.

V. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. B; THEOPHILO, G.L.M. Transgêneros: ainda incompreendidos? **Revista Docência e Cibercultura**, v.3, n.1, jan-abr, 2019. Disponível em: BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, Oct. 2012. Disponível em: acesso em: 03 de abril 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012001000015> . Acesso em: 04, mai, 2023.

ALKMIN, Brisa. **Poema Mulher in Coletânea** Academia Transliteraria/ Organização; Jomaka, Editora Marginália, Belo Horizonte, 2019.

ALÓS, Anselmo Peres. Transitoriedades, transgeneridades, transidentidades: representação e autoria trans na narrativa brasileira. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 23, n. 44, p. 9-23, set.-dez, 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/2596-304x20212344apa>.

AMARAL, Daniela Murta. **Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil**. (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011.

ANGRIMANI, Danilo. **Nicola: um romance transgênero**. São Paulo: Editora GLS, 1999.

ANTRA. **Antra representa o Brasil em audiência na CIDH sobre a situação das pessoas LGBTI**. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2019/11/21/antra-representa-o-brasil-em-audiencia-na-cidh/>> Acesso em: 14 de março de 2020.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. **Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde**. *Physis*, 2009, v.19, n.1, p. 15-41.

BARZOTTO, Carlos Eduardo. **IDEOLOGIA DE GÊNERO: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE A PARTIR DE UMA REVISÃO DE LITERATURA**. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/4537/2979> . Acesso em 28 de fevereiro de 2023 às 14:32 horas.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, Oct. 2012. Disponível em: Acesso em: 04, mai, 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012001000015>

BENVENUTTY, Fernanda. LIMA, Luiza Ferreira. NASCIMENTO, Silvana; Roseli Vaz (Ilustradora). São Paulo: Editora Patuá, 2022.

BUTLER, Judith. **Butler e a desconstrução do gênero**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____, **Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N1-edições, 2019

BUTLER, Judith. **Desdiagnosticando o gênero**. Tradução de André Rios. *Physis*, 2009, v.19, n.1, p. 95-126.

_____, **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
Caderno de Literatura Comparada. Nº 43 – 12/ 2020 | 11-19 – ISSN 2183-2242 | <http://dx.doi.org/10.21747/21832242/litcomp43a1>.

CARDOSO, Frederico Assis. SULZ, Juliana Albuquerque. **RESENHAS • Cad. Pesqui.** 49 (172) • Apr-Jun 2019 <https://doi.org/10.1590/198053146283> Acesso em 28 de fevereiro de 2023 às 14:08 horas.

CASTELLO, José (2012). O poder da literatura. Blog de José Castello. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 maio. On-line. Disponível em: Acesso em: 8, mai. 2023.

CHAVES, Leocádia Aparecida. <http://doi.org/10.1590/2316-4018644> Editora: Regina Dalcastagnè e-ISSN: 2316-4018 Recebido em 12 de abril de 2021. *estud. lit. bras. contemp.*, Brasília, n. 64, e644, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/40680> Acesso em 28 de fevereiro de 2023 às 10:42 horas.

CORREIA, Rosanna in (posfácio) FERREIRA, Luna Souto. **Mem (orais) poéticas de uma byxa-travesty preta de cortes**. Bragança Paulista, São Paulo: Editora Urutau, 2019.

COSTA, Valmir. **O MENINO DO GOUVEIA A HISTÓRIA REAL QUE INSPIROU O PRIMEIRO CONTO HOMOERÓTICO BRASILEIRO DE 1914**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/47879> Acesso em 28 de fevereiro de 2023, às 14:12 horas.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Imagens da mulher na narrativa brasileira**. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3267 Acesso em 28 de fevereiro de 2023 às 16:18 horas.

DELUCA, Naná. PUOSSO, Caio Jade. **ENTREVISTA COM AMARA MOIRA. Entrevista realizada com a escritora Amara Moira, por e-mail, em 20 de setembro de 2019, em São Paulo**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br> Acesso em 28 de fevereiro de 2023, às 16:07 horas.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: Uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/20788_arquivo Acesso em: 28 de fevereiro de 2023 às 11:04 horas.

FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber**. (História da sexualidade, 1). Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. (1976). **História da Sexualidade**, Volume 1: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FRANCO, Adenize Aparecida. SOARES, Luiz Henrique Moreira. Resenhas **E Se eu fosse puta** • Estud. Lit. Bras. Contemp. (53) • Jan-abril de 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40185320> Acesso em 28 de fevereiro de 2023 às 13:08 horas.

FREITAS, Sávio Roberto Fonsêca. VACCARI, Jade Mariam. **A TRAVESTI NEGRA NO ROMANCE HISTÓRICO AFROBRASILEIRO DE ELIANA ALVES CRUZ**. AFROLIC: literatura desigualdade ensino / Rosilda Alves Bezerra... [et al.]. – Natal: Caule de Papiro Editorial, Volume III. Vários organizadores. ISBN 978-65-86643-86-2 - LIVRO VIRTUAL, 2022.

GREGORI, Juciane de. VACCARI, Jade Mariam. NEPOMUCENO, Margarete Almeida. **Transfobia e necropolítica: encruzilhadas do contexto brasileiro contemporâneo**. Extraprensa: cultura e comunicação na América Latina / Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – v. 15, n. esp (maio 2022) - São Paulo: CELACC-ECA-USP, 2022.

HERZER, Anderson. **A queda para o alto**. São Paulo : Editora Vozes Ltda, 1982.
JESUS, Jaqueline Gomes. **Notas sobre as travessias da população trans na história**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/uma-nova-pauta-politica/> Acesso em 28 de fevereiro de 2023 às 13:00 horas.

JOUE, Vincent. **Por que estudar literatura?** Tradução de Marcos Bagno e Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola editorial, 2012.

KNUDSEN, Patrícia Porchat Pereira da Silva. **Gênero, psicanálise e Judith Butler: do transexualismo à política**. (Tese de Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 2007.

KNUDSEN, Patrícia Porchat Pereira da Silva. **Gênero, psicanálise e Judith Butler: do transexualismo à política**. (Tese de Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, 2007.

LAGE, Fernanda de Carvalho; NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira. **O Feminismo pós-moderno, a equidade de gênero e a condição de agente da mulher. Direitos, gênero e movimentos sociais I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFPB; coordenadores: Eveline Lucena Neri, Alessandra Marchioni**. – Florianópolis: CONPEDI, p. 254-273, 2014.

LANZ, Leticia. **O Corpo da roupa: a pessoa transgênero entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. Disponível em: < <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/36800/R%20->

%20D%20- %20LETICIA%20 LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04, mai, 2023.

MARTINS, Gabriel Silveira. **Autoconstrução Narrativa em E se eu fosse pura de Amara Moira. Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-graduação em Letras** (Dissertação). Orientadora Kelley Duarte, 2020. Disponível em: <https://ppgletras.furg.br/dissertacoes-e-teses/publicacoes-de-2020/12683dissertacao-autoconstrucao-narrativa-em-e-se-eu-fosse-pura-2018-de-amara-moira> Acesso em 28 de fevereiro de 2023 às 14:18 horas.

MARTINS, Manuel Frias. **Teoria Crítica** (ensaio). Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/teoria-critica> Acesso em 28 de fevereiro de 2023, às 13:13 horas.

MOIRA, 21ª **BIENAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA/ LEITURAS**. Luisa Duarte (Org.). **COMUNIDADES IMAGINADAS**. Artigo: **MULHER MAIS BONITADO BRASIL É HOMEM**". SESC, 2019.

MOIRA, A. **Entrevista com Amara Moira**. 2016. Editora Hoo. Disponível em <https://buzzfeed.com.br/post/dando-o-truque-pra-falar-de-sexo> Acesso em 02 de novembro de 2022 às 15:32 horas.

MOIRA, Amara. **A Prostituição como trincheira trans** (Revista Contraste 6, ago-2019, p. 114-119).

MOIRA, Amara. Artigo **A Experiência da Cidade para a População LGBTQIA+**. Recortes de uma cidade por vir/ Instituto Polis, 2020.

MOIRA, Amara. **Não fossem seus pelos vários [de linhas imaginárias, metáforas e provocações trans]** Periódicos, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out.2016. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA ISSN: 2358-0844 – Endereço: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicos> Acesso e, 28 de fevereiro de 2023, às 16:39 horas.

MOIRA, Amara. NASCIMENTO, Tatiana. **A reivindicação do espaço urbano em E se eu fosse puta, de Amara Moira**. estud. lit. bras. contemp., Brasília, n. 61, e619, 2020. SEÇÃO TEMÁTICA: Literatura LGBT+ DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018619>, 2020.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. **Revistas Estudos Feministas**, vol. 25, n. 1, Florianópolis, 2017.

MOIRA, Amara. **Postagem Facebook**. Fev, 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1810946399193076&set=a.1395747407379646> Acesso em 21 de fevereiro de 2023, às 19:55.

MOIRA, Amara. **Y si yo fuera puta**. 1 ed. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Mandacaru Editorial, 2022.

MOIRA, Amora. Disponível em: <https://julianagabriel.com.br/entrevista-amara-moira-e-se-eu-fosse/> Acesso em 26 de fevereiro de 2023, às 00:23 horas.

MOMBAÇA, Jota. **Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada**. Concinnitas, | ano 17, volume 01, número 28, setembro de 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br> Acesso em 28 de fevereiro de 2023 às 10:52 horas.

NERY, João W. **Viagem Solitária**. Leya Editora. 2019.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERES, Wiliam Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. **Travestis, transexuais e transgêneros: novas imagens e expressões da subjetividade**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org). Psicologia e diversidade sexual. 2011. São Paulo: CRPSP. 92f.; 23cm. (Caderno Temático 11). Disponível em: <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/>. Acesso em 02, mar, 2023.

PEREIRA, Pamella Liz Nunes. GAUDENZI, Paula. BONAN, Claudia. **Masculinidades trans em debate: uma revisão da literatura sobre masculinidades trans no Brasil**. Saúde e Sociedade. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021190799> Acesso em 28 de fevereiro de 2023 às 11:08 horas.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, 2017.

RIOS, Cassandra. **Georgette**, Editora Mundo Musical LTDA, 1973.

RIOS, Cassandra. **Georgette**. Editora Mundo Musical LTDA, 1973.

RODOVALHO, Amara Moira. **O cis pelo trans**. *Revistas Estudos Feministas*, vol. 25, n. 1, Florianópolis, 2017.

SEDYCIAS, João (org.). **Repensando a Teoria Literária Contemporânea**. Recife: Editora UFPE. 2005.

SILVA, Antônio de Pádua Dias da. **O ensino de literatura hoje: da crise do conceito à noção de escritas**. Campina Grande: Eduepb, 2016.

SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento social de travestis e transexuais do Brasil**. 1.ed. Picos- PI, 2021.

SILVESTRE, Emerson. **Representação de personagens transgêneras em narrativas literárias brasileiras: um problema de gênero**. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 23, n. 44, p. 44-61, set.-dez., 2021. doi: <https://doi.org/10.1590/2596304x20212344es>.

SOUZA, Giovane Alves. **Entre o prazer e a transgressão: uma resenha da obra e se eu fosse**. *ENTRELETRAS*, Araguaína/TO, v. 8, n. 2, jul./dez. 2017 (ISSN 2179-3948 – online). Acesso em 28 de fevereiro de 2023, às 13:32 horas.

VACCARI, Jade Mariam. **A Construção da Identidade de Gênero – Transexual: Errante Corpo Abjeto.** / Jade Mariam Carvalho Silva. - João Pessoa, 2017. 29 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Orientador: Prof. Dr. Giovanni da Silva de Queiroz.

_____. **A Construção da Identidade de Gênero – Transexual: Errante Corpo Abjeto.** / Jade Mariam Carvalho Silva. - João Pessoa, 2017. 29 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Orientador: Prof. Dr. Giovanni da Silva de Queiroz, 2017.

VACCARI, Jade. **A Solidão da Travesti Negra.** Dossiê Temático: mulheres negras na Paraíba no contexto de pandemia da Covid-19/ Organização Durvalina Rodrigues, Terlúcia Silva, Uliana Gomes. João Pessoa, PB: Livreditora, 2021.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** Salvador: UFBA, 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), 2015.

VIVIANE, V. **Trans* Sexualidade: Reflexões sobre a mercantilização do sexo desde uma perspectiva transgênera.** Revista Periódicus, 1.ed., mai./out., 2014. Disponível em:<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/10154/7258>> Acesso em:14 de março de 2020.